

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

ALINE ALBUQUERQUE JORGE

A LUTA PELA TERRA: O CASO DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY
EM BARBOSA FERRAZ – PR

MARINGÁ – PR

2019

ALINE ALBUQUERQUE JORGE

**A LUTA PELA TERRA: O CASO DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY
EM BARBOSA FERRAZ – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PGE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Elpídio Serra

MARINGÁ – PR

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Jorge, Aline Albuquerque

J821 A luta pela terra: o caso do pré-assentamento Irmã Dorothy em Barbosa Ferraz - PR/ Aline Albuquerque Jorge. -- Maringá, 2019.

174 f. il., figs., color., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2019.

1. Reforma agrária. 2. Território. 3. Pré-assentamento. 4. MST. 5. Luta pela terra. I. Serra, Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

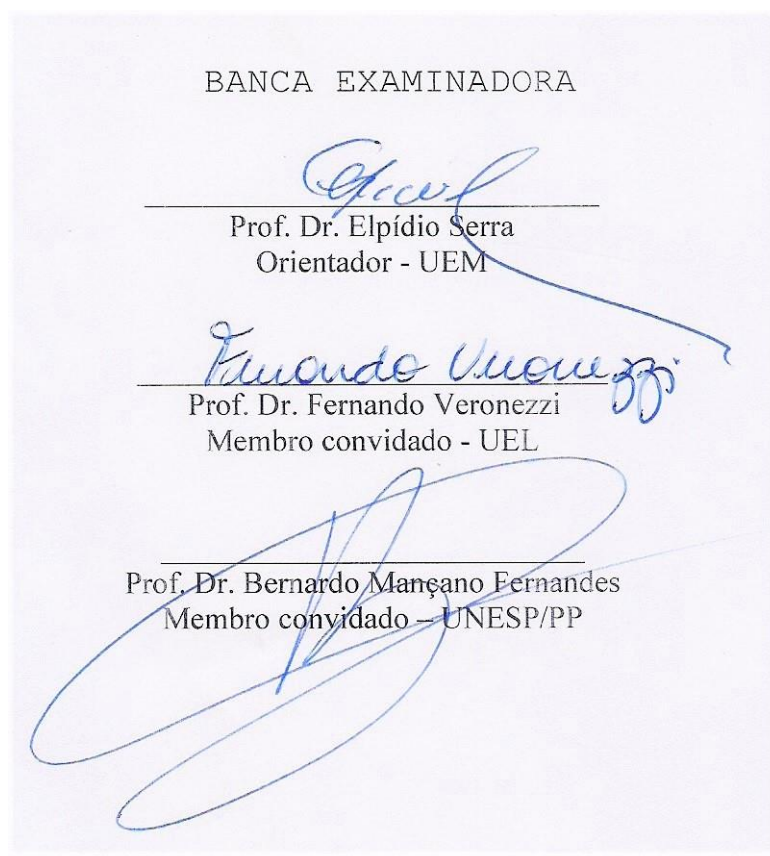
CDD 22. ED.918.162

Jane Lessa Monção CRB 1173/9

A LUTA PELA TERRA: O CASO DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY EM
BARBOSA FERRAZ – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PGE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovado em **18 de abril de 2019**



Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras expropriados e expulsos do campo, que lutam pela terra e que, constantemente, derrubam as barreiras impostas pelo capital. Em especial, dedico-o às 33 famílias camponesas do pré-assentamento Irmã Dorothy, que me acolheram tão bem ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido durante os dois últimos anos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Como qualquer outro trabalho de pesquisa, os resultados obtidos não são conquistas individuais, envolvem várias outras pessoas, as quais, de diferentes formas, colaboraram para que fosse possível superar os diversos obstáculos impostos a qualquer um que se proponha a trilhar o caminho da pesquisa científica.

Por essa razão, agradecer é preciso, e nada mais justo do que começar agradecendo ao professor Elpídio Serra por ter se prontificado a aceitar a missão de orientar este trabalho e por ter mostrado caminhos e possibilidades nas ocasiões em que as portas pareciam estar fechadas.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pois, sem o apoio financeiro fornecido por essa fundação, seria praticamente impossível realizar este trabalho.

Quero registrar meus agradecimentos à professora Áurea Andrade Viana de Andrade e à professora Fernanda Perdigão da Fonseca Toniol por terem colaborado com o trabalho, sobretudo com os apontamentos realizados durante o exame de qualificação.

Igualmente, gostaria de agradecer ao professor Fernando Veronezzi e ao professor Bernardo Mançano Fernandes por terem aceitado participar da banca de defesa desta dissertação.

Meu reconhecimento à secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Miriam, que, sempre que possível, atendeu-me.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus familiares, em especial à Maria Aparecida Albuquerque de Gusmão por, desde a infância, ter-me incentivado a estudar e a buscar por minha liberdade.

Gostaria de agradecer a todos os amigos que, ao longo desse percurso, apoiaram-me, incentivaram-me e, nos momentos mais críticos, tranquilizaram-me. Em especial, agradeço à amiga Edilaine Côrrea e aos amigos Evandro da Silva e Eduardo Costa Santos Silva.

Também sou muito grata ao Humberto Boaventura por, prontamente, ter-me ajudado, respondendo minhas perguntas e me fornecendo os documentos necessários para entender as questões jurídicas relacionadas ao meu trabalho.

Não poderia deixar de lembrar das pessoas que conheci em função da pesquisa e que, no decorrer do trajeto, adquiriram importância ímpar na minha vida. Especialmente, quero

expressar meus agradecimentos a Sandro Silvio Prado, por ter-me incentivado, escutando-me, independentemente do horário e da ocasião, e acompanhando-me em inúmeros trabalhos de campo.

Um especial agradecimento aos pioneiros e às lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que, por meio dos seus depoimentos, ajudaram-me a entender questões fundamentais para a realização da pesquisa.

Por último e, certamente, não menos importante, meu profundo agradecimento a todas as famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy, que, nos últimos dois anos, receberam-me de forma muito afetuosa e confiaram em me contar parte das suas vidas.

“Terra Brasilis, continente, pátria mãe da minha gente, hoje eu quero perguntar: se tão grandes são teus braços, por que negas um espaço aos que querem ter um lar?”

Eu não consigo entender que nesta imensa nação ainda é matar ou morrer por um pedaço de chão!

Lavradores nas estradas, vendo a terra abandonada sem ninguém para plantar entre cercas e alambrados, vão milhões de condenados a morrer ou mendigar.

[...]

É preciso que a justiça e a igualdade sejam mais que palavras de ocasião. É preciso um novo tempo em que não seja só promessa repartir até o pão. A hora é essa de fazer a divisão!”

*(Trecho da música Procissão dos Retirantes,
Pedro Munhoz)*

RESUMO

A luta pela terra e, em um sentido mais amplo, pela reforma agrária, é o caminho escolhido por muitos camponeses que, no decorrer das transformações do território, foram expulsos e expropriados do campo. Na construção dessa luta, a ocupação e a formação de acampamentos são trunfos utilizados pelos trabalhadores, no sentido de pressionar o poder público com relação à desapropriação e à criação de projetos de assentamentos, definidos como frações de território destinadas à reforma agrária e, conseqüentemente, à reterritorialização camponesa. Para entender o processo de luta pela terra, bem como as dificuldades e os desafios enfrentados pelos camponeses, este trabalho tem como recorte geográfico o pré-assentamento Irmã Dorothy, localizado no município de Barbosa Ferraz, na microrregião de Campo Mourão – PR. A história desse pré-assentamento teve início em novembro de 2005 quando um grupo de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou os 573,20 hectares, correspondentes à Fazenda São Paulo e ao Sítio São Vicente. Entender as questões relacionadas a esse conflito é importante, uma vez que significa compreender um contexto que não é exclusivo de um grupo, mas sim que representa a realidade da luta camponesa em todo o estado.

Palavras-chave: Reforma agrária. Território. Pré-assentamento. MST. Luta pela terra.

ABSTRACT

The struggle for the land, in the broadest sense, for the agrarian reform, is the chosen path by many peasants, which in the course of territory transformation, were expelled and expropriated from the countryside. To shape this struggle, occupation and the formation of campsites are trumps used by workers, in the sense of pressuring the public power with regard to expropriation and to the creation of settlement projects, set as territory fractions destined to agrarian reform, and consequently, the peasant reterritorialization. To understand the struggle's process for the land, as well as the difficulties and the challenges experienced by peasants, this paper focuses on Irmã Dorothy pre-settlement, located in the municipality of Barbosa Ferraz, in the micro-region of Campo Mourão. The history of this pre-settlement started in November 2005, when a group of families bounded to the Landless Workers' Movement (MST) occupied the area of 573,20 hectares, corresponding the Fazenda São Paulo and the Sítio São Vicente. Understanding the questions related to this conflict is important since it means to understand a context that is not exclusive to a singular group, and also that represents the reality of the peasant's struggle in the entire State.

Keyword: Agrarian reform. Territory. Pre-settlement. MST. Struggle for land.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Vista aérea parcial da cidade de Barbosa Ferraz | 20 |
| Figura 02: Mapa de localização de Barbosa Ferraz - PR e do pré-assentamento Irmã Dorothy | 21 |
| Figura 03: Pioneiro José Ricardo Villar no momento em que concedia entrevista | 26 |
| Figura 04: Localização do paralelo 24° no município de Barbosa Ferraz..... | 27 |
| Figura 05: Sistema de carregamento e de transporte de hortelã até o alambique | 29 |
| Figura 06: Alambique destinado à extração de óleo de hortelã | 29 |
| Figura 07: Derrubada da mata para dar continuidade ao plantio de hortelã | 30 |
| Figura 08: Área em frente à casa do pioneiro José, onde se localizava a indústria de alambiques para a extração de óleo de hortelã | 30 |
| Figura 09: Parte do painel que retrata o avião que realizava o pagamento pelo óleo de hortelã, localizado na praça da prefeitura do município de Barbosa Ferraz..... | 31 |
| Figura 10: Entrada do pré-assentamento Irmã Dorothy | 40 |
| Figura 11: Imagem de satélite da área do pré-assentamento Irmã Dorothy..... | 41 |
| Figura 12: Camponês Lino José Magnagnagno no momento em que concedia entrevista..... | 42 |
| Figura 13: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz . | 44 |
| Figura 14: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre a inadimplência com o ITR..... | 44 |
| Figura 15: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre o descumprimento da legislação ambiental | 44 |
| Figura 16: Fragmento do relatório produzido pela SEAB sobre as infrações ambientais | 45 |
| Figura 17: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre a criação de animais na propriedade | 45 |
| Figura 18: Fragmento do relatório da SEAB sobre a fiscalização e o acompanhamento da vacinação contra febre aftosa | 46 |
| Figura 19: Fragmento do relatório da SEAB sobre as condições da criação de animais na propriedade | 46 |
| Figura 20: Fragmento do relatório da SEAB sobre as obrigações dos proprietários de animais | 47 |
| Figura 21: Fragmento do relatório produzido pelo médico Antônio Maria Claret Ferrari sobre a degradação da propriedade e as condições da criação de animais | 48 |

| | |
|---|----|
| Figura 22: Trabalhador Antonio Zacaria de Godoi no momento em que concedia entrevista | 52 |
| Figura 23: Camponês João Maria da Silva no momento em que concedia entrevista | 53 |
| Figura 24: Fluxo migratório das famílias do acampamento Irmã Dorothy | 55 |
| Figura 25: Camponês João Maria em frente ao seu barraco de lona no início do acampamento | 58 |
| Figura 26: Camponesa Joselia de Franca Silvério na sua área de cultivo | 60 |
| Figura 27: Camponeses reunidos em frente aos barracos de lona no início da formação do acampamento | 60 |
| Figura 28: Frente da casa sede da propriedade | 61 |
| Figura 29: Notícia de divulgação do campeonato de futebol suíço com participação das famílias do acampamento | 63 |
| Figura 30: Concessão da liminar de reintegração de posse emitida pela Justiça Estadual | 64 |
| Figura 31: Trecho do despacho que determina a aplicação de multa diária ao Estado do Paraná pelo não cumprimento da reintegração de posse | 67 |
| Figura 32: Declaração de apoio redigida pelo Clube de Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz | 67 |
| Figura 33: Declaração de apoio redigida pela Paróquia Nossa Senhora das Graças de Barbosa Ferraz | 68 |
| Figura 34: Imagem de satélite da área correspondente ao antigo lixão municipal de Barbosa Ferraz | 69 |
| Figura 35: Notícia de jornal relatando a reocupação realizada pelos camponeses | 71 |
| Figura 36: Fragmento do documento elaborado pela Procuradoria Federal do INCRA, alegando o impedimento em realizar a vistoria na área em razão da ocupação | 73 |
| Figura 37: Fragmento do documento elaborado pela Procuradoria Federal do INCRA, declarando que a área é classificada como grande propriedade produtiva de acordo com o espelho do imóvel | 74 |
| Figura 38: Parte do espelho do imóvel que apresenta os índices de GUT e de GEE | 74 |
| Figura 39: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre os Índices GUT e GEE | 75 |
| Figura 40: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre a permanência de grandes quantidades de imóveis rurais imunes à desapropriação | 75 |

| | |
|--|-----|
| Figura 41: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre a insuficiência da tradição operacional da autarquia..... | 76 |
| Figura 42: Fragmento do ofício da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz direcionado ao INCRA, propondo a realização de convênio para desapropriação por interesse social | 77 |
| Figura 43: Projeto de parcelamento da área ocupada..... | 80 |
| Figura 44: Rede elétrica construída pelos camponeses na área | 81 |
| Figura 45: Mosaico com as casas construídas no pré-assentamento..... | 82 |
| Figura 46: Mosaico que ilustra parte da produção do pré-assentamento | 84 |
| Figura 47: Criança colaborando com o trabalho familiar | 84 |
| Figura 48: Camponeses despejando leite no resfriador localizado no centro comunitário do pré-assentamento..... | 86 |
| Figura 49: Camponeses reunidos em assembleia próximos ao centro comunitário..... | 88 |
| Figura 50: Trecho da liminar de desocupação concedida pelo Tribunal de Justiça do estado do Paraná | 89 |
| Figura 51: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça, tratando das justificativas do poder público pelo não cumprimento da ordem judicial | 90 |
| Figura 52: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça sobre o pedido de suspensão do processo | 90 |
| Figura 53: Decisão referente à audiência de conciliação realizada na Comarca de Barbosa Ferraz..... | 93 |
| Figura 54: Resposta do Poder Judiciário referente à contraproposta enviada pelos camponeses | 94 |
| Figura 55: Fragmento do despacho da Justiça Federal determinando a vistoria da área pelo INCRA..... | 95 |
| Figura 56: Fragmento da decisão da Justiça Federal, cancelando a determinação de vistoria da área pelo INCRA | 95 |
| Figura 57: Termo de compromisso assinado na audiência pública em Campo Mourão | 96 |
| Figura 58: Fragmento da reportagem do portal Redesul de Notícias sobre o despejo no município de Pinhão – PR | 99 |
| Figura 59: Fragmento da nota de repúdio redigida pelo bispo Dom Anuar em nome da Cáritas Brasileira Regional Paraná | 100 |
| Figura 60: Mosaico com momentos da 31ª Romaria da Terra em Barbosa Ferraz..... | 101 |

| | |
|--|-----|
| Figura 61: Fragmento da decisão da Comarca de Barbosa Ferraz, intimando e responsabilizando o governador do estado e o secretário de segurança pública..... | 102 |
| Figura 62: Fragmento do agravo de instrumento editado pela Procuradoria Geral do Estado | 103 |
| Figura 63: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça do Estado sobre o agravo de instrumento interposto pela PGE..... | 103 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Indicadores da modernização agrícola em Barbosa Ferraz (1970 – 2017) | 33 |
| Tabela 02: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em Barbosa Ferraz (1970 - 2017) | 36 |
| Tabela 03: População de Barbosa Ferraz, segundo os censos demográficos (1970 – 2010) .. | 38 |
| Tabela 04: Produção do pré-assentamento Irmã Dorothy - 2018..... | 83 |

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná

APP – Área de Preservação Permanente

MDB – Movimento Liberal Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

TDA – Título da Dívida Agrária

GUT – Grau de Utilização da Terra

GEE – Grau de Eficiência na Exploração

COAPROCOR – Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região

APROCOR – Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

STJ – Superior Tribunal de Justiça

PT – Partido dos Trabalhadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PSL - Partido Social Liberal

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1. BARBOSA FERRAZ: PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ... | 20 |
| 1.1 A COLONIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DAS TERRAS DE BARBOSA FERRAZ... | 23 |
| 1.2 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO EM BARBOSA FERRAZ..... | 26 |
| 2. A OCUPAÇÃO E A PRIMEIRA FASE DA LUTA PELA TERRA | 40 |
| 2.1 AS CONDIÇÕES QUE MOTIVARAM A OCUPAÇÃO | 41 |
| 2.2 O SIGNIFICADO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DO TERMO OCUPAÇÃO..... | 48 |
| 2.3 IDENTIDADE E TRAJETÓRIA: OS CAMPONESES DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY | 50 |
| 3. O ACAMPAMENTO: AS ESTRATÉGIAS PARA SE MANTER NA TERRA OCUPADA | 58 |
| 3.1 O DESPEJO DE 2008: A DESTRUIÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE DE LUTA PELA TERRA | 64 |
| 3.2 A JUDICIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM A DESAPROPRIAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA ÁREA EM ASSENTAMENTO | 72 |
| 3.3 TRANSFORMAÇÃO DA ÁREA EM PRÉ-ASSENTAMENTO, PRODUÇÃO E TRABALHO | 78 |
| 4. AS DECISÕES JUDICIAIS E A REAÇÃO DOS CAMPONESES | 88 |
| 4.1 AS AMEAÇAS DE DESPEJO DE 2017 E DE 2018 | 97 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| REFERÊNCIAS | 107 |
| APÊNDICES | 111 |
| ANEXOS | 149 |

INTRODUÇÃO

A luta pela terra está presente no Brasil desde a chegada dos colonizadores europeus. A formação do país foi marcada pela invasão e pela destruição do território indígena para a construção do território capitalista. Dessa forma, os povos nativos foram os primeiros a serem desterritorializados, ou seja, expulsos das suas terras; conseqüentemente, foram os primeiros a terem que lutar contra a expulsão e a exploração. Ao longo do desenvolvimento histórico, vários outros grupos sociais foram desterritorializados, entre eles, os posseiros, caracterizados como aqueles que possuíam a terra, mas não a dominavam e, por conta disso, experimentaram a expropriação e a expulsão. “A posse era conseguida pelo trabalho e o domínio pelas armas e poder econômicos. Desse modo, o poder do domínio prevaleceu sobre a posse” (FERNANDES, 2000, p. 27).

As formas desiguais de apropriação da terra geraram, inevitavelmente, em diferentes momentos, vários conflitos marcados pela violência. Grupos políticos e econômicos, agindo diante da conivência do poder público, fomentaram a grilagem de terras e a formação de latifúndios, muitas vezes mantidos apenas como reservas patrimoniais.

À medida que as camadas mais abastadas dominavam a terra, a população mais pobre ficava encurralada. Uma parte resistiu e enfrentou jagunços e grileiros, enquanto a outra, passou a migrar pelo território na tentativa de se afastar do cerco do capital. Esses sujeitos são a origem do campesinato brasileiro, também são os que começaram a formar a categoria social conhecida como sem terra (FERNANDES, 2000). São esses camponeses que iniciaram a luta pela terra, que, em um contexto mais amplo, significa a luta pela conquista de território, pela obtenção de condições dignas de vida e pela superação da desterritorialização, da exploração e da exclusão geradas pelo capital em seu desenvolvimento.

Várias formas de organização se desenvolveram no processo de luta pela terra, inclusive a criação de associações e de sindicatos até culminar nos movimentos sociais, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que é reconhecido, na atualidade, como um dos principais protagonistas na luta pela reforma agrária em todo o país. Com a articulação dos camponeses, surgiram novas formas de atuação. Entre elas, as ocupações de terras que não cumprem a função social, realizadas com a finalidade de pressionar o poder público para que se efetive a desapropriação e a criação de assentamentos rurais, entendidos como frações de território destinados a reterritorialização camponesa.

Com base nesse contexto, a luta pela terra é o objeto de estudo desta pesquisa. Para realizá-la, o recorte geográfico determinado é o pré-assentamento Irmã Dorothy, localizado no município de Barbosa Ferraz, na microrregião de Campo Mourão, mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

A história desse pré-assentamento teve início em 2005, quando aproximadamente 50 famílias ligadas ao MST ocuparam os 573,20 hectares correspondentes à Fazenda São Paulo e ao Sítio São Vicente. Na época, a área ocupada pelas duas propriedades foi denunciada por órgãos públicos municipais pela baixa utilização da terra, pela prática de crimes ambientais e por maus-tratos aos animais. No entendimento dos camponeses, essas condições indicavam que as propriedades, pertencentes ao mesmo grupo familiar, não cumpriam a função social tal qual determina a Constituição Federal. Foram essas condições que motivaram as famílias a ocuparem as propriedades e a formarem o acampamento, considerado um dos primeiros momentos da territorialização da luta pela terra.

Após vários anos esperando a desapropriação, os camponeses decidiram, no ano de 2013, transformar o acampamento em pré-assentamento. Esse processo aconteceu por meio da elaboração do regimento interno e do projeto de parcelamento da área, em que cada família ficou com um lote de tamanho variável de acordo com a qualidade do solo e o relevo. Para os trabalhadores, pré-assentamento é a designação utilizada para declarar que ainda não dispõem da conquista definitiva da terra, como nos assentamentos, mas que já estão em um estágio mais evoluído que o dos acampamentos, caracterizados pela privação de diversas ordens como moradia adequada, saneamento, entre outras.

Esse termo não é reconhecido pelo Poder Judiciário, sendo utilizado apenas pelo MST. Como a proposta desta pesquisa é abordar a luta pela terra, valorizando a trajetória dos camponeses, neste trabalho são utilizados ambos os termos. Acampamento aparece ao se tratar dos primeiros anos da ocupação, e pré-assentamento ao se tratar do período a partir de 2013.

Diante do exposto, para entender os aspectos relacionados à construção da luta camponesa pela terra, o trabalho tem como objetivos específicos estudar a produção e as transformações territoriais originadas a partir do avanço do capital sobre a agricultura, bem como a desterritorialização camponesa, utilizando, como base para as discussões, o município de Barbosa Ferraz, território em que se encontra o pré-assentamento.

Também se objetiva realizar um levantamento da origem dos trabalhadores que compõem o pré-assentamento a fim de identificar os seus deslocamentos. Pretende-se apurar quais são os desafios enfrentados pelos trabalhadores no processo de luta pela terra,

compreender quais são as questões jurídicas e políticas relacionadas ao conflito e entender a estrutura e a organização do pré-assentamento.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa se vale de pressupostos teóricos e procedimentos empíricos. No que concerne aos pressupostos teóricos, são discutidos temas como colonização, transformações do espaço agrário, desterritorialização camponesa, luta pela terra, identidade sem terra e reforma agrária com base nas publicações de Serra (1992 e 2009), Silva (1985), Andrade (2013), Yokoo (2013), Luciani e Colavite (2014), Oliveira (2001 e 2007), Fernandes (2000 e 2013), Zeneratti (2014), Caldart (2001), Bogo (2008), entre outros.

No que tange aos procedimentos empíricos, foram realizadas visitas à área, objetivando adquirir familiaridade com o grupo, formular questões e perceber os principais problemas e as sensações vivenciadas pelos camponeses. Em um segundo momento, durante os trabalhos de campo, foram efetuados registros fotográficos, coleta de documentos e de informações por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com camponeses, lideranças locais do MST, representante jurídico, pioneiros e padre responsável pela paróquia da cidade, que mantém contato constante com os trabalhadores.

As entrevistas foram realizadas nas casas dos camponeses e na área comunitária do pré-assentamento. As técnicas utilizadas foram a da conversação e a do questionamento, procurando não influenciar as respostas dos entrevistados. Todas as informações obtidas nas entrevistas foram registradas com o uso de um gravador e depois foram transcritas.

As leituras, os dados e as informações serviram para a análise, a interpretação e a reflexão sobre o processo estudado. Para isso, o método científico utilizado foi o do Materialismo Histórico Dialético, desenvolvido a partir de formulações de Karl Marx e Friedrich Engels. A escolha desse método se justifica pela relação entre a teoria e a prática e pela compreensão do mundo como dinâmico, contraditório e histórico, sendo assim, o método permite entender criticamente o objeto de estudo e compreende a ciência como transformadora da realidade (COSTA; ROCHA, 2010).

Por se tratar de uma pesquisa geográfica, além do método adotado, foi necessário definir a categoria de análise que nortearia o estudo. A categoria escolhida foi a do território, explicada perante a premissa de que a luta pela terra é a luta por território, que, por sua vez, significa espaço apropriado “[...] onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Em paralelo com a categoria de território, alguns conceitos correlatos são discutidos ao longo do texto por serem essenciais à compreensão do objeto de estudo, como exemplos, os conceitos de

desterritorialização, de reterritorialização e de poder, embasados nas publicações de Raffestin (1993), de Saquet (2007) e de Andrade (2013).

Cabe mencionar que o trabalho segue dividido em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, são abordadas as características, a colonização e as transformações territoriais em Barbosa Ferraz, a fim de discutir o processo de desterritorialização camponesa e de luta pela terra no município.

O segundo capítulo trata dos motivos para a ocupação, das características da área e da trajetória dos camponeses que compõem o pré-assentamento Irmã Dorothy.

No terceiro capítulo, resgata-se a formação do acampamento, a luta para se manter na terra ocupada, incluindo as questões jurídicas e as estratégias políticas utilizadas pelos trabalhadores.

Finalmente, o quarto capítulo aborda os acontecimentos mais recentes, abrangendo as decisões judiciais e a reação do grupo de camponeses, alvo principal do estudo.

CAPÍTULO I

BARBOSA FERRAZ: PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

“[...] o território é a prisão que os homens constroem para si.”

(RAFFESTIN, 1993, p. 144)



Figura 01: Vista aérea parcial da cidade de Barbosa Ferraz

Fonte: Acervo da prefeitura municipal

A luta pela terra é historicamente produzida a partir dos processos de desterritorialização, gerados em decorrência das transformações do território e dos avanços das relações capitalistas no campo. Portanto compreender a luta pela terra implica, primeiro, compreender o contexto antecedente, sobretudo os processos que desterritorializaram parcela da população do campo e que aumentaram a desigualdade social. Dessa forma, para discutir a luta pela terra propriamente no pré-assentamento Irmã Dorothy, é necessário começar pela produção e pelas transformações do território em Barbosa Ferraz, município em que se insere o pré-assentamento, localizado na microrregião de Campo Mourão, mesorregião Centro Ocidental Paranaense, conforme mostra a Figura 02.

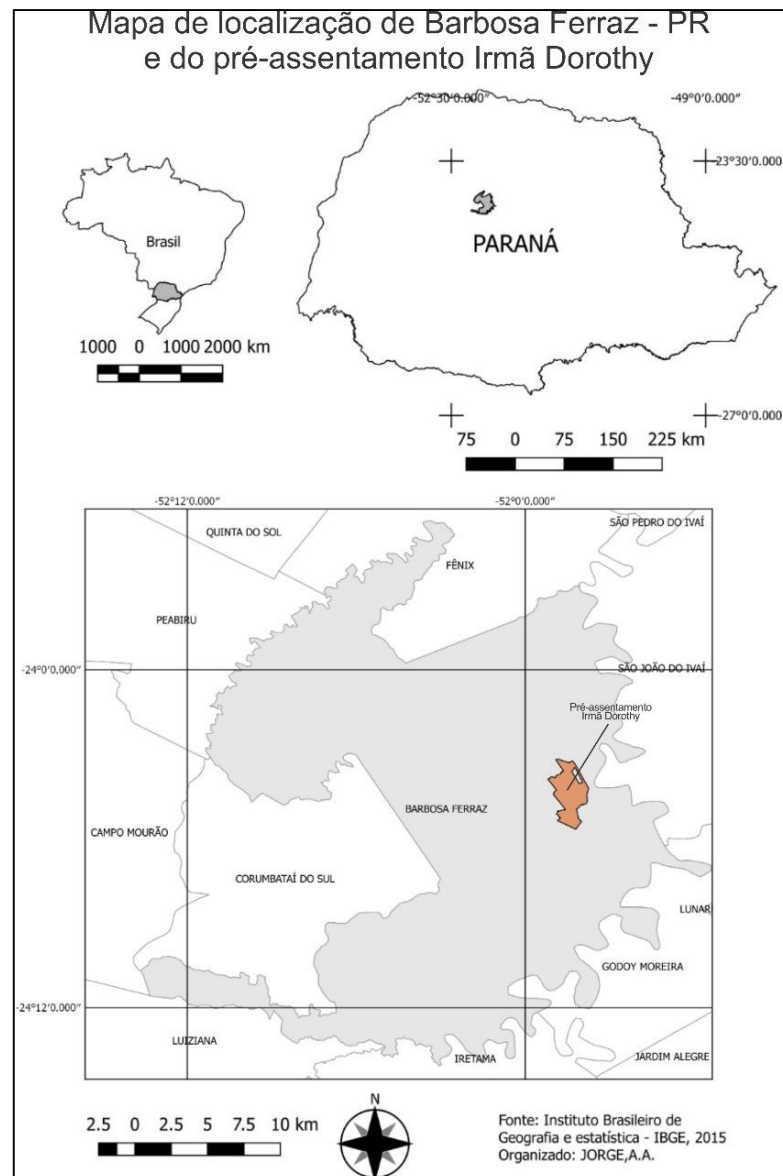


Figura 02: Mapa de localização de Barbosa Ferraz - PR e do pré-assentamento Irmã Dorothy
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015
Organização: Aline Albuquerque Jorge

Para tratar desse processo, é importante antes abordar e conceituar o que é território, além de compreender como os territórios são produzidos, destruídos e reconstruídos historicamente por relações de dominação, por conflitos e por lutas entre diferentes classes sociais.

Considerando o amplo aporte teórico referente a essa discussão, cabe explicar que a concepção adotada neste trabalho está alinhada com as abordagens de Raffestin (1993), de Saquet (2007) e de Andrade (2013). Desse modo, entende-se o território como multidimensional, constituído a partir das “[...] dimensões política, econômica, cultural e natural, bem como as redes e as relações de poder” (ANDRADE, 2013, p. 36). Nessa perspectiva, o território pode ser definido como espaço apropriado, “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ainda segundo Raffestin (1993), território é o espaço territorializado, ou seja, transformado pelas ações humanas, pelas projeções de trabalho, de energia de informação e pelas manifestações dos diferentes poderes presentes na sociedade.

O conceito de território está intrinsicamente ligado ao conceito de poder, isso porque são as relações de poder que implicam a construção, a destruição e a reconstrução dos territórios, ou seja, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização de grupos sociais. O poder é historicamente produzido por meio das relações sociais, não se tratando de uma instituição, “[...] mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade” (SAQUET, 2007, p. 32).

De acordo com Saquet (2007), é possível afirmar que o poder não emana apenas dos aparelhos do Estado, tampouco é algo que se adquire, portanto é exercido no jogo das relações desiguais, que são completamente intencionais.

Isto é, o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental por que nesta, age-se na orientação e constituição do *eu*, do indivíduo, integrando-se à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. (SAQUET, 2007, p. 32 – 33, grifo do autor)

São essas relações conflituosas, heterogêneas, variáveis e intencionais – explicadas por Saquet (2007) – que produzem e que transformam os territórios em diferentes escalas. Entender como funcionam essas relações é fundamental para compreender a configuração territorial e os conflitos sociais.

O poder – exercido por todas as classes sociais – manifesta-se pela defesa de interesses políticos, econômicos, culturais e ambientais. Na maior parte das vezes, é exercido na tentativa de preservar ou de criar uma territorialidade, que se define como “[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social (Estado, grupos sociais, empresas)” (ANDRADE, 2013, p 35). Quando os agentes sociais citados por Andrade (2013) não conseguem preservar a territorialidade, eles perdem território, por definição, são desterritorializados, o que, conseqüentemente, gera novos territórios e territorialidades, revelando um movimento contínuo e contraditório (ANDRADE, 2013).

Nesse sentido, as sociedades historicamente se territorializam, desterritorializam e reterritorializam de acordo com os interesses políticos e econômicos. Esse processo se desenvolve tanto em macroescalas, quanto em microescalas, valendo para discutir a produção e as transformações do território em Barbosa Ferraz e também a luta pela terra no pré-assentamento Irmã Dorothy. Na macroescala, a colonização do município de Barbosa e o desenvolvimento dos ciclos econômicos implicaram na destruição de algumas territorialidades, liberando espaço para a construção de outras, ligadas cada vez mais aos interesses do capital. Na microescala, o ato de ocupação realizado pelas famílias camponesas que compõem o pré-assentamento também significou a destruição de uma territorialidade, nesse caso, a territorialidade do capital, que passou a dar lugar para a construção da territorialidade dos sem terra.

Destarte, entender o desenvolvimento desse movimento complexo e contraditório é fundamental para a total compreensão do objeto de estudo. Assim, é com base nessas discussões que o trabalho segue abordando a produção e as transformações do território em Barbosa Ferraz.

1.1 A COLONIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DAS TERRAS DE BARBOSA FERRAZ

Para entender a produção e as transformações do território em Barbosa Ferraz, cabe discutir o processo de colonização, termo que, neste trabalho, é entendido como apropriação privada da terra, realizada para fins econômicos e baseada no povoamento seletivo, isto é, na restrição do acesso à terra por determinada parcela da sociedade (ANDRADE, 2013). Partindo dessa concepção, é possível também entender o processo de colonização como a destruição das territorialidades tradicionais – dos povos ocupantes – visando a liberação de espaço para a construção da territorialidade do capital.

Esse processo, no caso do Paraná, foi, em grande parte, dirigido pelo Estado, que, em algumas regiões, promoveu a colonização e, em outras, concedeu parcelas de terra para a iniciativa privada, sob a justificativa de que o poder público apresentava dificuldades econômicas e falta de capacitação técnica para constituir novos núcleos coloniais. Desse modo, grandes áreas foram repassadas mediante condições facilitadas de pagamento para as companhias colonizadoras privadas (YOKOO, 2013).

Sobre esse processo, Andrade (2013) assevera que as terras transferidas para as empresas colonizadoras eram as melhores do estado, ou seja, aquelas cuja localização, tipo de solo e topografia viabilizavam a comercialização. De forma proposital e estratégica, ficou sob a responsabilidade do poder público promover projetos de colonização nas áreas consideradas impróprias ou pouco produtivas, em função das características naturais e dos interesses econômicos da época.

Parcela das terras que ficaram sob a responsabilidade do Estado foram utilizadas, por meio de concessões, como forma de pagamento pela realização de serviços e de obras de infraestruturas públicas, como exemplo, a expansão da rede rodoferroviária (YOKOO, 2013). Muitas das áreas transacionadas para esses fins estavam localizadas na região de Campo Mourão, o que contribuiu para a formação de vários conflitos sociais, sobretudo porque as transferências de terra implicaram a desterritorialização dos grupos sociais ocupantes, tais como os remanescentes indígenas e os posseiros (ANDRADE, 2013).

Entre as concessões efetuadas na região de Campo Mourão, cabe destacar a realizada em 1928, em nome do engenheiro civil Joaquim Vicente de Castro, correspondente à área dos atuais municípios de Barbosa Ferraz, Fênix e Corumbataí do Sul, como parte do pagamento pela construção de uma estrada que ligava Irati e Itapará, localizados na região Sudeste do Paraná.

Em 1928, o governo do estado do Paraná concedeu ao engenheiro civil Joaquim Vicente de Castro uma grande área, que corresponde aos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul e Fênix, [...] Fazenda UBÁ. Essa concessão era **parte** do pagamento da construção de uma estrada que ligava o município de Irati e Itapará. (ANDRADE, 2013, p. 95, grifo nosso)

Entende-se, assim, que a história de Barbosa Ferraz está atrelada à política de concessão de terras devolutas em troca da prestação de serviços. Em geral, essas transferências se referiam a grandes porções de terra, principalmente no caso mencionado, em que uma única concessão equivalia à área que hoje corresponde a três municípios. Cabe ressaltar que essa transação era apenas parcela do pagamento pela construção de uma estrada, conforme destacado no trecho citado.

Mesmo fazendo parte de concessão realizada em 1928, a porção equivalente a Barbosa Ferraz só passou a ser colonizada vinte anos depois, em 1948, quando o engenheiro Joaquim Vicente de Castro negociou as terras com a Concessionária e Imobiliária Paraná Ltda., que, a partir de então, passou a realizar a derrubada da mata, a divisão da terra e a comercialização dos lotes, fundando a vila Barbosa Ferraz (LUCIANI; COLAVITE, 2014). Segundo informações do pioneiro Nelson Carlos Ferreira¹, batizar a vila com o nome Barbosa Ferraz foi uma homenagem ao major Antonio Barbosa Ferraz Junior e, ao mesmo tempo, uma estratégia para cativar compradores atraídos pelo prestígio que o referido major tinha na época, por conta da sua atuação na colonização da região Norte e dos serviços prestados ao Estado.

O interesse da concessionária em promover a colonização nessa porção de terra estava relacionado ao plantio de café, cultura que foi altamente representativa para a economia nacional e que alavancou a colonização da região Norte paranaense. Para atrair compradores, a empresa se aproveitou de algumas características naturais da região, tais como a topografia e o tipo de solo, proveniente da decomposição de rochas basálticas, popularmente conhecido como “terra roxa” e considerado apropriado para o cultivo dessa cultura.

Os primeiros colonos chegaram na área por volta de 1949, oriundos principalmente de São Paulo e de Minas Gerais, estados que já tinham tradição na cafeicultura. Parte dessa história de colonização e de migração é contada em entrevista pelo pioneiro José Ricardo Villar² (Figura 03), que passou a residir em Barbosa Ferraz no ano de 1952, aos dois anos de idade.

Eles foram um dos primeiros a chegar, as primeiras casas, tava só derrubado, eles derrubavam e queimavam o mato, a cidade já tava cortada, mas não tinha muita coisa, as primeiras casas foram eles mesmo que ajudaram a construir. Meu avô veio com a família toda pra cá, meu pai acompanhou ele. Eles vieram de Ouro Fino Minas Gerais, no caso do meu pai, ele seguiu mais o pai dele, porque eles eram lá em Minas da tradição do café, na época, e eles vieram visitar aqui e gostaram das terras, que eram vermelhas, e porque tinha muito espigão que eles chamavam, que era morro, espigão pra eles lá em Minas Gerais era o lugar de plantar o café, e eles eram apaixonados, gostavam demais do plantio de café, e eles vieram pra cá entusiasmado com isso, plantar café e foram o que fizeram, compraram o sítio aqui, derrubaram o mato e plantaram café.

¹ Durante os trabalhos de campo, houve a tentativa de entrevistar o pioneiro Nelson, entretanto ele estava em viagem e não pode falar. Em função da importância do seu depoimento para entender a história de formação de Barbosa Ferraz, foi realizado o contato por telefone, e, então, o Sr. Nelson se disponibilizou a responder algumas perguntas por e-mail. O e-mail enviado pelo pioneiro Nelson está disponível nos anexos, na página 173.

² É válido registrar que este trabalho utiliza entrevistas como fonte de pesquisa, portanto trechos dos depoimentos dos entrevistados são citados ao longo do texto na íntegra, sem correções ortográficas. Estas entrevistas estão disponíveis em totalidade nos apêndices. A primeira a ser apresentada é a do pioneiro José (p. 111), na sequência, estão arroladas as entrevistas dos camponeses e lideranças locais do MST, do representante jurídico e do padre responsável pela paróquia de Barbosa Ferraz.

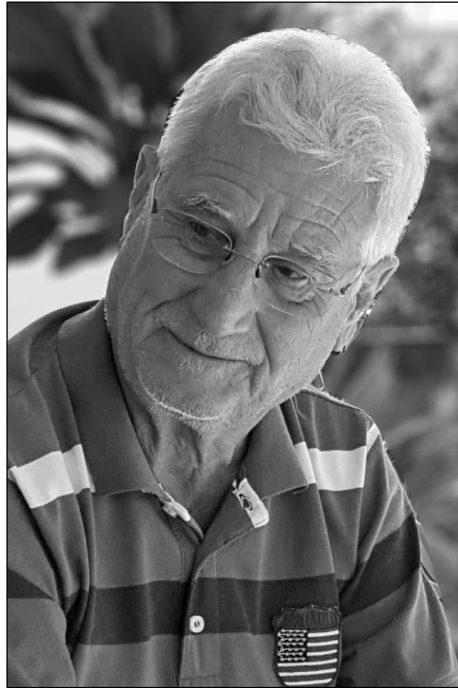


Figura 03: Pioneiro José Ricardo Villar no momento em que concedia entrevista
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 26-04-2018

De acordo com o depoimento do pioneiro José, é possível associar o deslocamento da sua família à crise da cafeicultura que, na segunda metade do século XIX, desestimulou o plantio da cultura nas zonas produtoras mais antigas, que entre outros fatores, encontravam-se naturalmente desgastadas, a exemplo, os casos de São Paulo e de Minas Gerais (SERRA, 1992).

Nessa perspectiva, a formação de correntes migratórias em busca de novas terras para o plantio do café significou a reterritorialização dos produtores dessa atividade, revelando “[...] um movimento dialético de continuidade e descontinuidade” (ANDRADE, 2013, p. 07). À medida que esses produtores impulsionavam a frente cafeeira, também estimulavam a colonização e, naturalmente, imprimiam uma nova organização espacial. Assim, passa-se a identificar como o plantio de café e as demais atividades econômicas se desenvolveram e transformaram o território.

1.2 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO EM BARBOSA FERRAZ

Em Barbosa Ferraz, o café era produzido da mesma forma que nas zonas produtoras da região Norte do estado, ou seja, era regularmente cultivado em pequenas e em médias

propriedades junto de outras culturas temporárias, diversificando a produção. O trabalho era realizado pela mão de obra familiar, em relações de parceria, conforme explica Cancian (1981):

Os cafeeiros plantados no Paraná fugiram da condição monocultora em grandes propriedades. Ao contrário, desenvolve a pequena e média propriedade, onde o lavrador e sua família eram partes da mão de obra da lavoura, o que diminuía o custo da produção e deixava margem de lucro satisfatória para a nova categoria de proprietários emergentes, pela redução do emprego de assalariados. Para os casos de propriedades médias onde a família não conseguia absorver em si mesma o trabalho, grande parte das terras eram mantida sem exploração à espera de melhores tempos, ou com pequeno número de colonos ou parceiros. O café não era produto exclusivo: as pastagens, o algodão, as lavouras temporárias, compunham um quadro diversificado da agricultura paranaense. (CANCIAN, 1981, p. 33)

Diferentemente da região Norte do Paraná, a expectativa gerada pelo plantio do café durou pouco em Barbosa Ferraz, localizado na região Centro Ocidental, o que está relacionado às condicionantes climáticas. Isso porque o município está localizado em uma região suscetível a geadas, sobretudo a porção de terra localizada ao sul do paralelo 24°, onde a ocorrência do fenômeno é mais intensa e frequente (YOKOO, 2013). A Figura 04 mostra a localização desse paralelo no município.

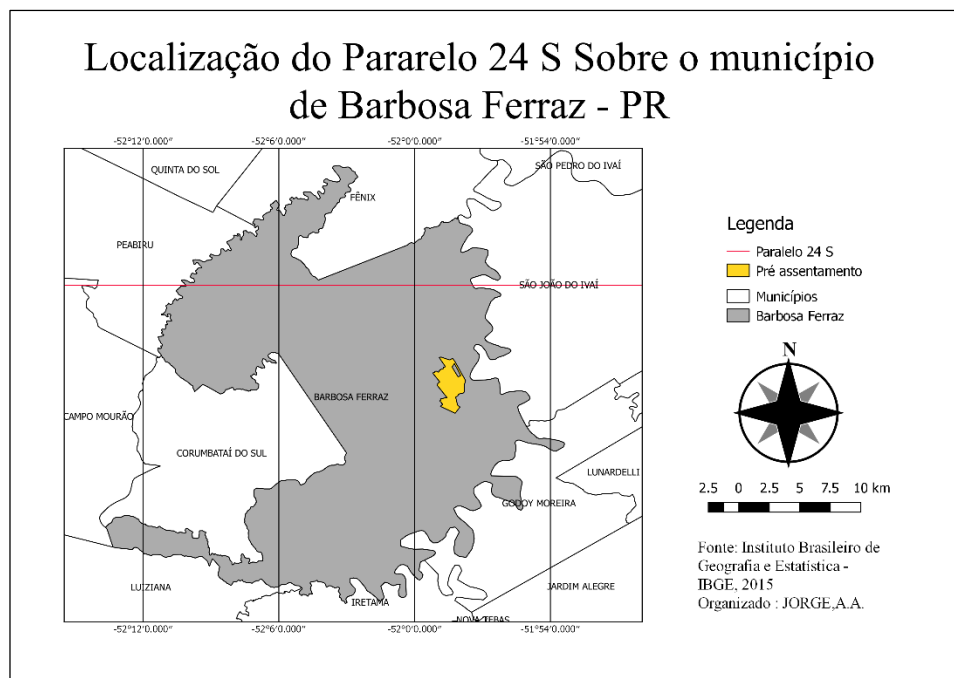


Figura 04: Localização do paralelo 24° no município de Barbosa Ferraz

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015

Organização: Aline Albuquerque Jorge

Poucos anos após a fixação da cultura, os produtores foram surpreendidos com uma forte geada que dizimou os cafezais, assim como relata o pioneiro José: “quando o café tava formando, ia começar a produzir, veio uma geada muito forte, em 1955, eu me lembro disso, eu era criança, ficou todo mundo a zero, uma dificuldade danada”. Segundo Serra (2009) a geada de 1955, que, nas palavras de José, “levou todo mundo a zero”, representou um duro golpe para a economia paranaense, que estava estruturada sob a cultura do café. Parcela dos produtores deixou a atividade por não suportar os prejuízos sofridos, entre eles, incluem-se muitos produtores de Barbosa Ferraz. Essa história também é contada pelo pioneiro Nelson, o qual acrescenta que, no período subsequente à geada, os produtores ficaram desanimados. Aos poucos, alguns ingressaram nos cultivos de milho e de feijão, no entanto tiveram dificuldades para encontrar compradores para toda a produção.

De acordo com o pioneiro Nelson, a partir do final de 1960, uma nova cultura foi introduzida no município: o plantio de hortelã. As primeiras mudas foram trazidas de Presidente Prudente - SP e cultivadas pelos irmãos Carlos Francioli e Brasilino Francioli. O objetivo com o cultivo de hortelã não era comercializar a planta *in natura*, mas sim o óleo extraído pela destilação realizada em alambiques. O tipo de solo e as demais condições naturais da região foram favoráveis a essa cultura. Além disso, a herbácea possuía mercado e era negociada com preço satisfatório para a época, o que contribuiu para que, rapidamente, outros agricultores se interessassem pela cultura, tornando-se, assim, como chama o Sr. Nelson, “uma febre”, que durou do início da década de 1960 até meados da década de 1970.

O hortelã foi a cultura que substituiu efetivamente o café. Como já mencionado, no início, as mudas eram trazidas de Presidente Prudente; posteriormente, os próprios produtores que já estavam há mais tempo na atividade tiravam das touceiras maiores mudas para fornecer para aqueles que ingressavam no plantio. Segundo o pioneiro José, depois que o plantio de hortelã era efetuado, realizavam-se cortes manuais aproximadamente quatro vezes ao ano, exceto no período de inverno em que a planta não apresentava crescimento satisfatório. Após o corte, as ramas eram carregadas em carroças (Figura 05) e transportadas até os alambiques, onde eram realizados os procedimentos para a extração do óleo (Figura 06).

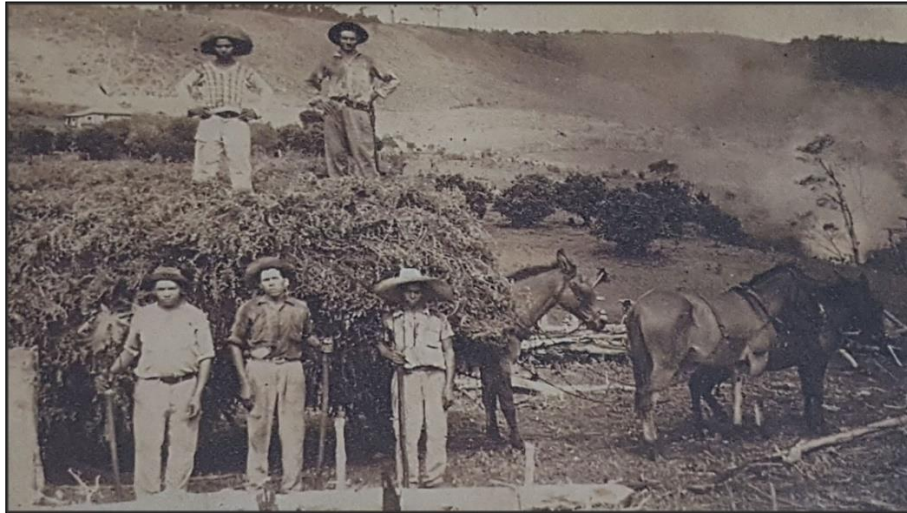


Figura 05: Sistema de carregamento e de transporte de hortelã até o alambique
Fonte: acervo pessoal do Sr. Donizete Gonçalves Pereira³, localizado em Barbosa Ferraz



Figura 06: Alambique destinado à extração de óleo de hortelã
Fonte: acervo pessoal do Sr. Donizete Gonçalves Pereira

A herbácea podia ser cultivada apenas duas vezes no mesmo terreno (YOKOO, 2013), realizando-se cortes pelo período aproximado de dois anos. Depois disso, mesmo com adubações, a produtividade era reduzida. Os produtores, então, tinham de abandonar as áreas desgastadas e partir para a derrubada da mata em busca de solos aptos a receber as mudas. Esse processo é retratado na Figura 07 e explicado pelo pioneiro Nelson, que diz: “o hortelã exigia terras férteis e novas e não aceitava adubação, conforme as terras iam ficando velhas, novas matas eram derrubadas para isso”.

³ O senhor Donizete Gonçalves Pereira é filho de pioneiro de Barbosa. No momento em que entramos em contato, ele não podia nos ceder entrevista, todavia disponibilizou algumas fotos pertencentes a sua família, que retratam a história do município.



Figura 07: Derrubada da mata para dar continuidade ao plantio de hortelã
Fonte: acervo pessoal do Sr. Donizete Gonçalves Pereira

À medida que a cultura de hortelã se popularizou entre os produtores, várias indústrias de alambique se instalaram no município. Durante a entrevista, o pioneiro José apontou o espaço localizado em frente à sua casa (Figura 08), contando que ali se localizava uma dessas indústrias.



Figura 08: Área em frente à casa do pioneiro José, onde se localizava a indústria de alambiques para a extração de óleo de hortelã
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 26-04-2018

O plantio de hortelã não causou grandes modificações na estrutura fundiária e na divisão do trabalho em Barbosa Ferraz, pois, assim como a cultura de café, era cultivado em pequenas e em médias propriedades e exigia muita mão de obra, uma vez que o trabalho era realizado de forma manual e envolvia todos os membros da família.

A demanda por trabalhadores e a propaganda em torno da lucratividade da cultura fizeram com que o município se tornasse, na época, um polo de atração populacional, sobretudo para os mineiros, que, segundo o Sr. Nelson, “[...] chegavam em caminhões chamados pau-de-arara, os quais diziam que estavam vindo pegar dinheiro com o rastelo, que usava para juntar as ramas de hortelã”. Neste período, Barbosa Ferraz chegou a ser considerada a Capital Mundial do Hortelã. Os comentários sobre o sucesso dos produtores que exerciam a atividade atraía tantas famílias que o município atingiu o número de 37.455 habitantes, segundo o censo demográfico de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Entre as histórias que estão relacionadas a esse período e que se popularizaram no município, está a maneira como costumava ser realizado o pagamento pelo óleo de hortelã. Segundo os pioneiros, as empresas compradoras, geralmente oriundas de Presidente Prudente, enviavam um avião que sobrevoava a área e jogava pacotes de dinheiro em pontos previamente combinados. Esses pacotes eram recebidos por funcionários encarregados de efetuar o pagamento aos produtores.

Em entrevista, o pioneiro José conta parte desta história: “o pagamento pelo óleo era feito pelo avião, não tinha banco, não tinha nada, o avião jogava dinheiro para os compradores pagar o produto, isso é mostrado no painel que conta a história da cidade, lá na praça”. O avião mencionado pelo pioneiro José realmente está retratado no painel, localizado na praça da prefeitura do município, como forma de representar a importância da comercialização de óleo de hortelã para a história do município. A figura a seguir mostra a parte do painel que retrata a cena descrita.

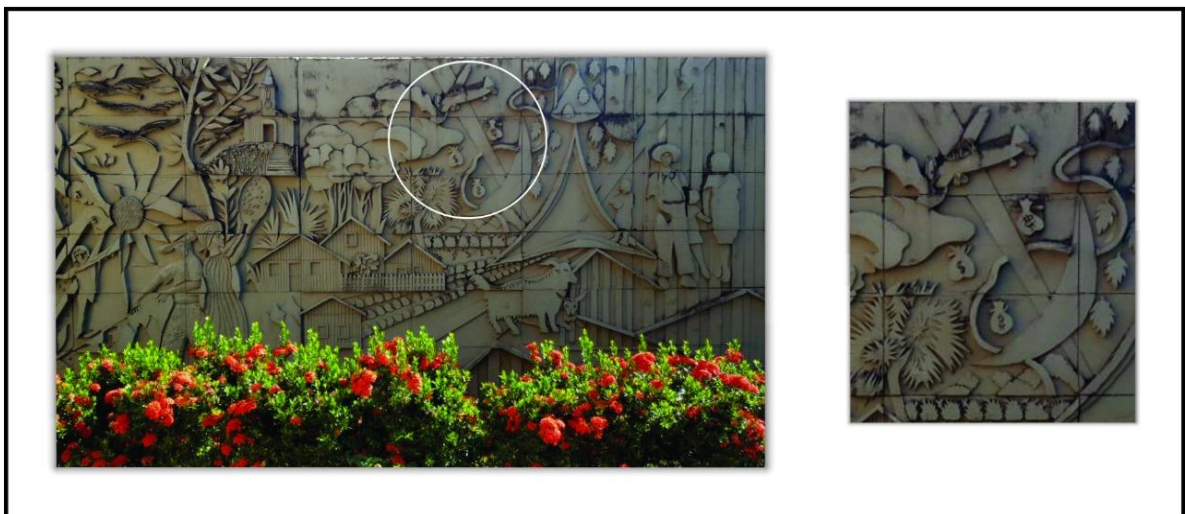


Figura 09: Parte do painel que retrata o avião que realizava o pagamento pelo óleo de hortelã, localizado na praça da prefeitura do município de Barbosa Ferraz

Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 26-04-2018

Segundo o entrevistado, a escolha de efetuar o pagamento por meio de um avião era consequência da falta de estrutura e da dificuldade de acessar o município, isso porque, nessa época, o transporte dependia de balsas que permitiam a travessia pelos rios Ivaí e Corumbataí, conforme o relato do pioneiro José.

A dificuldade aqui era muito grande, porque aqui era fim de linha, todo mundo vinha pela balsa, tinha que cruzar o Rio Ivaí e do outro lado era o Rio Corumbataí, não tinha ponte, tinha que vir de balsa, chegava aqui tinha que voltar pra trás, só em 1964, 1965 surgiu uma estrada que ligava Campo Mourão por aqui, antes pra ir pra Campo Mourão, tinha que ir a cavalo por dentro da mata, mas era pouco usado.

Mesmo com o sucesso obtido, o cultivo do hortelã chegou ao fim no início da década de 1970, resultado do esgotamento do solo, conforme explica o pioneiro José: “[..] com o tempo, as terras ficaram fracas, né, foi muita exploração por causa do hortelã, já não produzia mais como antes, já não compensava mais plantar, aí as pessoas foi desistindo”. Com o encerramento do ciclo, alguns tentaram retomar o plantio de café, outros partiram para a produção de algodão, de milho e de feijão, entretanto nenhuma dessas culturas se desenvolveu como o hortelã.

Na mesma década em que se encerrava o cultivo de hortelã em Barbosa Ferraz, o Paraná iniciava o processo de modernização agrícola, caracterizado pela incorporação de maquinários, de adubos químicos e de agrotóxicos no processo produtivo (SERRA, 2009). O principal objetivo da modernização foi aprofundar as relações capitalistas no campo, aumentando verticalmente a produção de gêneros voltados à exportação e tornando o Brasil, ao mesmo tempo, mercado consumidor das tecnologias produzidas pelos países industrializados. Esse processo é marcado pela introdução da soja em alternância com outros plantios, tais como o milho e o trigo. Em Barbosa Ferraz, essas lavouras temporárias substituíram o cultivo de hortelã, principalmente nas partes mais planas em que a ação do capital foi intensificada.

A inserção das culturas temporárias em conjunto com o modelo industrializado de produção representou o avanço da territorialização do capital no campo, resultando novas formas de divisão do trabalho, as quais aumentaram o nível de exigência técnica e diminuíram o período de ocupação da mão de obra, incidindo na expulsão, isto é, na desterritorialização de grande parte dos trabalhadores rurais (ANDRADE, 2013).

Ao tratar desse processo, Stédile e Fernandes (2013) afirmam que o contingente populacional expulso do campo era formado por famílias que viviam como arrendatárias e parceiras, acostumadas com uma agricultura que utilizava muita mão de obra e pouca máquina.

A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. Foi um período em que a natureza principal da agricultura era o uso intensivo de mão de obra. Não sei se é justo dizer que era uma agricultura atrasada - penso que aqui não cabem comparações -, que utilizavam muita mão de obra e pouca mecanização. Com a entrada da mecanização, liberou-se um enorme contingente de pessoas. (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 17 - 18)

Em Barbosa Ferraz, a adesão do modelo de agricultura industrializada pode ser observada por meio do aumento do número de tratores, de máquinas de plantio e colheita e do uso de adubos químicos no município. As maiores diferenças estão entre as décadas de 1970 e de 1980, período em que a modernização estava em plena consolidação e, por conta disso, demandava elevados investimentos. De acordo com os dados apresentados na Tabela 01, em 1970, existiam 63 tratores no município; em 1980, esse número passou para 360, indicando um aumento de 471,4%. Com relação às máquinas de plantio e de colheita, em 1970, existiam 15, passando, em 1980, para 502, o que revela um crescimento ainda maior, correspondente a 3.240%. O mesmo processo ocorreu com a adubação química. Em 1970, apenas 40 estabelecimentos utilizavam esse recurso; em 1980, esse número passou para 726 estabelecimentos, um aumento de 1715%.

Tabela 01: Indicadores da modernização agrícola em Barbosa Ferraz (1970 – 2017)

| Indicadores | 1970 | 1980 | 1996 | 2006 | 2017 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nº de tratores | 63 | 360 | 399 | 370 | 389 |
| Nº de máq. plantio/colheita | 15 | 502 | 180 | 205 | 265 |
| Adubação química | 40 | 726 | 682 | 1561 | 411 |

Fonte: IBGE, 2018

Organização: Aline Albuquerque Jorge

Notas:

* Os dados correspondentes à adubação química expressam o número de estabelecimentos que utilizam o recurso

** Os dados apresentados para o ano 2017 são referentes ao resultados preliminares divulgados pelo IBGE

Nos anos posteriores a 1980, sobretudo no ano de 1996, é possível observar a queda da aquisição de máquinas, o que, por um lado, justifica-se pelo município ter perdido área no final da década de 1980, por conta da emancipação política e administrativa de Corumbataí do Sul (ANRADE, 2013). Por outro lado, a queda também pode se justificar pelo fato de que

parcela dos pequenos produtores, que inicialmente tentaram se inserir no novo modelo, não obtiveram os resultados esperados, chegando, em muitos casos, a perder a sua propriedade.

Desse modo, além de desterritorializar os trabalhadores rurais que tiveram a sua mão de obra substituída pela força mecânica, a modernização também desterritorializou /expropriou muitos dos pequenos proprietários, que, por serem menos providos de capital, não conseguiram acompanhar o processo, o qual demandava grandes áreas para cultivo.

A desterritorialização desses pequenos produtores revelou outra característica da modernização, a concentração fundiária, gerada a partir da destruição das pequenas propriedades. Como explica Silva (1985, p.33): “vê-se então claramente que, num período de prosperidade da economia agrária, as pequenas explorações – especialmente aquelas que têm formas precárias de acesso à terra – são engolidas pelos grandes estabelecimentos agropecuários [...]”.

Esse movimento de absorção das pequenas unidades produtivas é visualizado em Barbosa Ferraz. Segundo os dados apresentados na Tabela 02, em 1970, existiam 3.191 estabelecimentos de 0 a menos de 10 hectares no município, que juntos ocupavam o total de 16.243 ha. Uma década depois, em 1980, o número referente a esses estabelecimentos caiu para 1.572, que passaram a ocupar uma área de 7.659 ha, indicando a liberação de 8.584 ha e uma redução de 49,26% no número de unidades. No censo seguinte, em 1996, os números referentes a esses minifúndios⁴ são ainda menores, passando de 1.572 unidades para 726, o que liberou mais 4.164 ha e apontou uma nova contração de 46%.

As terras que estavam nos pequenos estratos da estrutura fundiária (de 0 a menos de 10 ha) foram transferidas para as médias e as grandes unidades produtivas, que, nesse mesmo período, apresentaram crescimento. Em 1970, Barbosa contava com 1.030 estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha, que juntos ocupavam uma área de 21.522 ha; em 1980, esse número cresceu para 1.175 estabelecimentos e 29.568 ha, indicando a absorção de 8.046 ha e um aumento de 14%. A diferença é muito maior quando se analisa os dados referentes aos estabelecimentos de 100 a 1000 ha, que aumentaram de 31 unidades e 6.499 ha, em 1970, para

⁴ De acordo com as informações disponíveis na página do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pequena propriedade é aquela cuja área varia de um a quatro módulos fiscais, média propriedade varia de quatro a quinze módulos fiscais e a grande é superior a quinze módulos. Segundo o INCRA, o módulo fiscal de Barbosa Ferraz corresponde a 20 hectares, sendo assim, os imóveis com área inferior a 20 ha são considerados minifúndios, já aqueles com área entre 20 ha e 80 ha são considerados pequenas propriedades, os com área de 80 ha a 300 ha são médias propriedades e os com área acima de 300 ha são grandes propriedades. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

103 unidades e 27.147 ha, em 1980, assinalando a absorção de 20.648 ha e um crescimento de 232,2%.

Chama atenção o aparecimento, na década de 1980, de três unidades produtivas com mais de 1000 hectares (5.277 ha), modelo que não existia no município na década anterior. Em 1996, o número desses enormes estabelecimentos aumentou para quatro (4.596 ha), depois, no censo de 2006, reduziu para três (4.787 ha).

Tabela 02: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área em Barbosa Ferraz (1970 - 2017)

| Estabelecimentos | 1970 | Área (ha) | 1980 | Área (ha) | 1996 | Área (ha) | 2006 | Área (ha) | 2017 | Área (ha) |
|-------------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|
| 0 < 10 hectares | 3191 | 16.243 | 1572 | 7.659 | 726 | 3.495 | 795 | 3.546 | 171 | 1.655 |
| 10 < 100 hectares | 1030 | 21.522 | 1175 | 29.568 | 628 | 18.119 | 654 | 18.931 | 414 | 5.545 |
| 100 < 1000 hectares | 31 | 6.499 | 103 | 27.147 | 91 | 21.245 | 96 | 28.532 | 124 | 28.355 |
| + de 1000 hectares | 0 | 0 | 3 | 5.277 | 4 | 4.596 | 3 | 4787 | 0 | 0 |

Fonte: Censo agropecuário IBGE 1970, 1980, 1996, 2006 e 2017

Organização: Aline Albuquerque Jorge

Notas:

* Os dados referentes a 1970 e a 1980 foram obtidos por meio da consulta aos volumes do IBGE relativos ao estado do Paraná; os dados referentes a 1996 foram obtidos por meio da tabela 17, disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>; os dados referentes a 2006 foram obtidos por meio da tabela Sidra 2727; os referentes a 2017 foram obtidos por meio da tabela Sidra 6710.

** Os números apresentados para o ano 2017 são parte dos resultados preliminares divulgados pelo IBGE.

A concentração de terra, demonstrada nos dados estatísticos, junto com a substituição do trabalho humano pela máquina, expropriou e expulsou considerável parcela da população do campo, que teve como saída o deslocamento para o espaço urbano, assim como ratifica Silva (1985).

[...] o que significou a manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra tão elevado no Brasil, aliado a uma rápida expansão da fronteira agrícola? Significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, que tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida. (SILVA, 1985, p. 38)

Em um primeiro momento, os trabalhadores desterritorializados seguiram para os núcleos mais próximos, “[...] como nem sempre conseguiam emprego, foram se aventurando para as cidades de maior porte e, em seguida, para outros Estados” (SERRA, 2009, p. 08).

A expulsão dos trabalhadores rurais e o consecutivo deslocamento para as cidades e outros estados fez com que muitos municípios da região, que antes da modernização haviam sido polos de atração populacional, tornassem-se dispersores, sendo esse o caso de Barbosa Ferraz. Dessa forma, a cada ano, a população do município diminuiu. Do ápice de 37.455 habitantes, contabilizados pelo IBGE na década de 1970, o número de habitantes do município reduziu para 12.656, contabilizados em 2010. A estimativa populacional para 2018 foi de 11.714 habitantes.

A maior redução populacional ocorreu justamente entre as décadas de 1980 e 1990, período em que os resultados da modernização já pesavam sobre os trabalhadores. Também foi o período em que ocorreu a emancipação política e administrativa de Corumbataí do Sul, conseqüentemente, o município perdeu área e habitantes. Além da queda populacional, os dados referentes a essas décadas revelam uma inversão quantitativa relacionada à situação de domicílio da população do município. Em 1980, Barbosa tinha 36.156 habitantes, sendo que 70,3 % residiam na zona rural; já em 1990, o número de habitantes caiu para 18.389, sendo que apenas 40,8% desse total residiam no campo. Os dados apresentados na Tabela 03 demonstram esse esvaziamento populacional, intensificado em relação aos residentes do espaço rural.

Tabela 03: População de Barbosa Ferraz, segundo os censos demográficos (1970 – 2010)

| Ano | População total | População rural | População urbana |
|------|-----------------|-----------------|------------------|
| 1970 | 37.455 | 31.550 | 5.905 |
| 1980 | 36.156 | 25.448 | 10.708 |
| 1991 | 18.389 | 7.517 | 10.872 |
| 2000 | 14.110 | 4.375 | 9.735 |
| 2010 | 12.656 | 3.075 | 9.581 |

Fonte: Tabela Sidra - IBGE, 2018

Organização: Aline Albuquerque Jorge

Perante esses resultados, é possível caracterizar a modernização como um processo de exclusão, sustentado na relação entre o capital e o Estado, em desfavor da população, assim como explica Andrade (2013).

Tal modelo de desenvolvimento rural no Brasil, além de causar grandes danos ao meio ambiente, podemos caracterizá-lo como excludente e, evidencia fortemente a articulação do Estado e do capital, em detrimento à população. É preciso pensar em um desenvolvimento híbrido em que todas as pessoas possam ser incluídas e se desenvolverem (ANDRADE, 2013, p. 127).

A forma pela qual e a velocidade com que ocorreram as transformações no campo tiveram como efeito a intensificação da desigualdade social e, consecutivamente, dos conflitos (SERRA, 2009), posto que parcela das famílias desterritorializadas “[...] se lançaram às estradas transformando-se em trabalhadores sem terra, em busca do acesso à terra” (ANDRADE, 2013, p. 115). Muitos desses trabalhadores, na tentativa de se reterritorializar no campo, juntaram-se aos movimentos sociais de luta pela terra, entre esses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, incidindo na formação de novos territórios de acampamentos e de assentamentos.

Esses territórios são formados a partir das ocupações de terras, principalmente aquelas que não cumprem a função social do modo como determina a Constituição Federal. É por meio das ocupações que os trabalhadores entram na terra, criando uma territorialidade de luta e imprimindo uma nova organização espacial. Fazem parte desse contexto as duas territorialidades construídas pelos sem terras em Barbosa Ferraz.

Uma delas é o acampamento Nossa Senhora do Carmo, cuja história começou em julho de 2006, quando 15 famílias da região de Campo Mourão iniciaram o processo de ocupação dos 80 hectares da fazenda denominada “Os Oitenta” (ANDRADE, 2013). A área ocupada está na divisa dos municípios de Barbosa Ferraz e de Iretama e faz parte da propriedade cedida para fins de reforma agrária para a formação do assentamento Muquidão. Por não possuir escritura, essa porção de terra ficou fora do projeto de assentamento (ANDRADE, 2013, p. 226).

A outra territorialidade é o pré-assentamento Irmã Dorothy, que consiste no recorte geográfico selecionado para a realização da pesquisa. Desse modo, a história de formação e de luta pela terra desse pré-assentamento são temas que serão trabalhados com maior profundidade nos capítulos seguintes. A começar pelas razões que motivaram a ocupação e pela trajetória dos trabalhadores envolvidos.

CAPÍTULO II

A OCUPAÇÃO E A PRIMEIRA FASE DA LUTA PELA TERRA

“A porteira pode estar sendo fechada pelos poderosos, mas, por outro lado, as cercas podem ser e são derrubadas, a cada dia, pelos subalternos e expropriados.”

(MOURA, 1986, p. 52)



Figura 10: Entrada do pré-assentamento Irmã Dorothy
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 22-07-2017

2.1 AS CONDIÇÕES QUE MOTIVARAM A OCUPAÇÃO

A história do pré-assentamento⁵ Irmã Dorothy teve início no dia 22 de novembro de 2005, quando aproximadamente cinquenta famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ocuparam o total de 573,20 hectares, sendo 414,4 ha da Fazenda São Paulo e 158,8 ha do Sítio São Vicente, áreas limítrofes, pertencentes à mesma família (Figura 11).



Figura 11: Imagem de satélite da área do pré-assentamento Irmã Dorothy
Fonte: Google Mapas, 15-04-2018

O que motivou essa ocupação foram as denúncias de que a área não estava cumprindo a função social da maneira como estabelece o Artigo nº. 186 da Constituição Federal de 1988, ao determinar que as propriedades rurais devem ser produtivas e, simultaneamente, atender aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

⁵ Por abordar a história do pré-assentamento desde a ocupação até a atualidade, utiliza-se os dois termos neste trabalho. Acampamento aparece quando se trata dos primeiros anos de luta e pré-assentamento, quando se trata do período mais recente, após a divisão da terra em lotes ocorrida em 2013.

Segundo relatos, os problemas que envolviam a área eram o baixo aproveitamento da terra, o desmatamento de áreas de preservação ambiental e a presença de animais em situação precária, que, em razão das doenças contraídas, ofereciam riscos às propriedades vizinhas. No entendimento dos camponeses, esses problemas indicavam que a propriedade não estava tendo aproveitamento adequado, não utilizava corretamente os recursos naturais disponíveis e a exploração não favorecia o bem-estar, portanto estava destoante do que a Constituição Federal exige e deveria tornar-se território de reforma agrária.

Por essas razões, os camponeses realizaram a ocupação em 2005. De acordo com os trabalhadores, não houve resistência à ação, a única pessoa encontrada na propriedade foi o caseiro, o qual foi convidado a se juntar ao grupo, porém não aceitou e se retirou da área. Três dias depois, ocorreu a primeira manifestação do proprietário e da sua família, declarando que procurariam a Justiça para solicitar a reintegração de posse, dando início aos processos judiciais. Parte dessa história é contada pelo camponês Lino José Magnagnagno (Figura 12), de 68 anos, apelidado de Gringo, que faz parte do MST há 15 anos e integra o pré-assentamento desde a ocupação.

Eu me lembro que, quando nós chegemos aqui, chegemos até dia, nos perdemos lá na cidade, quando nós chegemos aqui, tinha uns cara ali, quando viram tudo, correram tudo, ficou só o caseiro, chamamo ele pra ficar com nós, ele também era um sem terra, ele não quis. Fizemo nossos barraco, no terceiro dia veio o fazendeiro e sua família, eles falaram que ia atrás da justiça pra tirar a gente daqui.

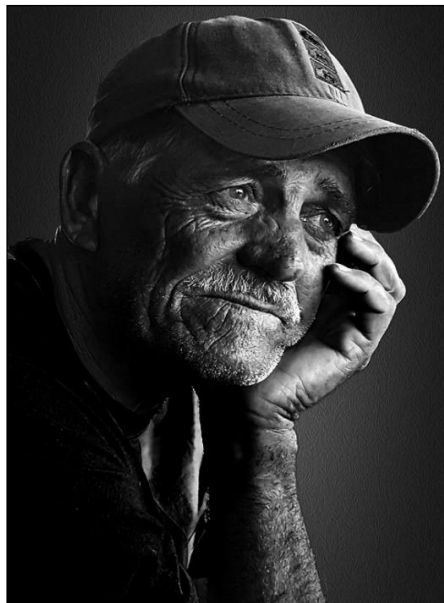


Figura 12: Camponês Lino José Magnagnagno no momento em que concedia entrevista
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 20-08-2017

Quando os camponeses foram questionados sobre a situação em que encontraram a área, descreveram que as instalações estavam bastante danificadas e que os animais (aproximadamente 700 cabeças de gado de corte) estavam abandonados e adoecidos, caracterizando maus tratos. Em entrevista, o trabalhador Paulo Grudzien, 53 anos, conta que:

No dia 22 de novembro de 2005, nós chegamos aqui, em torno das 8h da manhã, daí nós chegamo aqui encontramos tudo detonado né, tudo bagunçado, tinha mais de 700 cabeça de criação, tudo meio abandonado, uma parte era mais doméstico, mais tinha uma parte que era selvagem mesmo.

Quando fala sobre as instalações da propriedade, Paulo diz:

Tava demais, a casa tava o mato entrando dentro quase [...] tava muito danificado, tinha várias casas de madeira caindo, escoradas, acabo nós tirando as escoras pra acabar de cair algumas. Outras nós dirrubô pra usar né, benefício nosso mesmo, tava muito bagunçado demais, os trator que tinha tava tudo podre, tinha três trator tudo podre, colhedeira tudo podre, tinha uma Brasília que nós nem sabemos de que década é aquilo lá, tava tudo podre.

Nos depoimentos de outros trabalhadores, as declarações relacionadas à situação da área se repetem. O camponês Enes de Lima Machado, 28 anos, relembra: “quando nós chegemo aqui, encontramos a fazenda em situação de abandono, o gado cheio de doença, tava tudo mal zelado, bicho, criação morrendo, aqui era uma ameaça para a sociedade”.

Os problemas descritos pelos trabalhadores estão registrados em documentos produzidos por órgãos públicos e por profissionais ligados às atividades da fazenda e são utilizados pelos camponeses nos processos judiciais. Entre esses documentos, está o relatório redigido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz⁶, direcionado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a finalidade de informar e de pontuar as irregularidades e as ilegalidades da propriedade, afirmando o descumprimento da função social, conforme mostra o trecho apresentado na Figura 13.

⁶ Esse relatório está incluso no anexos da dissertação, na página 149. Outros documentos que fazem parte dos processos judiciais também são apresentados em totalidade nos anexos.

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, por seu representante legal, Prefeito Municipal Sr. Mário César Lopes de Carvalho, abaixo subscrito, no intuito de colaborar com o presente Instituto em sua altiva missão de implementar a política de reforma agrária, vem respeitosamente a Vossa Excelência, através deste singelo relatório informar que a Fazenda São Paulo, situada nesta cidade de Barbosa Ferraz – Pr., cujo proprietário é o Senhor Carlos Alberto Consoni Gomes encontra-se totalmente irregular perante a Legislação Constitucional e Legal, bem como em relação as demais órgãos governamentais responsáveis pela correta utilização das propriedades rural de nosso país. Referida propriedade rural não está cumprindo sua FUNÇÃO SOCIAL, preceito este que foi explicitamente prevista em nossa Constituição Federal de 1988, como condição essencial para caracterizar sua Produtividade perante ao respeitado Instituto.

Figura 13: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

De acordo com o relatório, entre as irregularidades da área, estava a inadimplência com o Imposto Territorial Rural – ITR (Figura 14), tributo federal previsto na Constituição. Conforme dispõe a lei nº. 9.393/96, a falta de pagamento desse imposto pode acarretar a penhora ou a adjudicação da propriedade para fins fundiários.

5 - A propriedade era inadimplente com relação ao ITR;
 6 - Área total 327,55 alqueires;

Figura 14: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre a inadimplência com o ITR

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

No tocante às ilegalidades, o relatório afirma que a área não estava em conformidade com o que a legislação ambiental exige, sendo, por esse motivo, o proprietário autuado várias vezes pelos órgãos competentes (Figura 15).

9 - Desrespeito total da Legislação Ambiental, não por falta de conhecimento das Leis por parte do proprietário, haja visto o proprietário Sr. Carlos ter sido inúmeras vezes autuado com multas expedidas pelo Ibama em data anterior a da invasão; ↙

Figura 15: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre o descumprimento da legislação ambiental

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

A questão ambiental também é tratada em outros documentos, como o relatório produzido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – SEAB, que assevera que, no ano de 2005 (antes da ocupação), a propriedade foi autuada pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP⁷ por conta do desmatamento de Áreas de Preservação Permanente – APP e da destruição de vegetação exótica e nativa (Figura 16).

Convém salientar que o referido proprietário foi autuado pelo IAP/ERUMU na data de 16/06/2005, autos de infração n.ºs 55803, 55804 e 55806 pelos motivos de destruição de floresta considerada de APP (área de preservação permanente), destruição de formas de vegetação exótica e destruição de formas de vegetação nativas e exóticas respectivamente, conforme relatório Administração Geral/Sistema Integrado de Documentos de 21/06/06 (cópia documentos em anexo).

Figura 16: Fragmento do relatório produzido pela SEAB sobre as infrações ambientais

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal n.º. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

Além dos problemas ambientais, ambos os documentos relatam as deficiências relacionadas à produção agropecuária. Segundo o relatório produzido pela prefeitura, a fazenda era carente de instalações adequadas para a criação de bovinos, o que dificultava o cuidado dos animais recém-nascidos, o atendimento em eventuais acidentes e a realização dos demais procedimentos veterinários, deixando os animais suscetíveis a contrair doenças.

O documento também ratifica que a falta de cercas nos fundos da propriedade ocasionava o frequente desaparecimento de animais, que muitas vezes eram alvos de furtos (Figura 17).

10 - A propriedade encontrava-se absolutamente deficitária em relação às instalações, infra-estrutura e demais cuidados para com a exploração pecuária; o descuido com a criação de gado era tão grande que antes da invasão do MST era impossível reunir todo o gado para a vacinação, pulverizações e vermifugações e que devido ao grande número de animais acarretada a incidência de carbúnculo sintomático, descuido com recém nascidos, falta de atendimento para acidentes obstétricos e demais cuidados que exigem o fechamento do gado em mangueira (curral);

11 - Por fim, tense conhecimento que existem vários Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na Delegacia de Barbosa Ferraz, cuja acusação era o desaparecimento de bovinos, o que na realidade nunca foi solucionado, pois na Fazenda São Paulo, mais especificamente nos fundos dela não existiam cercas, facilitando assim a ação de meliantes.

Figura 17: Fragmento do relatório produzido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz sobre a criação de animais na propriedade

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal n.º. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

⁷ No dia 27 de setembro de 2018, entramos em contato por telefone com o escritório regional de Curitiba do Instituto Ambiental do Paraná para buscar informações sobre as infrações mencionadas. Fomos informados sobre a existência de oito autos de infração ao proprietário da área, encaminhamos um ofício solicitando o acesso a esses documentos, porém, até momento de encerramento da pesquisa, ainda não obtivemos resposta por parte do Instituto.

Essa situação fez com que, em meados de 2001, o Conselho Intermunicipal de Sanidade Agropecuária de Fênix e Barbosa Ferraz solicitasse que a SEAB passasse a fiscalizar e a acompanhar a vacinação contra febre aftosa na propriedade, tendo em vista que os animais não recebiam as vacinas nas datas corretas e por isso estavam suscetíveis a contrair a doença (Figura 18).

A propriedade destina-se as atividades de lavoura e a pecuária de corte. As denúncias de ordem sanitária iniciaram-se em meados do ano de 2001 (30/10/2001), na época o então Presidente do CSA (Conselho Intermunicipal de Sanidade Agropecuária de Fênix e Barbosa Ferraz), relatava sua preocupação (cópia ofício anexo). Procurando atender a solicitação iniciou-se a partir daquele ano, acompanhamento e fiscalização da vacinação de febre aftosa na referida propriedade (cópia ofício nº 35/2001 anexo).

Seguindo-se, o resumo das vacinações acompanhadas e fiscalizadas pela Unidade Veterinária de Engenheiro Beltrão e grupos de pessoas que compunham o CSA Intermunicipal:

| | |
|----------------|-----------------------|
| Maio/2002 : | 790 bovinos vacinados |
| Novembro/2002: | 744 bovinos vacinados |
| Maio/2003: | 698 bovinos vacinados |
| Novembro/2003: | 690 bovinos vacinados |
| Maio/2004: | 740 bovinos vacinados |
| Novembro/2004: | 616 bovinos vacinados |

Figura 18: Fragmento do relatório da SEAB sobre a fiscalização e o acompanhamento da vacinação contra febre aftosa

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

Em cumprimento à solicitação do Conselho, a SEAB passou a acompanhar e a fiscalizar a vacinação a partir de 2002. Esse trabalho, de acordo com o relatório produzido pela Secretaria, era bastante complicado, sobretudo considerando a dificuldade para arrebanhar os animais que muitas vezes se embrenhavam no meio das matas de reserva, posto a falta de cercas de contenção. Ademais, os bovinos eram extremamente arredios ao manejo, o que pode ser associado à forma de criação praticamente que nativa. Ainda segundo o documento, muitos dos animais da propriedade se encontravam doentes e magros, principalmente pela ausência de pastagens adequadas e suficientes para a alimentação (Figura 19).

- A criação dos animais se dá de forma praticamente que "nativa" com animais extremamente arredios ao manejo, o que pode ser associado a uma pequena lida dos mesmos, ou lida não constante;
- Ausência de formação de pastagens adequadas e suficientes ao trato dos animais estando alguns animais magros e caquéticos, verificando-se nas áreas de pastagens significativa quantidade de matos e pragas e plantas tóxicas;
- Precária infra-estrutura para a lida e contenção dos animais, como curral, tronco para contenção e cercas, o que permite inclusive a entrada de animais na área de reserva legal;
- Ausência de cochos adequados para alimentação e ou administração de sal aos animais.

Figura 19: Fragmento do relatório da SEAB sobre as condições da criação de animais na propriedade

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

As condições em que se encontravam os animais e as dificuldades para realizar o trabalho de vacinação levam a entender que a propriedade não estava em conformidade com o decreto nº. 2792, que regulamenta a lei nº. 11.504/96. Conforme citado no relatório da SEAB, esse decreto estabelece que os proprietários tem como obrigação executar e comprovar a vacinação, facilitar as atividades de controle de enfermidades de importância sanitária e eliminar todos os obstáculos que dificultem os serviços de extinção ou de prevenção de doenças transmissíveis (Figura 20).

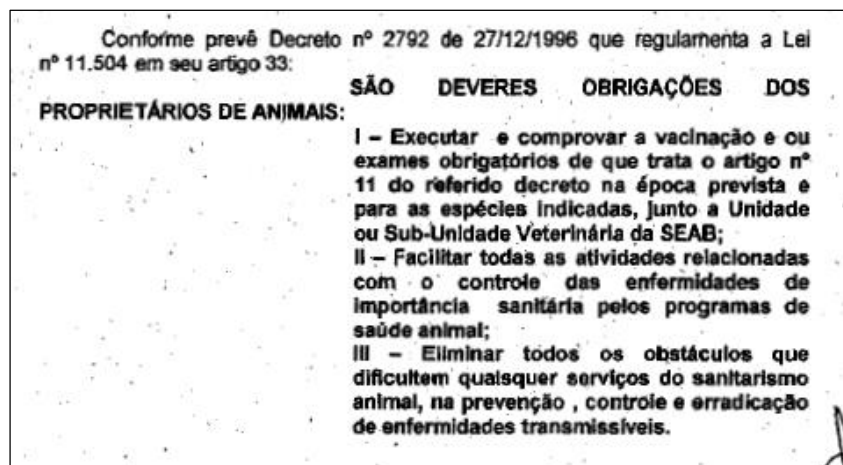


Figura 20: Fragmento do relatório da SEAB sobre as obrigações dos proprietários de animais

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

A situação da área e da criação de animais também é assunto do laudo elaborado pelo médico veterinário Antônio Maria Claret Ferrari (Figura 21), que declara ter prestado assistência técnica à propriedade por mais de 20 anos. Nesse documento, o veterinário apresenta, com base no que acompanhou, parte do histórico da propriedade, relatando que os problemas se iniciaram após a transferência da posse do pai para os seus herdeiros, processo que ocorreu por volta do ano de 1990.

De acordo com o laudo, o novo proprietário (herdeiro do antigo), ao assumir a administração da fazenda, abandonou gradativamente parcela das atividades exercidas, tais como a produção leiteira e a cafeicultura, mantendo apenas a criação de gado de corte e, posteriormente, abrindo parceria com arrendatários para o plantio de soja. Segundo a declaração do veterinário, desde quando recebeu a fazenda, o novo proprietário “não se mostrou um bom administrador”, pois, em função da falta de manutenção, as infraestruturas rapidamente se degradaram. Além disso, assim como exposto nos outros documentos, pela ausência dos

cuidados necessários, os animais se tornaram desnutridos e doentes, sendo que muitos chegaram a morrer de fome.

CONHEÇO E DOU ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA PROPRIEDADE DESDE OUTUBRO DE 1984.

O ANTIGO PROPRIETÁRIO (PAI DO ATUAL), SENHOR ELEODORO GOMES, ERA PRODUTOR DE LEITE COOPERADO A COLARI. CRIAVA EM SISTEMA EXTENSIVO APROXIMADAMENTE QUINHENTOS VACAS DE CORTE. PRODUZIA CAFÉ EM SISTEMA DE PARCERIA (MEEIROS). PLANTAVA MILHO PARA CONSUMO E PARA VENDER PARA COAMO E CEREALISTAS DA REGIÃO.

JÁ EM 1990, O SENHOR ELBOODRO GOMES DOOU AS PROPRIEDADES, FAZENDA SÃO PAULO E FAZENDA SOL NASCENTE PARA OS FILHOS, MANOEL CONSONE GOMES E CARLOS CONSONE GOMES, E OS MESMOS PASSARAM A ADMINISTRÁ-LAS.

O SENHOR CARLOS GOMES FICOU COM A FAZENDA SÃO PAULO, OU SEJA, COM O CONJUNTO DE PROPRIEDADES QUE SE SITUA NO BAIRRO DO GUANABARA, EM BARBOSA FERRAZ. SOB SUA RESPONSABILIDADE, FICOU A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA.

ABANDONOU A CAFEICULTURA POR VOLTA DE 1990.

TAMBÉM ABANDONOU A ATIVIDADE LEITEIRA POR VOLTA DE 1994. FICOU APENAS COM O GADO DE CORTE (MAIS OU MENOS SEISCENTAS CABEÇAS)

TENTOU FAZER CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE, POR VOLTA DO ANO DE 2000.

EM 2004, ABRIU PARCERIA COM ARRENDATÁRIOS PARA PLANTIO DE SOJA.

DE 1990, ATÉ DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2005, QUANDO INVADIDA PELOS PARTICIPANTES DO MST, PASSEI A DAR ASSISTÊNCIA NA FAZENDA, MUITO ESPORADICAMENTE, E SÓ PARA CASOS DE EMERGENCIAS.

OBSERVEI, QUE, DESDE QUE RECEBEU A PROPRIEDADE, O SENHOR CARLOS GOMES, NÃO SE MOSTROU UM BOM ADMINISTRADOR, POIS A FAZENDA FOI, MUITO RAPIDAMENTE, SENDO DEGRADADA. AS CERQUEIRAS FORAM SE ESTRAGANDO, AS PASTAGENS SE ENCHENDO DE "QUICÇAÇA". A MANGUEIRA DO GADO DE CORTE FICOU IMPRESTÁVEL, O ESTÁBULO DE ORDENHA ACABOU. AS CASAS DOS ANTIGOS MEEIROS TAMBÉM SE ESTRAGARAM.

COMO TENHO CONTATO COM ANTIGOS EMPREGADOS, FREQUENTEMENTE ERA INFORMADO DO "DESAPARECIMENTO" DE ANIMAIS POR FALTA DE CONTROLE.

UM GRANDE NÚMERO DE ANIMAIS MORRIAM DE FOME, DE MAUS TRATOS (MUITOS MORRIAM DE MÍLASES).

NÃO SE VACINAVA CONTRA CARBÚNCULO, NEM AFTOSA.

NUNCA VACINEI CONTRA BRUCELOSE, AS FEMEAS JOVENS.

Figura 21: Fragmento do relatório produzido pelo médico Antônio Maria Claret Ferrari sobre a degradação da propriedade e as condições da criação de animais

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2006

Tanto o laudo do veterinário como os outros documentos apresentados são valiosos para os camponeses, pois pontuam e atestam as irregularidades e as ilegalidades da área, servindo como provas do descumprimento da função social, o que motivou a ocupação.

2.2 O SIGNIFICADO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DO TERMO OCUPAÇÃO

Cabe observar que os três relatórios apresentados – mesmo se tratando de documentos que, de certa forma, apoiam aos trabalhadores — utilizam o termo “invasão” para se referir ao ato de ocupação realizado pelos integrantes do MST. Por um lado, a utilização desse substantivo pode justificar-se por esse ser o termo reconhecido judicialmente, sobretudo para se tratar das ações realizadas pelo MST. Contudo, é importante explicar que “invasão” possui um sentido construído em torno da ilegalidade, sendo um termo considerado pejorativo, utilizado como

forma de desqualificar os movimentos sociais, reduzindo as ações a transgressões praticadas por pessoas normalmente caracterizadas como baderneiras (ROSA, 2012).

Já o termo “ocupação” possui um significado mais brando, isto é, atenua a denotação de ilegalidade, principalmente porque considera a obrigatoriedade do cumprimento da função social da terra, bem como a demanda pela reforma agrária, originada a partir do processo histórico de desterritorialização e de exploração dos camponeses. Dessa forma, ocupar significa tomar posse de uma terra que esteja abandonada ou que apresente problemas que interfiram no cumprimento da sua função social, ou seja, uma terra que, por lei, deveria ser desapropriada e direcionada para a reforma agrária.

Nesse sentido, a ocupação se revela como uma forma de territorialização da luta pela terra (FABRINI, 2002). É um modo político de pressionar o poder público em relação à desapropriação e à criação de assentamentos, o que permite a conquista de direitos fundamentais, tais como moradia e trabalho e, consecutivamente, a obtenção de condições mais dignas de vida. Nessa perspectiva, a ocupação é uma forma contundente de luta que “[...] não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 115).

Quando ocupam uma área, os trabalhadores estão motivados pelo desejo de mudar suas condições sociais, estão encorajados a enfrentar os processos históricos que expropriaram, exploraram e excluíram parcela da população do campo. Sobre a ocupação, Fernandes (2000) destaca que:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. (FERNANDES, 2000, p. 280)

Portanto, é por meio da ocupação e, de maneira mais ampla, da luta pela terra que os trabalhadores encontram uma “[...] possibilidade de retorno à terra [...]” (FABRINI, 2002, p. 110) e, assim, constroem resistências, questionam o poder do agronegócio e desafiam a legalidade da propriedade capitalista, a qual permite a acumulação de terras que são mantidas improdutivas ou irregulares, servindo de reserva de valor para as classes dominantes.

Para os camponeses, é pela luta que se constrói uma sociedade mais justa, sem exploradores e sem explorados. Na organização dessa luta, o MST ocupa uma importante posição enquanto movimento social rural mais organizado na história recente do Brasil, tal como assevera Oliveira (2001):

[...] há necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, no interior da qual, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA, 2001, p. 194 - 195).

É pela necessidade de superar a realidade e de construir um “futuro baseado na negação do presente”, assim como declara Oliveira (2001), que os trabalhadores sem terra decidiram realizar a ocupação, inicialmente na forma do acampamento Irmã Dorothy, que depois, em 2013, foi elevado à condição de pré-assentamento.

Batizá-lo com nome Irmã Dorothy foi uma homenagem à religiosa norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, conhecida pela atuação em defesa dos camponeses e assassinada em fevereiro 2005, meses antes de os trabalhadores iniciarem a ocupação e a construção de uma territorialidade de luta pela terra em Barbosa Ferraz.

2.3 IDENTIDADE E TRAJETÓRIA: OS CAMPONESES DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY

Conforme já mencionado, o ato de ocupação foi realizado por aproximadamente 50 famílias, as quais, após entrarem na terra, deram início à constituição do acampamento. Ao longo do processo, o grupo foi reduzido, principalmente porque parcela das famílias que ocuparam a área foi sorteada e assumiu lotes em outros projetos de reforma agrária que se tornaram assentamentos rurais. Com a saída de parte dos trabalhadores, o acampamento se manteve com 33 famílias que, em conjunto com as lideranças locais do MST, decidiram não

ampliar esse número, considerando que a área, uma vez transformada em assentamento, não comportaria mais do que 33 lotes, conseqüentemente não atenderia à demanda inicial.

Essas famílias, as quais ocuparam e formaram o acampamento, são constituídas por homens e por mulheres cujas vidas estão vinculadas à terra, que utilizam o trabalho familiar como fonte de sobrevivência. Por essa e por outras razões, esses trabalhadores são definidos como camponeses, isto é, sujeitos que fazem parte de uma classe social denominada campesinato e que possuem um modo de vida específico, calcado no cultivo da terra, na organização da produção com base no trabalho familiar, na comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e no vínculo com a natureza (MARQUES, 2008, p. 51).

Além das especificidades do modo de vida, os camponeses também são os sujeitos que, no decorrer da desigual expansão capitalista, foram expulsos e expropriados do campo. Assim, tornaram-se aqueles que lutam constantemente para permanecer ou para entrar na terra, isto é, para conquistar frações de território destinadas à reprodução social (OLIVEIRA, 2001). Dessa forma, a principal característica da identidade camponesa é justamente a resistência e a luta contra a expropriação e a subordinação, o que se revela como um mecanismo para continuar existindo e criando o seu lugar social (FABRINI, 2002).

Esse processo de luta pela existência é identificado no depoimento do camponês Antonio Zacaria de Godoi, 61 anos (Figura 22), o qual, em entrevista, conta que ingressar no MST foi resultado de perder a terra e, conseqüentemente, de ser desterritorializado.

A gente trabalhou naquela época, no começo, construindo a vida, de arrendatário, arrendei uma terra pra mim trabaia, trabaiei de arrendatário, depois comprei dois alqueire de terra, quando nós começamo a produzi mais recurso, a gente mexia com a cooperativa e o banco, financiei carroça de boi e não consegui mais alimentar, subiu o preço da terra, consegui comprar dois alqueire de terra, né, o preço tava baratinho, de repente estourou o preço da terra, foi lá em cima, ninguém mais pôde comprar, o pobre, né, eu me atrasei com o banco, vendi minha terra e paguei minha conta, fiquei sem nada e aí eu parti pra luta, entrei no MST.



Figura 22: Trabalhador Antonio Zacaria de Godoi no momento em que concedia entrevista
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 20-08-2017

Partir para a luta, como diz o camponês Antonio, foi o caminho escolhido por aqueles que só aprenderam a trabalhar na terra e que, por isso, não aceitaram ou não se adaptaram ao trabalho e à vida na cidade. Esse é o caso da maior parte dos camponeses do pré-assentamento. Em entrevista, o próprio trabalhador Antonio afirma: “só trabalhei com a terra na vida, só no campo”. Declaração similar é dada pela camponesa Santina Meira, 54 anos, que relata: “eu me criei na roça e não troco a vida que tenho aqui pela cidade, não sei o que é trabaia na cidade”.

Partir para a luta também foi resultado da pobreza e da exploração. O trabalhador João Maria da Silva (Figura 23), 66 anos, apelidado de Jango, conta que entrou para o MST porque: “[...] não tinha nada, só vivia numa fazenda pra outra, pagava 30% de arrenda, daí ficava lá até quando o fazendeiro queria, às vezes ficava um ano, dois ano, três anos, só teve uma fazenda que eu fiquei cinco ano, porque eu fiz o contrato registrado pra cinco ano”.



Figura 23: Camponês João Maria da Silva no momento em que concedia entrevista
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 20-08- 2017

A vida itinerante descrita pelo camponês João ao dizer que “vivia numa fazenda para outra” demonstra os constantes deslocamentos em busca de trabalho, isto é, a constante desterritorialização imposta, sobretudo porque o camponês é o trabalhador que quer entrar na terra e, em decorrência, quando expulso, ele busca retornar, nem que para isso tenha que (e)migrar (OLIVEIRA, 2007). Por essa razão, “[...] boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações” (OLIVEIRA, 2007, p. 11), de desterritorialização, de desenraizamento, em que os deslocamentos são fundamentalmente determinados de acordo com os avanços do capital sobre a terra (MARTINS, 1981).

Esse processo de desterritorialização, conseguinte da migração à procura de trabalho, é ilustrado pelas famílias do pré-assentamento quando contam sobre as suas trajetórias. O camponês Antonio, por exemplo, afirma ter ido até o Paraguai em busca do acesso à terra: “eu e minha mulher fomos até pro Paraguai, chegamos lá não era igual aqui, voltamos de volta”.

O desânimo oriundo da vida itinerante faz com que ingressar nos movimentos sociais e lutar pela terra se torne uma necessidade para os camponeses, isso porque é por meio da conquista definitiva da terra que os trabalhadores se reterritorializam e põem fim às migrações. Contudo, enquanto não conquistam a terra, os camponeses continuam se deslocando, não mais de uma fazenda para outra, na condição de trabalhadores temporários, mas sim de um acampamento para outro, na condição de classe social que quer entrar na terra. A partir de então, os deslocamentos passam a ser determinados pelas ações de reintegração de posse realizadas pelo Estado.

Sempre que os trabalhadores do pré-assentamento contam sobre as suas experiências na luta pela terra, é possível identificar a passagem por vários acampamentos e despejos. O camponês João Maria, por exemplo, relata que, ao longo dos 30 anos em que participa do MST, passou por cinco acampamentos e oito despejos.

De perto de Cascavel nós fomo pra Peabiru, de Peabiru fomo pra Luiziana, na beira da BR, fomo despejado três vezes, ficamo três ano só na BR, daí ocupemo a fazenda que ficava na beira da BR, fiquemos mais um ano e meio lá, daí nós tiramo um colheita, eu ia fazer outra roça, a terra tava tudo prontinha, e aí fomo despejado. De lá fomo pra Santa Rita em um assentamento, depois pro Paranapoema noutro acampamento, fiquemo um ano lá e de lá vortemo pra Luiziana de novo, numa terrinha na prefeitura, de lá viemos pra cá.

Os demais camponeses descrevem trajetórias análogas à do trabalhador João, determinadas pela passagem por vários acampamentos e despejos. O camponês Carlos Aparecido Silvério, 44 anos, conta que, ao longo dos 17 anos em que participa do MST, já passou por sete acampamentos e por dois despejos. Outro exemplo é o camponês Enes, que, em entrevista, declara também fazer parte do Movimento Sem Terra há 17 anos e, no decorrer da sua trajetória, ter passado por quatro despejos.

Quando os camponeses são questionados sobre qual foi o último destino antes da ocupação em Barbosa Ferraz, a maioria relata que estava em acampamentos localizados nos municípios da região de Campo Mourão. Segundo os depoimentos⁸, quase metade dos trabalhadores (14 famílias) vieram de Luiziana, após serem despejados do acampamento levantado nas terras da Fazenda Baronesa. Do restante do grupo, três famílias vieram de Fênix, duas do próprio município de Barbosa Ferraz, três de Quinta do Sol, uma de Porecatu, duas de Campina da Lagoa, uma de Peabiru, três de Godoy Moreira e uma de Armazém, município do estado de Santa Catarina. Esses dados estão organizado no gráfico apresentado na Figura 24.

⁸ Para coletar os dados organizados no gráfico da Figura 24, reunimos todas as famílias na área comunitária do pré-assentamento e questionamos cada uma sobre o local de onde vieram. Na ocasião, não foi possível conversar com três famílias, que não se encontravam no pré-assentamento.

Fluxo migratório das famílias do acampamento Irmã Dorothy

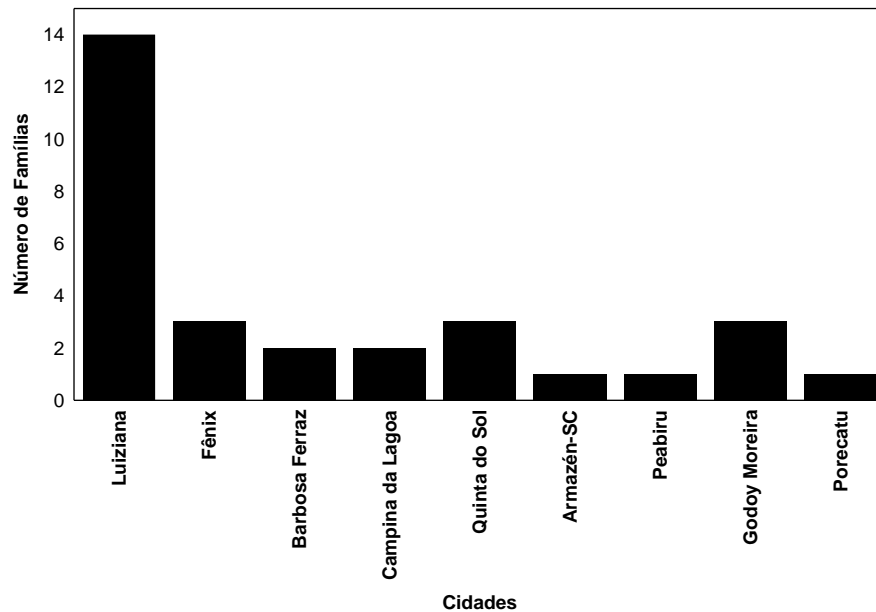


Figura 24: Fluxo migratório das famílias do acampamento Irmã Dorothy

Fonte: Informação verbal

Organização: Aline Albuquerque Jorge, 2018

Ingressar em um movimento social e iniciar a luta pela terra não foi uma decisão simples para esses camponeses. Consistiu em aceitar as experiências de ocupações e de despejos, bem como as condições de vida no acampamento, geralmente caracterizadas por diversas privações como moradia adequada, saneamento, educação e segurança, “[...] ingredientes indispensáveis à dignidade humana e resguardados constitucionalmente à toda pessoa humana” (ZENERATTI, 2014, p. 139).

Para algumas famílias, tomar a decisão de participar do Movimento Sem Terra gerou momentos de medo e de incertezas, o que é identificado principalmente nos relatos das mulheres, as quais, em vários casos, afirmam que foram para as ocupações por escolha dos maridos. O depoimento da camponesa Ana Ribeiro da Silva, 64 anos, retrata bem essa situação: “eu topei de ir, né, só que, chegando lá, eu não era acostumada, eu chorava pra vorta embora, queria ir embora de todo jeito, ele mentia pra mim que nós ia embora, mas não ia nada, mas nós acostuma, agora eu não quero mais sair do movimento”.

Em entrevista, a trabalhadora Terezinha Zacaria de Godoi, 56 anos, também destaca a dificuldade para se adaptar às ocupações: “falar a verdade: eu chorei muito, Deus o livre, cada ocupação de terra, viche, Ave Maria, essa luta não foi fácil não, mas hoje não quero mais sair também, pra comprar terra não consegue comprar, né, o preço que tá”.

Ambos os depoimentos demonstram que, após algum tempo, as trabalhadoras se adaptaram à experiência de vida do movimento, superaram o medo e assimilaram que é por meio da luta que se conquista a terra, tornando possível a construção de territorialidades camponesas. Essa aceitação é fruto do trabalho de base realizado pelo MST, o qual, conforme explica Fernandes (2000), proporciona espaços de formação política que permitem aos camponeses tomarem consciência da condição de expropriados e de explorados. Assim, eles desenvolvem uma natureza coletiva e partem para a militância.

Nessa perspectiva, o MST representa mais do que um movimento de luta pela terra, torna-se um princípio educativo, um lugar de formação do sujeito social, em que as pessoas vivenciam a experiência humana de fazer parte de um movimento social e de uma coletividade (CALDART, 2001). Para a autora, esse processo de educação começa justamente com o enraizamento em uma coletividade, o que permite aos camponeses compreenderem que não estão mais sozinhos e que juntos podem construir um futuro diferente. A inserção em uma coletividade é o que diminui o medo em uma ocupação e o que faz aceitar as condições de vida em um acampamento.

A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais solta no mundo é a primeira condição de a pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Este costuma ser o sentimento que diminui o medo em uma ocupação, ou que faz enfrentar a fome em um acampamento. (CALDART, 2001, p. 221)

Quando os trabalhadores tomam consciência das suas realidades e aceitam integrar um grupo, eles também assumem a identidade de camponeses sem terra e, assim, passam a se recusar a continuar na condição de explorados e de expropriados, transformando-se em uma força que é antagônica ao latifúndio e ao agronegócio e que busca ocupar um território com uma nova ordem, oposta à anterior (BOGO, 2008).

Nesse sentido, identidade se traduz na afirmação de uma condição social que não precisa ser superada e sim cultivada, convertendo-se em um patrimônio a ser herdado, uma forma de se posicionar perante os problemas, um conjunto de valores que se materializa em um modo de vida, como afirma Caldart (2008).

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST! Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria crianças Sem Terra, ou Sem Terrinha, que não

distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam. (CALDART, 2008, p. 211 – 212)

Sendo assim, quando os camponeses ingressam no MST, passam pela formação política, desenvolvem a natureza coletiva e assumem a identidade sem terra, eles se tornam os protagonistas da luta pela terra, que se reconhecem como sujeitos de direitos. Nesse processo, junto com a luta pela conquista de uma fração de território, passam a travar uma série de outras lutas combinadas, em prol de direitos humanos, como saúde e educação

Fazer parte de uma coletividade, formada a partir do movimento social, faz com que os camponeses sejam sujeitos investidos de poder. Por meio desse poder, eles realizam as ocupações, o que lhes permite entrar na terra e construir uma territorialidade, que representa a possibilidade de conquistar definitivamente uma fração do território, superando definitivamente a expropriação e a exploração. A fala do trabalhador Enes demonstra esta visão:

O movimento é tudo, né, através dele a gente consegue a casa, a terra e o emprego, que é no lote, né, é onde as pessoas consegue trabalhar por si mesmas, não como empregada, que hoje tá muito difícil. Quem vem pro movimento consegue trabalhar, produzir e criar a criação que quiser, diferente de quem tá na cidade, né, que tem que comprar tudo e trabalha só quando consegue um emprego.

É pelo significado que o MST e a luta pela terra possuem, por todo o aprendizado adquirido nos anos de luta e pela consciência de que “todo mundo tem direito a ter um pedaço de terra”, tal como declara o trabalhador Antonio, que os camponeses do pré-assentamento afirmam não estarem arrependidos das suas escolhas. Pelo contrário, asseguram que não pensam em desistir de se reterritorializar, transformando a área ocupada em assentamento, o que para eles representa o início de uma nova vida.

CAPÍTULO III

O ACAMPAMENTO: AS ESTRATÉGIAS PARA SE MANTER NA TERRA OCUPADA

“Acampamento é a forma das pessoas se dar as mãos, sonhar junto o seu futuro, fazer o caminho de libertação, construir junto sua liberdade, se colocando em pé de liberdade onde sofrimento é a fonte de união [...]”

(Trecho do poema Acampamento uma escola de vida - Ariulino Alves Morais)



Figura 25: Camponês João Maria em frente ao seu barraco de lona no início do acampamento
Fonte: Acervo do camponês João Maria

Depois de entrar na terra, por meio da ocupação, os trabalhadores iniciaram a formação do acampamento, definido como um espaço de luta e de resistência, uma fase transitória para o assentamento, que demarca os primeiros momentos da territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 2000). É no acampamento que os camponeses criam espaço para constante mobilização social e materializam uma nova organização espacial, que é dotada de significações culturais e de identidade e que faz com que essas pessoas não possam mais ser ignoradas pelo poder público (FERNANDES, 2013).

No caso estudado, para criar essa nova organização espacial, os trabalhadores, primeiro, dividiram-se em grupos compostos por cerca de 10 famílias, reunidas preferencialmente de acordo com o lugar de onde vieram. A partir dos grupos, os camponeses formaram equipes que tinham como função a manutenção das necessidades básicas: saúde, educação, segurança, alimentação, moradia, entre outras. Cada equipe era composta por pelo menos uma família de cada grupo, o que proporcionava a interação entre trabalhadores que ainda não se conheciam e, ao mesmo tempo, mantinha ocupados todos os membros do acampamento.

A equipe da educação, por exemplo, tinha como função buscar escolas e transporte escolar para as crianças e os adolescentes do acampamento. A equipe da saúde requeria ao município atendimento médico para os que necessitavam, assim como explica a acampada Joselia de Franca Silvério (Figura 26) no trecho de entrevista apresentado a seguir.

Nóis fizemo sorteio dos grupo primeiro, daí os grupo tiraram as equipes, não estou lembrando, mas parece que era mais ou menos 10 família cada grupo, dividia de acordo com o lugar de onde veio, depois que foi feito os grupo, foi feito as equipe: saúde, segurança, infraestrutura, educação, produção, higiênica, tudo as equipe que precisa em um acampamento. Não podia ficar sem a função, todo membro do acampamento fazia parte de uma equipe. A equipe da alimentação cuidava da comida, a higiênica fazia banheiros para as famílias, tinha a equipe da educação que ia atrás de escola para os alunos, a equipe da saúde cuidava de quem ficava doente, ia atrás de postinho, a equipe da infraestrutura cortava madeira, levantava os barraco de lona e assim por diante.



Figura 26: Camponesa Joselia de Franca Silvério na sua área de cultivo
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 23-11-2018

Os barracos de lona (Figura 27), citados pela trabalhadora Joselia, serviam de moradia para os camponeses e eram distribuídos de três em três metros em torno da casa sede da propriedade (Figura 28), local escolhido estrategicamente por ser onde era possível realizar assembleias, ter acesso à água encanada, à energia elétrica e também pela proximidade da entrada principal da propriedade, o que facilitava o trabalho de vigilância da área.



Figura 27: Camponeses reunidos em frente aos barracos de lona no início da formação do acampamento
Fonte: Acervo pessoal do camponês Paulo Grudzien



Figura 28: Frente da casa sede da propriedade
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 05-08-2017

Os primeiros anos de acampamento são lembrados pelos camponeses como um período de muitas dificuldades, principalmente porque as famílias estavam bastante desgastadas e empobrecidas em função da trajetória de vários e de seguidos acampamentos e despejos. O depoimento do camponês João exemplifica essa situação: “quando nós chegamos aqui, foi com três saquinho nas costas, um de roupa, outro de panela e outro de coberta pra dormir, nós não tinha nada”. As dificuldades também são abordadas pelo acampado Enes, que destaca a falta de recursos para iniciar a produção: “quando nós chegamos aqui, nós não tinha nenhum quilo de alimento pra produzir em cima dessas terras, nós plantamos poucas sementes, algumas nem chegou a nascer”.

Parte dos camponeses afirma que, para começar a produzir, tiveram de contar com a ajuda de familiares, que forneceram sementes e demais recursos necessários. A trabalhadora Joselia é um exemplo.

Quando nós chegamos aqui, nós tava na estaca zero, não tinha condições de plantar nem um pedacinho de terra, nós tava em beira de BR e rodando de acampamento em acampamento, despejo, aí viemos pra cá. No início, recorremos aos parentes pra arrumar semente, fomos em Roncador na casa dos nossos pais, eles nos deram feijão, daí plantamos o feijão.

Em razão das dificuldades, no primeiro ano de acampamento, as famílias resolveram organizar a produção de forma coletiva, separando um espaço próximo à casa sede para o

cultivo de cereais e de hortaliças e uma área de pasto, mais afastada, para a criação de animais, assim como descreve o acampado Carlos.

Quando ocupou aqui, o primeiro ano, quase nem tinha semente, daí nós limpamo um espaço ali perto da sede e nós plantamo em coletivo, juntamo a semente de quem tinha e plantamo junto pra todo mundo, nós não conseguia semente, né, pra comprar, nós não tinha crédito na cidade, ninguém ainda conhecia a gente. Nós também separemo um pedaço de pasto lá em cima pra criação coletiva dos animais, mas na época quase ninguém tinha criação.

Conforme conseguiam colher os produtos semeados, os camponeses separavam uma parte para a alimentação e outra, para utilizar como sementes no próximo plantio, ampliando assim a produção. De acordo com os relatos, a partir do segundo ano as famílias começaram a ter colheitas mais satisfatórias. Supridas as necessidades de autoconsumo, os trabalhadores passaram a comercializar o excedente no município de Barbosa Ferraz. Com o dinheiro recebido, aos poucos, investiram na aquisição de animais e na diversificação da produção.

Com a melhor estruturação do grupo, os trabalhadores decidiram manter o espaço coletivo para a criação de animais, porém individualizar a produção de cereais e de hortaliças. Para isso, repartiram a terra que inicialmente foi utilizada de forma comunitária em “meias-quartas”, isto é, lotes de 80 metros de largura por 80 metros de comprimento, ficando cada família responsável por uma parte. À medida que os trabalhadores aumentavam a produção, conseqüentemente, expandiam o tamanho dos lotes, como assevera o acampado João.

Nóis fumo dividindo os pedacinho de terra em meia quarta, era o plantio nosso, começemo com aquela meia-quarta, daí passou pra três quarta de terra, pra plantar um pouquinho mais, depois nós resolveu medir um pedacinho pra cada um colocar seu barraquinho, depois nós fomo pegando mais terra.

Segundo os depoimentos dos camponeses, desde a formação do acampamento, a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz manifestou apoio às famílias, atendendo às principais demandas, como saúde e educação, e elaborando documentos utilizados pelos trabalhadores nos processos judiciais, sendo um deles o relatório apresentado, no capítulo anterior, sobre as irregularidades e as ilegalidades da área antes da ocupação.

O mesmo apoio não foi manifestado, a princípio, por parte da população da cidade, que reagiu à ocupação com preconceito, justificado pelo fato de a maior parte das pessoas não conhecer os camponeses, não entender a proposta do movimento e não compreender o significado da luta pela terra. Em entrevista, o trabalhador Paulo fala sobre como era a relação com a sociedade local: “[...] no começo, era meio esquisito nos mercado, todo lugar era, ficava

todo mundo de cara feia, porque eles não conhecia sem terra, não entendia o que era o movimento”.

Essa discriminação da população com a ocupação se insere no contexto da defesa da propriedade capitalista, que dissemina o discurso de que o MST é um movimento de invasores e de oportunistas (ZENERATTI, 2014). Nesse sentido, além das dificuldades internas, comuns a todo acampamento, os camponeses tiveram de lidar com a resistência da sociedade, para isso, colocaram em prática diversas estratégias. Uma delas foi mostrar que o seu objetivo era produzir alimentos explorando racionalmente a terra. Outra foi, sempre que possível, realizar compras em dinheiro no comércio da cidade, como forma de ganhar confiança.

Ademais, aos poucos os trabalhadores se inseriram nas atividades religiosas e esportivas do município. Um dos exemplos foi o campeonato de futebol suíço, em que os acampados formaram um time chamado MST. A Figura 29 traz o trecho de uma reportagem que trata sobre esse evento.

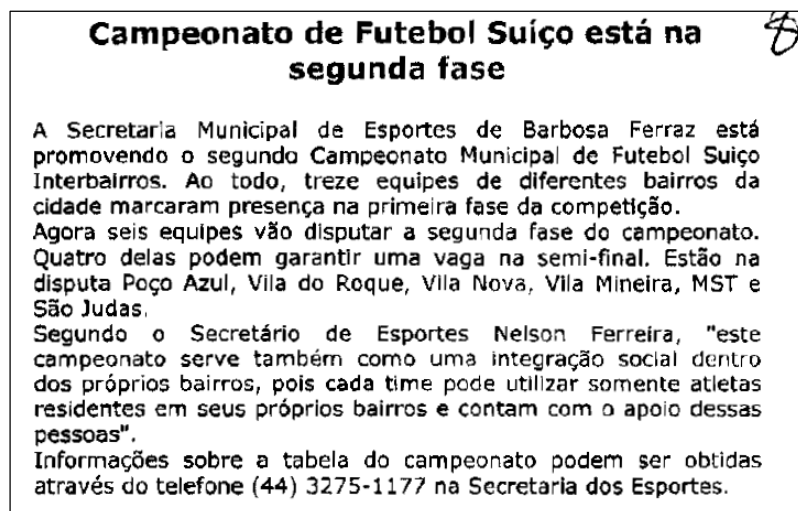


Figura 29: Notícia de divulgação do campeonato de futebol suíço com participação das famílias do acampamento

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, 2008

A somatória das estratégias adotadas fez com que as famílias conseguissem se aproximar da comunidade, desconstruindo, em partes, o preconceito e, paulatinamente, construindo relações afetivas de vizinhança, que são admitidas como “[...] um dos sustentáculos para a condição camponesa” (ZENERATTI, 2014, p. 141). A partir do processo de aproximação, várias pessoas do município passaram a participar das atividades e a visitar o acampamento, inclusive para comprar hortaliças, frutas, leite e outros produtos. Já os trabalhadores passaram a se sentir parte da sociedade e “[...] a ter crédito em todo lugar na cidade”, assim como relata o camponês Paulo.

Em 2008, quando o acampamento já completava três anos, e as famílias estavam socialmente enraizadas, melhor estruturadas e com lavouras para colher, aconteceu a execução da reintegração de posse, provocando o despejo dos trabalhadores da área ocupada. Essa ação foi significativa para a história do acampamento e das famílias camponesas.

3.1 O DESPEJO DE 2008: A DESTRUIÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE DE LUTA PELA TERRA

Os despejos são ações que objetivam a destruição das territorialidades construídas pelos camponeses nos acampamentos. Nessas ações, as pessoas são tratadas como coisas, objetos que precisam ser retirados do caminho. Os despejos podem ser compreendidos como uma forma ativa de violência praticada e legitimada pelo Estado (GIRARD, 2016). A violência dos despejos pode não ser física, todavia sempre é psicológica e manifesta a intolerância do poder público com as ocupações de terra. Essas ações apenas empurram o problema social e, com isso, aumentam o conflito, fazendo com que as ocupações se repitam até que os camponeses conquistem suas frações de território ou, em função do desgaste, desistam da luta (FERNANDES, 2013).

No caso dos trabalhadores do acampamento Irmã Dorothy, a conjuntura que levou os camponeses a serem despejados em 2008, iniciou logo após a ocupação, quando o proprietário e sua família recorreram à Justiça Estadual e ingressaram com pedido de reintegração de posse. Em dezembro de 2005, menos de um mês após a ocupação, foi expedida a liminar, concedendo a reintegração, conforme indica a figura a seguir.

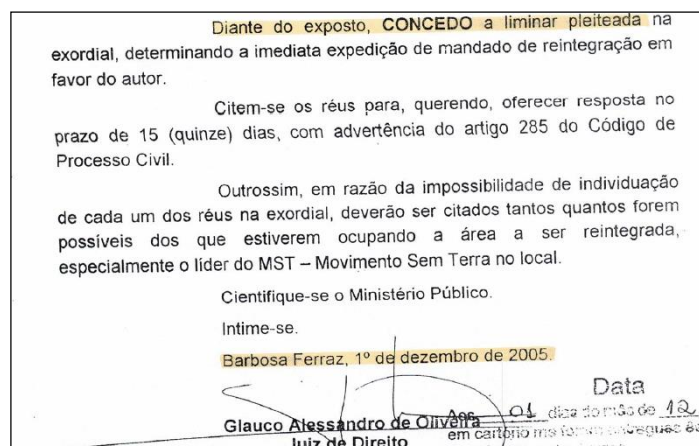


Figura 30: Concessão da liminar de reintegração de posse emitida pela Justiça Estadual

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2005

Mesmo que a decisão, em caráter liminar, fora deferida em 2005, a saída das famílias da área só ocorreu em 2008, quase três anos depois. Em parte, a permanência das famílias na área por esse período se justifica pela resistência dos camponeses, que sabem que, depois de entrar na terra, precisam sustentar o acampamento como meio de fazer pressão social, mesmo que haja decisões judiciais contrárias.

A questão mais óbvia que se levanta é: por que o Estado demorou quase três anos para executar a reintegração de posse? Para responder a essa pergunta, é necessário recorrer às explicações do advogado Humberto Boaventura da Silva Sá, responsável pela defesa dos camponeses nos processos judiciais. Em entrevista, Humberto explica que a realização de um despejo depende de toda uma construção política dentro do governo, sobretudo, considerando que as reintegrações de posse são ações dispendiosas para o Estado, que depende da mobilização de vários batalhões policiais, o que só acontece mediante anuência do secretário de segurança pública e do governador.

Nesse sentido, o advogado afirma que a demora para realizar a reintegração de posse também está associada à própria postura política do governador da época, o Sr. Roberto Requião, do partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que, por muitas vezes, não autorizava as execuções de despejo, fazendo parte desse contexto o caso de Barbosa Ferraz. No trecho de entrevista a seguir, Humberto explica sobre o processo de reintegrações de posse.

Uma outra característica do Paraná, e isso começou com o governo Requião, nessas áreas de ocupação sai a reintegração de posse, o que acontecia: algumas vezes, a gente conseguia suspender, outras não, mas as que a gente não conseguia suspender, como no caso de Barbosa Ferraz, havia uma posição política do governador, e o governador não autorizava o cumprimento da reintegração de posse, que pra você cumprir uma reintegração de posse dessa, você precisa mobilizar policiais da região toda [...] a polícia militar conta, nos estudos que eles têm interno, que precisam de quatro policiais para cada sem terra para garantir um despejo seguro. Então ali precisariam cerca de 800 a 1000 policiais, e aí você tem que remover policial do batalhão de Maringá, do batalhão de Campo Mourão pra fazer o despejo, e isso depende de autorização do secretário de segurança pública, e o secretário de segurança pública só autoriza se o governador autorizar, então tinha toda uma construção política do governador que não autorizava e as reintegrações de posse ficavam paradas.

Essa posição do governador em relação à realização de despejos certamente está relacionada a fatores políticos, como por exemplo, a repercussão negativa gerada pela repressão e pela truculência com que a questão das ocupações de terra foi tratada em períodos anteriores, revelando o pacto entre o poder público e as classes dominantes, principalmente os latifundiários e os empresários do agronegócio. Sobre a violência contra a luta pela terra no estado do Paraná, Roos (2013, p. 05) assevera que:

Em meados da década de 1990 a violência contra a luta pela terra e reforma agrária no Paraná se acentuou. Em 1994, com a posse de Jaime Lerner (Partido da Frente Liberal – PFL, atualmente, Democratas – DEM) no governo estadual, adotaram-se severas políticas de combate aos movimentos sociais. Verifica-se neste momento, um claro “pacto de dominação” no governo do estado. Jaime Lerner representava a vanguarda do projeto neoliberal no estado, possuindo estreitas alianças com latifundiários, transnacionais, banqueiros e empresários do agronegócio. Durante seu mandato, o governador impediu a realização de manifestações nas grandes cidades do Estado, interviu em decisões e desapropriações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, sobretudo, ordenou à polícia militar o cumprimento imediato das reintegrações de posse, as quais ficaram marcadas pela violência dos despejos realizados geralmente no período da madrugada.

Parte dos despejos violentos citados por Roos (2013) foi realizada no município de Querência do Norte, localizado na porção Noroeste do estado. Esses conflitos foram tão intensos que muitos trabalhadores ficaram gravemente feridos, causando repercussão a nível nacional (HARACENKO, 2005).

Os casos de Querência são apontados pelo advogado Humberto, o qual comenta que, depois do impacto gerado pelos mecanismos de intolerância contra a luta pela terra, criou-se um consenso político de que as ocupações são questões sociais que devem ser resolvidas “com acordos e não na base da bala”, assim como exposto no trecho de entrevista abaixo.

Por que o Requião começou a adotar esse sistema? Porque, no final do governo Lerner, teve muito problema com conflito de terra no Paraná, Querência do Norte, denúncias internacionais e tudo e tal. Então criou uma metodologia que a questão é uma questão social que não pode ser resolvida com a polícia, e isso se manteve até agora, inclusive com o governo do Beto Richa⁹.

Por conta da posição do governador de não atender à determinação da reintegração de posse, o proprietário da área entrou com um mandado de segurança, requerendo a aplicação de multa coercitiva ao governador do estado, ao secretário de segurança pública e ao comandante geral da polícia militar.

Em 27 de março de 2008, a solicitação do proprietário foi deferida pela Justiça Estadual e o Estado passou a ter prazo de 30 dias, contados a partir da data da decisão, para executar a reintegração de posse, isto é, fazer o despejo. Passado o prazo e não cumprida a determinação, o governador, o secretário de segurança e o comandante geral seriam punidos com multa diária no valor de 5.000,00 reais, dinheiro que seria revertido em favor do proprietário, conforme comprova o trecho do documento apresentado na Figura 31.

⁹ Beto Richa é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Desta forma, devem os impetrados atender ao presente provimento liminar sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertida à pessoa do impetrante, sem prejuízo de posterior arbitramento da multa punitiva prevista no art. 14, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no caso de efetivo descumprimento.
 III. Intimem-se
 Curitiba, 27 de março de 2008.
 Des. CELSO ROTOLI DE MACEDO
 Relator

Figura 31: Trecho do despacho que determina a aplicação de multa diária ao Estado do Paraná pelo não cumprimento da reintegração de posse

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2008

Com essa decisão, os camponeses passaram a vivenciar um período de muita tensão. Não sabiam a data, mas sabiam que o despejo aconteceria e que precisavam se organizar para resistir. Como estratégia política, as famílias recorreram à sociedade local e anexaram ao processo judicial abaixo-assinados e manifestações de apoio de diversos segmentos, tais como a Igreja, sindicatos, escolas, câmara de vereadores, associações, entre outros, com a finalidade de demonstrar que existia uma demanda social pela permanência do grupo no município.

Dentre esses documentos, está a declaração emitida pelo Clube de Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz (Figura 32), a qual destaca que as famílias contribuem com o município, pois investem o dinheiro recebido pela comercialização do excedente da produção no comércio da cidade, gerando um impacto que é bem-vindo à economia local.

DECLARAÇÃO

O Clube dos Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz, vem declarar seu apoio e esforço para que seja consolidado um assentamento de Reforma Agrária na Fazenda São Paulo neste Município.

As 75 famílias do acampamento irmã Dorothy estão inseridas ativamente no comércio. O lucro de suas lavouras são aplicados, diretamente no nosso comércio, isso fortalece a economia do Município e gera empregos diretos e indiretos, gerando maior equilíbrio social, isso consequentemente culmina num bom equilíbrio de nosso comércio.

Figura 32: Declaração de apoio redigida pelo Clube de Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2008

Outro exemplo é a declaração redigida pela Paróquia Nossa Senhora das Graças, de Barbosa Ferraz, que ressalta que, ao longo dos anos de ocupação, as famílias do acampamento construíram relações religiosas, passando a fazer parte da comunidade (Figura 33).

As pessoas deste acampamento Irmã Doroty, construirão relações religiosa e participativa durante quase três anos nesta comunidade Paroquial. Um assentamento de Reforma Agrária no município traria diversos benefícios não apenas às famílias e sim a toda sociedade de Barbosa Ferraz.

Um despejo e mudança de município geraria por consequência um grande transtorno na vida participativa e religiosa deste povo, prejudicando a vida espiritual e participativa, com graves profundas na sua psicoespiritual. A comunidade deseja que tudo seja resolvido da melhor forma possível, e com bom senso.

Figura 33: Declaração de apoio redigida pela Paróquia Nossa Senhora das Graças de Barbosa Ferraz
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2008

Além de tentar demonstrar o apelo da sociedade a favor do acampamento, os trabalhadores passaram a reforçar o trabalho de vigilância, principalmente nas entradas da propriedade. Para isso, formaram várias equipes, que se revezavam durante o dia e a noite. Essas equipes eram constituídas por homens e por mulheres, inclusive as que estavam grávidas ou com crianças recém-nascidas, como no caso da trabalhadora Joselia, que, em entrevista, conta sobre sua experiência.

Quando começou a história de que ia ter despejo, foi uma agonia total, eu tava grávida do meu filho, que hoje tá com dez anos, a gente ia com aquele barrigão pra guarita de madrugada, amanhecia lá, assim foi passando o tempo, meu filho nasceu naquela pressão, era uma insegurança muito grande.

Com o encerramento do prazo estipulado pelo juiz e a aplicação da multa coercitiva, o despejo aconteceu em 25 de junho de 2008. Esse episódio é lembrado com tristeza pelos camponeses e pelas pessoas que estiveram presentes na função de mediar a situação e de oferecer apoio às famílias. De acordo com a memória da trabalhadora Joselia, na data em que o despejo ocorreu, o seu filho estava com sete meses, o dia estava frio e chuvoso, a polícia chegou por volta das 6h30 da manhã e, até aproximadamente as 8h30, as famílias tentaram dialogar e negociar a permanência na área.

A partir desse horário, como não foi possível suspender a ação, os trabalhadores começaram a desmanchar os barracos, a recolher os animais e a juntar os pertences pessoais. Ao todo, o despejo levou quatro dias para ser concretizado. Durante esse período, as famílias foram acompanhadas por funcionários públicos municipais, que tinham como principal função garantir que não haveria confronto. Quando as últimas famílias estavam saindo da área, entraram as máquinas passando por cima de tudo o que restou, destruindo por completo a territorialidade construída pelos trabalhadores, assim como retrata o depoimento da camponesa Joselia.

Nóis mal tinha saído, tava saindo ainda, eles entraram com as máquina e passaram por cima de tudo, o que nóis deixou foi destruído, nossos pé de fruta, alguns plantio que não deu pra colher, um ou outro barraco que restô, tudo, deu uma dor no coração da gente ver aquilo.

Depois do despejo, os camponeses procuraram evitar a dispersão do grupo e juntos foram transferidos para um terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz. Ir para esse terreno foi uma estratégia adotada no sentido de “salvar a ocupação”, isto é, garantir um lugar para que o acampamento continuasse existindo e, assim, manter a resistência, tal como explica Fernandes (2000).

Salvar a ocupação, com a transferência das famílias para fora do latifúndio, garantindo sempre um lugar para o acampamento, faz parte da lógica de resistência. Quando acontece o despejo [...] as famílias transferem o acampamento para outras áreas, como, por exemplo, às margens das rodovias ou terrenos cedidos pelas prefeituras ou por outras instituições. (FERNANDES, 2000, p. 296, grifo do autor)

O terreno para onde as famílias foram levadas era um aterro desativado (Figura 34). Essa área está localizada a cerca de um quilômetro da propriedade ocupada. Ir para o local foi um pedido que os próprios camponeses fizeram ao poder público local, tendo em vista que o plano era permanecer nos arredores da propriedade e, assim que possível, tentar realizar a reocupação.



Figura 34: Imagem de satélite da área correspondente ao antigo lixão municipal de Barbosa Ferraz
Fonte: Google Mapas, 10-12-2018

Dessa forma, 15 dias após a realização do despejo, com a situação mais tranquila, os camponeses organizaram a reocupação, com a ajuda de outras famílias do movimento, oriundas de acampamentos e de assentamentos da região, conforme conta a acampada Lúcia Correa Richuiti, de 42 anos: “nóis tivemos quatro dias pra sair da área, nóis fomo pro lixão desativado

da prefeitura, depois nós vortemo de novo, depois de quinze dias, os companheiro do movimento nos ajudô e nós vortô”.

Contar com o apoio de outras famílias acampadas e assentadas para avolumar ocupações e reocupações faz parte das estratégias do MST, visando reforçar a resistência “[...] não só em termos de confronto com a polícia, como para as negociações com o Estado” (ANDRADE, 2013, p. 216). Depois de conseguir entrar na terra, essas famílias retornaram aos poucos para os seus acampamentos e os seus assentamentos de origem.

Como a intenção das famílias sempre foi a de reocupar a área, alguns trabalhadores contam que, durante o despejo, esconderam madeiras e objetos que não conseguiram carregar no meio da mata. Quando retornaram, encontraram os seus pertences no mesmo lugar onde deixaram, segundo o trabalhador Paulo, “[...] não tinha dado tempo deles achar”.

Para os camponeses, reocupar significou reconstruir a territorialidade de luta pela terra e replantar a organização espacial dos sem terra, levantando novamente os barracos de lona, plantando aquilo que havia sido destruído e colhendo o que havia sobrado. A reocupação causou grande repercussão na região de Barbosa Ferraz, chegando a ser noticiada pelos jornais, que relatavam a ocorrência do despejo, o curto período de tempo que os camponeses ficaram fora da área e o retorno, destacando frases de impacto atribuídas aos trabalhadores como: “voltamos para colher e plantar novamente” e “sair novamente jamais”. A figura 35 é um exemplo destas notícias.

520

Gazeta do Povo RPC TV Jornal de Londrina 98 FM Mundo Livre FM Classificados Guias e Roteiros Compromisso

GAZETA DO POVO

VIDA E CIDADANIA Sexta-feira, 18/07/2008

Dirceu Portugal/Gazeta do Povo



Sem-terra disseram que pretendem ficar definitivamente na área

BARBOSA FERRAZ

MS 1ª volta ocupar fazenda 15 dias depois de reintegração de posse

09/07/2008 | 20:09 | GAZETA DO POVO, COM INFORMAÇÕES DE DIRCEU PORTUGAL, CORRESPONDENTE EM CAMPO MOURÃO

Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**) voltaram a ocupar a **Fazenda São Paulo**, em **Barbosa Ferraz**, na região Centro-Oeste do estado, nesta quarta-feira (9). **A propriedade havia sido desocupada há 15 dias**. Desde a reintegração de posse as famílias estavam acampadas em um terreno cedido pela prefeitura, onde funcionava o antigo lixão da cidade.

A propriedade de 414 hectares foi ocupada pela primeira vez em 22 de novembro de 2005. O proprietário Carlos Alberto Consoni Gomes só conseguiu na Justiça a reintegração de posse da área dois anos depois. No dia 26 de junho, os sem-terra deixaram o local pacificamente após uma negociação com a **Polícia Militar (PM)** para que o milho plantado na propriedade pudesse ser colhido.

"Voltamos para colher e plantar novamente", disse um dos líderes do movimento, Alex Gonçalves. Uma das integrantes do Movimento que não quis se identificar lembrou que as famílias voltaram para permanecer definitivamente na propriedade. "Sair novamente jamais", afirmou.

De acordo com o comandante do destacamento da PM de Barbosa Ferraz, Marco Antônio da Silva, o polícia está acompanhando a movimentação do MST à distância e aguarda a ordem judicial de uma nova reintegração de posse. O proprietário foi procurado, mas não foi localizado.

Figura 35: Notícia de jornal relatando a reocupação realizada pelos camponeses

Fonte: Autos do processo da Justiça Estadual nº. 0000142-54.2005.8.16.0051, anexado em 2008

Com a reocupação, os camponeses continuaram a disputar a fração de território correspondente à Fazenda São Paulo e ao Sítio São Vicente, tanto na esfera política, quanto na esfera judicial, inclusive buscando a desapropriação da área dentro das modalidades possíveis.

3. 2 A JUDICIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM A DESAPROPRIAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA ÁREA EM ASSENTAMENTO

A judicialização da luta pela terra é o resultado dos conflitos entre sem terra e fazendeiros em decorrência da inoperância do Estado na implantação de uma política de reforma agrária ampla e irrestrita. Nesse sentido, a judicialização é a transformação das disputas territoriais em judiciais, marcadas, de um lado, pelos fazendeiros que recorrem à lei para garantir o direito à propriedade e, de outro, pelos camponeses que buscam a justiça para que se realize as desapropriações de terras que não cumprem a função social da maneira como determina a Constituição Federal (RODRIGUES; MITIDIERO JUNIOR, 2012).

No caso do acampamento Irmã Dorothy, o litígio iniciou logo após a ocupação, quando o proprietário ingressou com pedido de reintegração de posse, enquanto os camponeses tentavam a desapropriação da área nas modalidades que a lei permite. Segundo o depoimento do advogado Humberto Boaventura, a primeira possibilidade experimentada foi a de desapropriação sanção, conhecida como uma das ações mais aplicadas, que deu origem a maior parte dos assentamentos localizados no Paraná.

Essa modalidade consiste na desapropriação em razão do descumprimento da função social, que, assim como já tratado anteriormente, inclui a produtividade, o aproveitamento racional, a utilização adequada dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a observância das disposições que regulam as relações de trabalho. Nesse mecanismo, o proprietário recebe o valor correspondente às benfeitorias em dinheiro e a indenização pela terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDA, resgatáveis em até 20 anos (PIETRO, 2018).

Para esse tipo de desapropriação, é necessário que a propriedade seja vistoriada pelo INCRA, para que haja a constatação das ilegalidades. O grande empecilho desse mecanismo é que, no ano de 2001, por meio da medida provisória nº. 2.183-56, foi realizada uma modificação na lei nº. 8.629/93, que regulamenta e disciplina as disposições relativas à reforma agrária. Essa modificação consistiu na proibição da realização de vistorias, de avaliações e de desapropriações em imóveis ocupados até dois anos posterior a desocupação. Dessa forma, a área correspondente ao acampamento Irmã Dorothy nunca pôde ser vistoriada pela autarquia responsável, assim como afirma o advogado dos acampados.

Qual é a questão desse mecanismo? No final do governo Fernando Henrique, eles fizeram uma MP dizendo o seguinte, que área ocupada não podia ser vistoriada, e essa área, então, o pessoal ocupou antes de vistoria e tudo mais, então o INCRA nunca

procedeu a vistoria daquela área, para verificar se a área era produtiva ou não, se cumpria ou não a função social, por conta disso.

Em consenso com o depoimento de Humberto, a Procuradoria Federal do INCRA declarou em documento a impossibilidade em realizar a vistoria da área, em função do óbice acrescentado à lei nº. 8.629/93. A figura 36 apresenta uma parte desse documento.

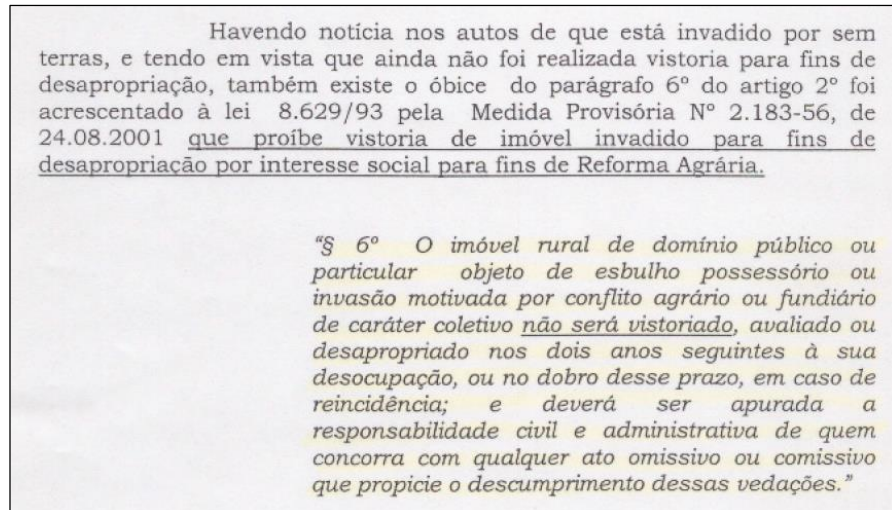


Figura 36: Fragmento do documento elaborado pela Procuradoria Federal do INCRA, alegando o impedimento em realizar a vistoria na área em razão da ocupação

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2007

Para Oliveira (2007), a edição da medida provisória para proibir a vistoria em terras ocupadas foi uma das estratégias adotadas pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), filiado ao PSDB, com a finalidade de fazer frente aos movimentos sociais, considerando que a ocupação é uma forma contundente de exercer pressão social. Fernandes (2013), em conformidade com Oliveira (2007), acrescenta que a medida provisória foi uma maneira de criminalizar os trabalhadores sem terra e, por outro lado, de privilegiar os latifundiários, que, no caso de ocupações, estavam isentos da intervenção do Estado.

Além de declarar a impossibilidade de realizar a vistoria, a Procuradoria Federal do INCRA também alegou, em documento, que não poderia desapropriar a propriedade (Figura 37), pois, no espelho do imóvel (Figura 38), a área estava classificada como grande propriedade produtiva, que cumpria os valores estipulados de Grau de Utilização da Terra – GUT e Grau de Eficiência da Exploração – GEE, índices utilizados pela autarquia para aferir a produtividade das propriedades rurais.

O imóvel não poderá ser desapropriado porque a Constituição Federal exige a comprovação da improdutividade do mesmo, e, às fls. 6, o Espelho do Imóvel no INCRA informa tratar-se de GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA.

Figura 37: Fragmento do documento elaborado pela Procuradoria Federal do INCRA, declarando que a área é classificada como grande propriedade produtiva de acordo com o espelho do imóvel

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2007

| Dados de Classificação do Imóvel | | |
|--|--|--|
| Área Utilizada Pecuária 121,9900 | Área Utilizada Produto Granjeiro 0,0000 | Área Utilizada Produto Vegetal 179,5200 |
| Qtd. Módulo Fiscal Imóvel 20,7100 | Módulo Fiscal do Município 20,0 | Área Utilizada 301,5100 |
| Área Inexplorável 112,8200 | Área Aproveitável Não Utilizada 0,0000 | Área Aproveitável Não Utilizada Calculada 0,0000 |
| Área Uso 301,5100 | Qt. Área Módulo Rural 5A 39,0556 | Qt. Área Módulo Rural 50 21,1437 |
| Qt. Módulo Rural 5A 7,72 | Qt. Módulo Rural 50 14,26 | Qt. Área FMP 2,0000 |
| Enquadramento Sindical Empregador Rural | Percentual GUT 100,00 % | Percentual GEE Calculado 251,25 % |
| Percentual GEE Limitado 100,00 % | | |
| Área com Restrição Normalizada 0,0000 | | |

Figura 38: Parte do espelho do imóvel que apresenta os índices de GUT e de GEE

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010

O problema em torno dessa questão colocada pela Procuradoria Federal do INCRA é que o descumprimento da função social da terra não pode ser reduzida apenas à produtividade, sobretudo considerando que o texto da Constituição prevê o cumprimento simultâneo de outros fatores que não podem ser desprezados (RODRIGUES; MITIDIERO JUNIOR, 2012).

Ademais, de acordo com outro documento, elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA, o Grau de Utilização da Terra e o Grau de Eficiência da Exploração são índices que se baseiam apenas nas declarações do proprietário ou de representantes, o que reforça a necessidade da realização de uma vistoria para averiguação. A Figura 39 mostra um trecho deste documento.

a) Aspecto produtivo:

⇒ Apesar de estar classificada como produtiva por atingir o GUT e GEE exigidos na legislação, estes índices baseiam-se unicamente de declaração do proprietário ou representante, pois a Autarquia não promoveu vistoria para verificar a legitimidade da classificação.

Figura 39: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre os Índices GUT e GEE

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2009

Segundo o documento do Departamento de Obtenção de Terras, a proibição da realização de vistorias e as avaliações baseadas nos índices GUT e GEE “[...] têm permitido a existência de uma grande quantidade de grandes imóveis rurais imunes a desapropriação [...]” (Figura 40).

Estes procedimentos usuais adotados para as desapropriações têm permitido a existência de uma grande quantidade de grandes imóveis rurais imunes a desapropriação seja por que estão ocupados e impediriam a aferição do cumprimento da função social da propriedade ou por que atingem o GUT e GEE previsto na legislação e estão classificados no SNCR como produtivos.

Me parece evidente que o legislador ao estabelecer os critérios e condições para a realização da vistoria não pretende tornar imune e isentos da intervenção do estado os imóveis descumpridores da função social. Podem estar abrigados sob estas graves distorções do exercício da propriedade privada, muitos grandes imóveis rurais do

Figura 40: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre a permanência de grandes quantidades de imóveis rurais imunes à desapropriação

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2009

Portanto, conforme declarado pelo Departamento de Obtenção de Terras, os mecanismos tradicionais para operar as desapropriações têm sido insuficientes para que se realize o ordenamento fundiário, sendo que “se levado ao extremo todas as exigências e requisitos para o cumprimento da função social da propriedade certamente o número de grandes imóveis sujeitos a desapropriação atingiria uma abrangência e extensão territorial extraordinariamente grande [...]” (Figura 41).

Esta tradição operacional para desapropriação portanto é insuficiente para que o órgão fundiário execute sua missão de reforma agrária e ordenamento fundiário sendo necessário outras medidas e procedimentos que são compatíveis com as atribuições da SR(09)T e SR(09)F e que encontram amparo no regramento legal.

Se levada ao extremo todas as exigências e requisitos para o cumprimento da função social da propriedade certamente o número de grandes imóveis rurais no Paraná sujeitos à desapropriação atingiria uma abrangência e extensão territorial extraordinariamente grande a ponto correr o risco de não existir trabalhadores rurais suficientes para o montante de parcelas agrícolas familiares a serem criadas.

Evidentemente que esta manifestação não pretende orientar as ações de aferição do cumprimento da função social da propriedade neste nível de abrangência, intenção esta que consideramos no atual contexto sem sustentação. Porém é dever intervir graves e flagrantes irregularidades de grandes imóveis rurais denunciados e demandados pela sociedade através de instituições públicas ou privadas, como é o caso dos imóveis do Sr. Carlos Alberto Consoni Gomes.

Figura 41: Fragmento do documento elaborado pelo Departamento de Obtenção de Terras do INCRA sobre a insuficiência da tradição operacional da autarquia

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2009

Esgotada a possibilidade da desapropriação sanção, os camponeses partiram para outros procedimentos. A segunda tentativa foi a de negociação direta com o proprietário, isto é, a compra da propriedade pelo INCRA. Nesse mecanismo, conforme o decreto 433 de junho de 1992, a indenização pelas benfeitorias pode ser paga em dinheiro ou em TDA, segundo a escolha do proprietário. Já o valor equivalente à terra nua deve ser pago de forma escalonada apenas em TDA, resgatáveis a partir do segundo ano da sua emissão.

De acordo com o advogado Humberto, em alguns momentos, o proprietário chegou a declarar informalmente que estaria disposto a negociar a terra com o INCRA, entretanto esse processo de negociação nunca chegou a ser concretizado, como mencionado no trecho de entrevista.

Outra forma é a negociação direta com o proprietário, o proprietário vender a área para o INCRA. Em alguns momentos lá, o proprietário chegou a estabelecer alguma negociação com o INCRA pra vender a área, mas ele é uma pessoa difícil de lidar, bastante passional, então na mesma medida que ele decidia abrir um processo de negociação, passava dois, três meses depois, ele mudava de ideia e tal, acabou nunca avançando nisso também.

Já que a compra da propriedade não avançou, os camponeses tentaram conseguir a desapropriação por meio de um terceiro instrumento jurídico: a desapropriação por interesse social, modalidade que, conforme o art. 1º da lei nº. 4.132/62, pode ser aplicada para “[...] promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social [...]”.

No art. 2º, inciso III da referida lei, está previsto que pode ser considerado de interesse social a desapropriação para o “[...] estabelecimento e a manutenção de colônias ou

cooperativas de povoamento agrícola”, enquadrando-se, assim, o caso do acampamento Irmã Dorothy, como explica o advogado Humberto.

O que nós estamos tentando convencer o INCRA hoje a fazer, e aí depende do INCRA pra regularizar aquilo lá, é desapropriar numa outra modalidade chamada de interesse social, por exemplo, os municípios quando vai construir uma escola dentro da cidade ou um posto de saúde, às vezes não tendo local, o que ele faz? Ele desapropria um pedaço do imóvel urbano, indeniza o proprietário para poder construir a escola. Ali a gente tá tentando utilizar uma lei de 1962, que permite a desapropriação por interesse social, para fins de povoamento rural. Então, nós estamos tentando pegar uma brecha nessa lei e fazer com que o INCRA desapropriar, e por conta disso regularize as famílias.

Considerando essa modalidade, a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz chegou a encaminhar o ofício nº. 195/2008 ao INCRA (Figura 42), solicitando a realização de um convênio entre o município e a autarquia para a desapropriação de aproximadamente 1000 hectares, o que, conforme o documento, resolveria o conflito social existente no município e beneficiaria muitas outras famílias.

Ofício nº. 195/2008

Senhora Superintendente.

Cumprimentando-a, passo a relatar sobre as demandas sociais relativas à reforma agrária no Município de Barbosa Ferraz, Pr.

Em nosso Município há um grande número de agricultores sem terras, incluindo um conflito social decorrente da ocupação de um imóvel rural de domínio privado, derivando em seguidas reintegrações de posse e reocupações se uma solução para a justa e necessária demanda pelo assentamento das famílias sem terras, tanto do ponto de vista para as muitas famílias que se encontram acampadas, como também para o desenvolvimento do município que a reforma agrária proporciona.

Na medida do possível o poder Público Municipal está atendendo as demandas de educação, saúde, transporte escolar, e outras necessidades decorrentes da situação das famílias acampadas, o que tem implicado em dispêndio de recursos do Município sem contra partida do Estado e da União.

O assentamento dessas famílias proporcionara o acesso aos benefícios das políticas públicas Estaduais e Federais, diante disso solicitamos a Vossa Senhoria aprovar a tramitação para a celebração de um convênio entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, com o objetivo de desapropriar por interesse social aproximadamente 1.000 (um mil) hectares com base no Art. 5º da Constituição Federal e item III do Art. 2º da Lei nº. 4.132/62, convênio este que solucionará o conflito existente.

Figura 42: Fragmento do ofício da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz direcionado ao INCRA, propondo a realização de convênio para desapropriação por interesse social

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2009

Se o convênio fosse aceito pela autarquia, o município decretaria, com base na lei nº. 4.132/62, interesse social no imóvel rural, e o INCRA realizaria a indenização ao proprietário.

Nesse procedimento, diferente dos outros experimentados anteriormente, a indenização ocorre por meio do pagamento em dinheiro, não em Títulos da Dívida Agrária.

Segundo o advogado Humberto, mesmo com a proposta de convênio da prefeitura, a desapropriação nessa modalidade também não foi realizada pelo INCRA, o que, em partes, se justifica pela própria resistência da autarquia em realizar a desapropriação por essa via, considerando a forma de indenização prevista em lei, que demanda a disponibilização imediata de altos valores.

Apesar de não conseguir a desapropriação em nenhuma das três modalidades experimentadas, os camponeses permaneceram na propriedade, recorrendo às decisões judiciais e construindo estratégias políticas.

Sempre que comentam sobre as questões jurídicas que envolvem a desapropriação da área, destacam que o problema não é resolvido em função da falta de interesse do poder público, assim como expresso no depoimento do camponês Ireno Prochnow, membro da coordenação estadual do MST, que acompanha a história do acampamento desde a ocupação.

A gente sabe que tem saída, a gente sabe que, se o governo federal quiser desapropriar por interesse social, pode fazer, pode fazer um assentamento das famílias, então nós do MST, junto com as famílias que estão lá, queremos responsabilizar as pessoas que têm o papel de fazer e não faz, que têm a responsabilidade de fazer há muito tempo, que pode fazer e não fazem.

Enquanto lutam pela terra na justiça, os camponeses criam condições para trabalharem na terra, produzirem alimentos e avançarem no processo organizativo, chegando até a transformar o acampamento em pré-assentamento no ano de 2013, processo que será tratado com maior profundidade a seguir.

3.3 TRANSFORMAÇÃO DA ÁREA EM PRÉ-ASSENTAMENTO, PRODUÇÃO E TRABALHO

Conforme apresentado, os primeiros anos da formação do acampamento foi um período de muitas dificuldades, sobretudo no que tange à produção de alimentos, considerando que as famílias estavam empobrecidas, sem condições de iniciar o trabalho na terra. Por esse motivo, inicialmente, os camponeses optaram por organizar a produção de forma coletiva, a partir das poucas sementes que conseguiram reunir. Posteriormente, com o grupo mais bem estruturado, eles resolveram individualizar a produção, repartindo o espaço de cultivo em

pequenos lotes, que eram expandidos à medida que as famílias criavam condições para ampliar o cultivo e adquiriam mais animais.

O gradual aumento da produção e, sobretudo, do número de animais fez surgir a necessidade de modificar a estruturação do acampamento, assim como explica a trabalhadora Marcia Aparecida de Silva de Jesus, de 40 anos: “o povo tava amontoado na sede e daí tava dando muito excesso de criação, vaca, porco, galinha, e daí, se tinha muita reclamação, não tinha como segurar esses bichos juntos, chegaram num consenso nas reunião que tinha que organizar melhor, dar mais espaço para as famílias”.

Dessa forma, os camponeses decidiram, no ano de 2013, transformar o acampamento em pré-assentamento, processo que ocorreu por meio de um seminário, com duração aproximada de três dias, reunindo famílias acampadas, autoridades da região, lideranças locais do movimento e pessoas da comunidade. Nesse seminário, foi elaborado o regimento interno¹⁰, estabelecendo as regras para o funcionamento do pré-assentamento, e foi realizado o parcelamento da área, seguindo o projeto apresentado na Figura 43, efetuado com a ajuda de técnicos do MST.

No regimento interno, ficaram estabelecidos os direitos e os deveres dos camponeses. No tocante aos direitos, o documento garantiu, principalmente, que cada família receberia um lote e que poderia se beneficiar dos bens naturais e dos bens materiais coletivos e individuais, desde que os conservassem. Quanto aos deveres, o regimento determinou que cada família teria a obrigação de zelar pelo seu lote, produzir prioritariamente alimentos saudáveis, fazer bom uso dos recursos naturais, preservar a fauna e a flora, entre outros. Além disso, no documento ficou expressamente proibido o cultivo de plantas transgênicas, de soja, de fumo, de tomate em estufa (com ressalva se a produção for orgânica) e de monoculturas de eucalipto, de pinus e de cana de açúcar.

Com relação ao parcelamento, a área foi dividida em 33 lotes com cerca de 12 hectares cada, variando conforme a declividade do terreno. Ademais, foram demarcadas estradas, separou-se o espaço do centro comunitário (antiga casa sede da propriedade) e delimitou-se as áreas de preservação permanente e as reservas legais.

¹⁰ O regimento interno do pré-assentamento Irmã Dorothy consta nos anexos da dissertação (p. 161). O documento original está desgastado, portanto, com qualidade ruim. Em função disso, na sequência do original, apresentamos a transcrição do texto.

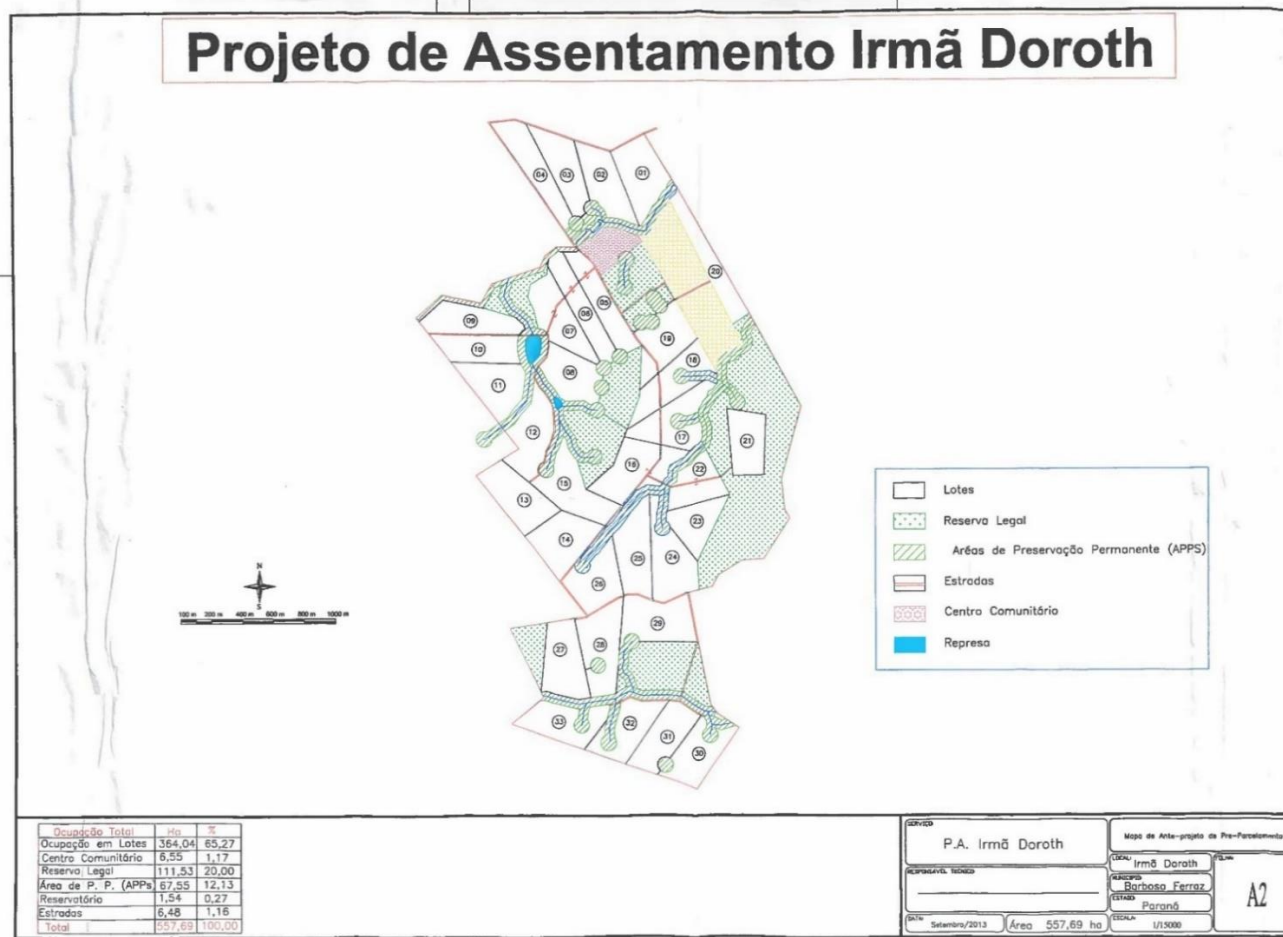


Figura 43: Projeto de parcelamento da área ocupada

Fonte: Acervo da camponesa Marcia Aparecida da Silva de Jesus

* A área indicada em cor amarela (que não consta na legenda) representa uma propriedade que, apesar de estar geograficamente inserida no projeto de assentamento, não faz parte da propriedade ocupada pelos camponeses nem pertence ao mesmo proprietário.

A distribuição dos lotes entre as famílias foi realizada por meio de um sorteio. Após a deliberação, os trabalhadores foram gradativamente limpando a área e transferindo a produção, os animais e a moradia para a parcela de terra estipulada.

Ir para o lote demandou alguns investimentos por parte das famílias, tendo em vista que era necessário criar a infraestrutura básica para o trabalho e para a moradia. Em razão disso, os camponeses tiveram de construir, mesmo que de forma precária, uma rede elétrica, considerando que o acesso à energia era restrito à casa sede da propriedade. Como os trabalhadores não dispunham do capital necessário, a rede elétrica foi construída com os mais diversos materiais. Os postes eram estacas de madeira, enquanto a fiação era composta por fios de cerca elétrica, arames farpados, fios de telefone, entre outros (Figura 44).



Figura 44: Rede elétrica construída pelos camponeses na área
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Além da rede elétrica, também foi necessário construir uma rede de encanamento para a distribuição de água. Nos casos em que os lotes não possuíam acesso às minas, o abastecimento era garantido por meio das fontes vizinhas, demandando rodas d'água e outros recursos. As instalações de energia elétrica e de água encanada foram realizadas de forma individual, ficando cada família responsável pelo seu lote. Esses investimentos foram realizados pouco a pouco, à medida que as famílias conseguiam juntar dinheiro ou realizar compras a prazo no comércio da cidade.

Com o parcelamento da área, as famílias também investiram em melhorias na estrutura das moradias, desmanchando os barracos de lona e construindo casas de madeira e de

alvenaria, divididas em três ou mais peças, de acordo com o tamanho da família. O mosaico da Figura 45 mostra algumas dessas residências.

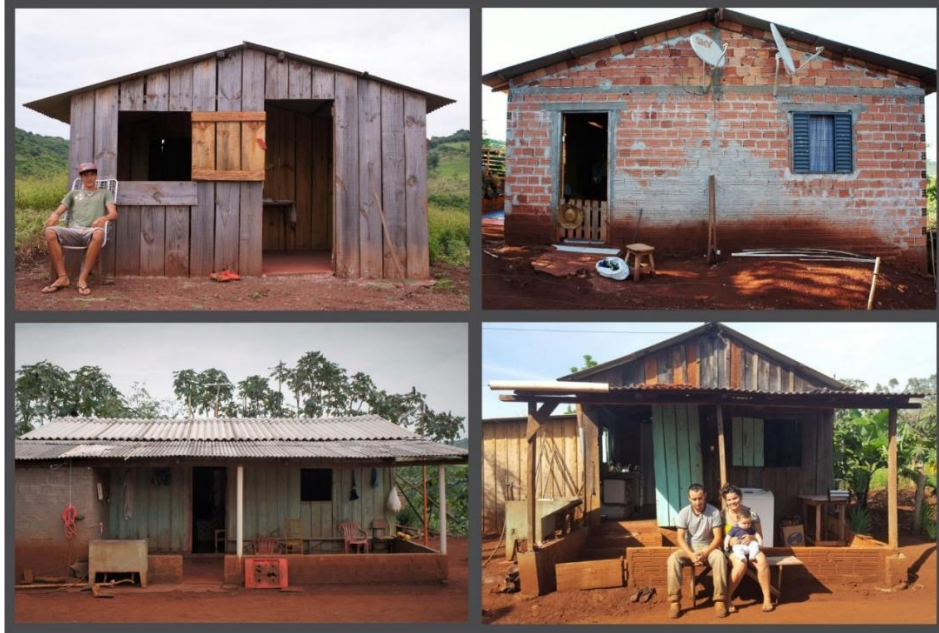


Figura 45: Mosaico com as casas construídas no pré-assentamento
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Segundo os camponeses, a transformação do acampamento em pré-assentamento, por meio da elaboração do regimento interno e do parcelamento da área, representou um avanço no processo organizativo, o que possibilitou expandir ainda mais a produção e melhorar as condições de vida. Quando os camponeses são questionados sobre a produtividade atual do pré-assentamento, destacam que, com o que plantam, quase não precisam consumir produtos dos supermercados da cidade, assim como declara o trabalhador João: “com o que nós produz aqui, nós compra muito pouco no mercado”.

De acordo com os dados sistematizados na Tabela 04¹¹, entre a diversidade de alimentos cultivados no pré-assentamento, estão aqueles como arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, café, abóbora, maracujá e banana. Entre os mais produzidos no ano de 2018, estão o milho (4.484 sacas), a mandioca (313 toneladas), o leite (360 litros / dia) e o feijão (505 sacas). Alguns desses cultivos são apresentados no mosaico da Figura 46.

¹¹ Para estruturar a Tabela 04, percorremos nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2019 os 33 lotes do pré-assentamento, questionando cada família sobre a quantidade e os produtos produzidos em 2018. Para nos informar, os camponeses recorreram às anotações em cadernetas, notas fiscais e à própria memória. Todas as informações relatadas foram registradas de forma individual. Depois da coleta de dados, separamos os cultivos e somamos as quantidades.

Tabela 04: Produção do pré-assentamento Irmã Dorothy - 2018

| Produto | Unidade | Quantidade | Produto | Unidade | Quantidade |
|---|----------------|-------------------|---|----------------|-------------------|
| Milho | Sacas/ano | 4.484 | Amendoim | Sacas/ano | 45 |
| Mandioca | Ton/ano | 313 | Leite | Litro/dia | 360 |
| Feijão | Sacas/ano | 505 | Bovinos | Cabeças | 197 |
| Arroz | Sacas/ano | 45 | Suínos | Cabeças | 348 |
| Batata doce | Ton/ano | 5,4 | Galináceos | Cabeças | 1.715 |
| Café | Sacas/ano | 2 | Abóbora | Kg/ano | 2.710 |
| Acerola | Kg/ano | 150 | Banana | Ton/ano | 7 |
| Quiabo | Kg/ano | 1.050 | Abacate | Kg/ano | 1.100 |
| Maracujá | Ton/ano | 1,8 | Melão | Kg/ano | 130 |
| Limão | Kg/ano | 1.005 | Melancia | Kg/ano | 900 |
| Laranja | Kg/ano | 580 | Poncã | Kg/ano | 320 |
| Abacaxi | Kg/ano | 150 | Morango | Kg/ano | 23 |
| Goiaba | Kg/ano | 50 | Manga | Kg/ano | 1.800 |
| Pêssego | Kg/ano | 50 | Mamão | Kg/ano | 350 |
| Chuchu | Kg/ano | 150 | Pepino | Kg/ano | 180 |
| Hortaliças Folhosas (alface, brócolis, couve, repolho) | Kg/ano | 10.000 | Hortaliças subterrâneas (cebola, alho) | Kg/ano | 5.000 |

Fonte: Informação verbal, 2019

Organização: Aline Albuquerque Jorge



Figura 46: Mosaico que ilustra parte da produção do pré-assentamento
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Para produzir essa diversidade de alimentos, os camponeses utilizam a força de trabalho familiar, em que cada membro da família representa um elemento fundamental por executar um trabalho útil e concreto, de acordo com a necessidades do momento, por meio de um processo de divisão técnica do trabalho no interior da família (OLIVEIRA, 1991). No caso do pré-assentamento, percebe-se que até mesmo as crianças são iniciadas como personagens na divisão do trabalho. Sendo assim, “[...] ao atingirem os 12, 14 anos, passam a desempenhar tarefas de adultos, desenvolvendo dentro da unidade familiar o trabalho acessório” (OLIVEIRA, 1991, p. 60). A inserção da criança como integrante da força de trabalho familiar faz parte do processo educativo, considerando que, desde jovens, meninos e meninas vão aprendendo a trabalhar na terra e vão cultivando, reproduzindo o modo de vida camponês. A Figura 47 ilustra essa situação.



Figura 47: Criança colaborando com o trabalho familiar
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Diferentemente da produção capitalista, na produção camponesa, a jornada de trabalho é flexível e varia conforme a época do ano e os produtos a serem cultivados. Recorrentemente, nos períodos de intenso trabalho, as famílias não conseguem suprir totalmente a necessidade de mão de obra por não disporem de rendimentos suficientes para contratar trabalhadores temporários. Assim, há a ajuda mútua dos camponeses, trocando dias de trabalho, assim como explica a trabalhadora Marcia.

Até hoje aqui nós fazemo troca de dia, por exemplo, se arrancar mandioca na minha roça, o Luiz vem ajudar a gente, e, quando o Luiz vai tirar a mandioca dele, nós vamos ajudar ele, até hoje é assim, ninguém paga dia pra ninguém, a gente troca os dias de serviço, agora mesmo nós deve um dia de serviço, que nós vamo pagar quando a pessoa que ajudou a gente precisar.

Além de produtores de alimentos, as famílias camponesas assumem a função de comerciantes, ao transformar o excedente das suas lavouras em mercadorias que são convertidas em dinheiro, indispensável para adquirir outros produtos também necessários para a satisfação das necessidades, tal como assegura Oliveira (2007)

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40)

No caso dos trabalhadores do pré-assentamento Irmã Dorothy, a comercialização do excedente ocorre na região de Barbosa Ferraz. Segundo a trabalhadora Marcia, a maior parte do que sobra do milho é negociada com cerealistas de Barbosa e do município de São João do Ivaí. O maracujá normalmente é comercializado na Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região – COAPROCOR¹², criada no ano de 2009, com o objetivo de auxiliar os produtores de café e de maracujá.

A camponesa Marcia ainda conta que, no ano de 2017, os trabalhadores conquistaram um espaço na feira livre do município, que é utilizado por cinco famílias, as quais, uma vez por

¹² Segundo Andrade (2013), a COAPROCOR é uma cooperativa de pequenos produtores, originada a partir da Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul – APROCOR. Atualmente a cooperativa é composta por associados de 16 municípios, sendo a maioria parte da microrregião de Campo Mourão.

semana (aos domingos), montam as suas barracas e comercializam hortaliças, frutas, doces, queijos e demais produtos.

O trabalhador Carlos também explica sobre a comercialização dos produtos do pré-assentamento, acrescentando que o excedente da mandioca é vendido para farinhas da região, e o do leite é negociado com compradores do próprio município. Um desses compradores atua como atravessador (intermediário), comprando o leite dos produtores e o revendendo para os laticínios da região.

Conforme declarado pelo camponês Carlos, esse atravessador chegou até a instalar um tanque de resfriamento dentro do pré-assentamento para que as famílias depositassem o leite retirado, assim conservando o produto na temperatura ideal. Todos os dias, as famílias levam o leite até o local, mensuram quantos litros conseguiram tirar, anotam o número em um caderno e despejam o líquido no resfriador (Figura 48). A cada três dias, o atravessador recolhe e paga pelo produto. O dinheiro recebido é repartido de acordo com a quantidade de leite que cada família depositou no resfriador.



Figura 48: Camponeses despejando leite no resfriador localizado no centro comunitário do pré-assentamento
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Segundo os trabalhadores, o valor pago pelo atravessador está abaixo do valor que seria pago na negociação direta com o laticínio. O que impede os trabalhadores de comercializar o leite sem intermediários é que, como a área não se trata de um assentamento, ou seja, ainda não está regularizada, eles não possuem a documentação exigida para a comercialização. Além disso, as famílias também estão impedidas de negociar o leite com outros atravessadores, pois dependem do resfriador instalado na área e não possuem recursos econômicos para adquirir esse tipo de equipamento para uso coletivo.

Apesar das adversidades, os camponeses destacam que, ao longo dos anos de ocupação, conseguiram melhorar suas condições de vida. O trabalhador João, por exemplo, afirma: “quando nós chegamos aqui, nós não tinha nada, agora aqui nós já plantamos, já adquirimos carro, moto, carroça, animal, porco, galinha, tudo tirado de cima dessa terra”. Sobre as conquistas dos trabalhadores, o camponês Ireno, membro da coordenação estadual do movimento, destaca que: “se a gente conhecer o pré-assentamento Irmã Dorothy, a gente vai perceber que é uma comunidade de camponeses, que mesmo sem apoio do governo, construiu sua vida a ponto de dizer que o que tem lá é o suficiente pra viver”.

Devido às melhorias conquistadas, os trabalhadores afirmam sentir-se motivados a continuar lutando, pois sabem que, se conquistarem o assentamento, poderão aprimorar a estrutura da área, ter acesso a programas de crédito e a novos mecanismos para a comercialização dos produtos, o que significaria melhorar ainda mais as condições de vida, assim como afirma o camponês Antonio.

Eu não tô nada arrependido, tô cada vez mais feliz, nosso orgulho é tudo que nós já conseguimos fazer. A nossa dificuldade é conseguir a terra, viu, conseguindo a terra, nós conseguimos estradas melhores, luz tudo direito, crédito pra melhorar nossa produção, podemos vender os produtos em mais de um lugar. Tendo em cima da nossa terra, nós produzimos, nós sobrevivemos.

Por estarem motivados a permanecer na terra, os camponeses desafiam as sucessivas ordens de despejo emitidas pelo poder judiciário desde a ocupação em 2005. Entender como funciona essa resistência e as estratégias desenvolvidas no sentido de evitar a reintegração de posse são propósitos explorados no próximo e último capítulo.

CAPÍTULO IV

AS DECISÕES JUDICIAIS E A REAÇÃO DOS CAMPONESES

“[...] E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.”

(Trecho da música Descobrimos lá na base – Zé Pinto)



Figura 49: Camponeses reunidos em assembleia próximos ao centro comunitário
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 30-11-2017

Após a reocupação da área, realizada 15 dias após o despejo de 2008, o proprietário e a sua família recorreram novamente ao Poder Judiciário, interpondo medida judicial para forçar o Poder Executivo, na pessoa do governador do estado do Paraná, a executar a ordem de despejo deferida no ano de 2005, o que corresponderia à retirada definitiva das famílias acampadas. O proprietário acrescentou que as famílias ocupantes deveriam ser levadas para longe da propriedade, e que a área deveria ser monitorada pela polícia militar até que não houvesse riscos de uma nova ação por parte dos sem terra.

Em atendimento à solicitação, a Comarca de Barbosa Ferraz expediu um novo mandado de desocupação, ordem que não foi efetivada pelo Estado. Em razão do descumprimento, o proprietário recorreu, ainda no ano de 2008, ao Tribunal de Justiça do Paraná e impetrou um mandado de segurança para solicitar que o Poder Judiciário determinasse a obrigatoriedade do cumprimento da decisão por parte das autoridades responsáveis (governador do estado, secretário de segurança pública e chefe geral da polícia militar).

No início de 2009, o Tribunal de Justiça julgou a solicitação procedente e concedeu a liminar de desocupação, determinando o prazo de 30 dias para o cumprimento da decisão (Figura 50) e reiterando que compete ao Poder Executivo estadual fornecer força policial e demais recursos necessários para a execução integral da ordem judicial.

Diante do exposto, é de se conceder a liminar pleiteada para o fim de determinar às autoridades impetradas que dêem cumprimento efetivo ao mandado de reintegração de posse referente aos autos n.º 189/2005 da Vara Cível da Comarca de Barbosa Ferraz, mediante reforço policial.

Para tanto, fixo o prazo de 30 (trinta) dias, tendo em vista a logística necessária à operação.

Figura 50: Trecho da liminar de desocupação concedida pelo Tribunal de Justiça do estado do Paraná
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal n.º. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2009

Mesmo com o deferimento da liminar, o Estado não cumpriu a reintegração de posse. Em março de 2010, o poder público se manifestou, por meio do coordenador estadual do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, que declarou que a unidade não dispunha dos recursos financeiros e operacionais necessários para efetuar a ação. Dois meses depois, em maio de 2010, o governador em exercício, com base em documento elaborado pelo secretário de segurança pública, anunciou que a polícia militar estava em fase de atualização do plano de operação para obtenção dos recursos necessários para o cumprimento da decisão judicial (Figura 51).

Determinado por duas vezes o cumprimento urgente da liminar (fls. 947 e 965), o Procurador Geral do Estado juntou aos autos a informação do Coordenador Estadual do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG, elaborada em março deste ano, no sentido de que "(...) a unidade não dispõe, em tese, de recursos necessários para atender à Requisição Judicial" (fls. 994/996)

Manifestou-se também, em maio deste ano, o atual Governador do Estado, informando que conforme o Ofício nº 661, do atual Secretário de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar está trabalhando na atualização do "Plano de Operação", para obter os recursos necessários ao cumprimento da liminar (fls. 1.089/1.091).

Figura 51: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça, tratando das justificativas do poder público pelo não cumprimento da ordem judicial

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2010

Ainda em 2010, o procurador-geral do Estado ingressou com pedido de suspensão do processo judicial, considerando que, na época, ainda estava em curso o processo administrativo com finalidade de desapropriação do imóvel por interesse social. No mesmo ano, o Tribunal de Justiça julgou improcedente o pedido de suspensão, declarando que a existência da possibilidade de desapropriação não poderia prejudicar o andamento da ordem judicial e que o conflito não poderia se arrastar por mais tempo (Figura 52).

Tal situação não pode perdurar, sob pena de se negar efetividade aos provimentos jurisdicionais e se instaurar o descrédito da sociedade em relação ao Poder Judiciário.

Por todas estas razões, **indefiro o pedido de suspensão do processo, com a observação de que eventual processo de desapropriação não prejudica o prosseguimento do writ**, e determino a intimação do atual Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti, e do atual Secretário de Segurança Pública, Cel. Aramis Linhares Serpa, para se manifestarem acerca do presente mandado de segurança, haja vista que passaram a integrar o pólo passivo da ação, bem como para que informem o prazo final de atualização do "Plano de Operação" e efetivo cumprimento da liminar de desocupação do imóvel objeto do writ.

Intimem-se.

Curitiba, 19 de maio de 2010

DES. CELSO ROTOLI DE MACEDO

Relator" (destaques não consta do original).

Figura 52: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça sobre o pedido de suspensão do processo

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2010

No decorrer da ação judicial, o Estado foi intimado inúmeras vezes pelo Poder Judiciário a cumprir, a nível de urgência, a reintegração de posse determinada. Contudo, apesar das reiterações, a decisão não chegou a ser efetivada.

Em função do descumprimento da ordem e do prolongamento do litígio, o juiz da Comarca de Barbosa Ferraz realizou, no dia 31 de julho de 2017, uma audiência de conciliação entre as partes¹³. Estiveram presentes, na ocasião, o representante legal do Ministério Público, três representantes da polícia militar, o proprietário da área, acompanhado de esposa, filha e advogado, o procurador do estado do Paraná, o assessor especial de assuntos fundiários do Estado, os representantes da Superintendência Regional do INCRA e da Ouvidoria Agrária Regional do INCRA e três camponeses do pré-assentamento, acompanhados do advogado Humberto Boaventura.

Antes de iniciar a sessão, os trabalhadores estavam bastante ansiosos e esperançosos, pois, em função das autoridades presentes e por se tratar de uma audiência de conciliação, eles acreditavam que seria possível negociar a compra da propriedade pelo INCRA e, assim, conquistar o assentamento. Na contramão das expectativas, logo no início, a audiência mostrou que a pauta principal não era negociar os termos da compra da propriedade, mas sim acordar de qual forma as famílias sairiam da área: voluntariamente, com data pré-estabelecida, ou com uso da força policial.

A todo momento, o juiz responsável pela sessão explicava que estava presente para cumprir uma decisão transitada e julgada, repetindo por inúmeras vezes a frase: “você vão ter que sair de lá”.

Durante a audiência, o assessor especial de assuntos fundiários do Estado questionou se o INCRA poderia transferir as 33 famílias para projetos de assentamento ou outros acampamentos da região. Em resposta, os representantes da autarquia declararam que não seria possível deslocar as famílias para assentamento com vagas remanescentes, uma vez que isso feriria o trâmite legal e a lista de espera existente. Com relação à transferência para outros acampamentos, os representantes responderam que isso não competia à autarquia e que seria necessário estabelecer o diálogo com coordenadores do MST. Também destacaram que levar as famílias para outros acampamentos não resolveria, apenas empurraria o problema social, resultando em muitas consequências sociais negativas.

Considerando a dificuldade em encontrar uma solução definitiva e pacífica para a questão, os representantes do INCRA perguntaram ao proprietário da área se havia interesse em acordar a venda da terra. O proprietário respondeu que não se interessava pela negociação, sobretudo em razão dos mecanismos de indenização previstos em lei, que se resumem ao

¹³ Na ocasião, tivemos a oportunidade de presenciar a audiência de conciliação. Em virtude disso, a maior parte do que expomos referente a esse episódio é fruto das anotações do nosso diário de campo referentes ao dia 31 de julho de 2017.

pagamento por meio de Títulos da Dívida Agrária resgatáveis a partir do segundo ano posterior a comercialização, o que para ele acarretaria na desvalorização e, conseqüentemente, na perda de dinheiro. Nota-se que os seus interesses são relativos à especulação imobiliária. Não queria vender, pois não receberia imediatamente o valor estipulado.

Perante esse contexto, o advogado Humberto tentou instigar o interesse do proprietário na negociação e questionou o INCRA sobre quanto, aproximadamente, vale a propriedade em litígio. Os representantes da autarquia responderam que não é possível aferir sem antes realizar a vistoria, o que só pode ser feito mediante a anuência do proprietário no sentido de comercializar a propriedade.

Sem avançar na questão da venda da terra, voltou-se a discutir a saída das famílias. O proprietário e a sua família se manifestaram por longo período de tempo, acusando os trabalhadores de vandalizar e até mesmo de arrendar ilegalmente partes da propriedade. O advogado Humberto, em defesa dos camponeses, declarou que havia, recentemente, protocolado um pedido de desapropriação na Justiça Federal e que, caso o pedido fosse deferido, a decisão federal teria maior peso do que a ordem estadual.

Independente da colocação do advogado, o juiz prosseguiu, tratando da saída dos trabalhadores. A parte autora fez a proposta de que as famílias deixassem voluntariamente e pacificamente a área até o dia 01 de novembro de 2017, sem direito a colher as safras remanescentes. A advertência foi que, caso não aceitassem a proposta, estariam expostos ao despejo com uso da força policial, que poderia acontecer a qualquer momento.

Em conjunto com o advogado, os camponeses presentes anunciaram que não poderiam tomar a decisão de aceitar ou não a proposta, precisavam discutir a possibilidade de acordo com as outras famílias, considerando que, na organização do pré-assentamento, não existe pessoa onipotente para tomar decisões em nome de todo grupo. Por essa razão, os camponeses presentes requereram ao juiz o prazo de cinco dias úteis para enviar a resposta acerca da proposta da parte autora. O juiz concedeu o prazo solicitado e ainda decidiu que: “[...] na falta de resposta, com o transcurso do prazo sem manifestação, deverá a ordem judicial, já não suspensa em sede recursal, ser cumprida imediatamente, inclusive com auxílio da força pública” (Figura 53).

COMARCA DE BARBOSA FERRAZ
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Ao final o MM^o. Juiz prolatou o seguinte despacho, do qual saíram intimados todos os presentes: **1.** Acolho o pedido constante da "B" acima. **2.** Via de consequência, concedo à parte requerida o prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma solicitada. **3. Consigno que na falta de resposta, com o transcurso do prazo sem manifestação, deverá a ordem judicial, já não suspensa em sede recursal, ser cumprida imediatamente, inclusive com o auxílio de força pública.** **4.** Os requeridos se comprometem a não plantar nada na propriedade invadida, e desde já saem cientes de que não terão direito a qualquer safra a ser colhida posteriormente à data de 01/11/2017, em caso de aceitação da proposta de acordo formulada pelos autores. **5.** Ultrapassado o prazo para manifestação dos requeridos, voltem **imediatamente** conclusos os autos. **6.** O Ministério Público se compromete ainda a acompanhar, *in loco*, qualquer espécie de desocupação voluntária ou coercitiva a ser realizada nestes autos. **7.** Que os invasores se comprometem quando da saída da propriedade, não depredarem o imóvel em especial a casa da sede.

Figura 53: Decisão referente à audiência de conciliação realizada na Comarca de Barbosa Ferraz

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal n^o. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2017

Dessa forma, as opções oferecidas aos camponeses eram a saída voluntária da área ou a saída mediante o uso da força policial. Sobre os acordos realizados nas audiências de conciliação e a desigualdade de poder entre os sem terra e os proprietários nas negociações, Castro (2017) assevera que:

Mas, como já afirmado, os acordos realizados em audiência demonstram a desigualdade de poder existente nessas negociações. Quase sempre dizem respeito à saída voluntária dos movimentos sociais da terra ocupada; em troca, os integrantes dos movimentos pedem, basicamente, a concessão de lonas, cesta básica, caminhão para fazer o deslocamento para outro local. É uma conciliação em que o poder de negociação das partes envolvidas é completamente desproporcional [...]. (CASTRO, 2017, p. 07 – 08)

Uma vez que os camponeses se comprometeram a enviar uma resposta ao poder judiciário, eles se reuniram, no dia 05 de agosto de 2017¹⁴, no centro comunitário do pré-assentamento, junto com lideranças locais do movimento e com o advogado responsável pela defesa para discutir os próximos passos. Nessa reunião, os camponeses fizeram uma leitura da conjuntura e das possibilidades para permanecer na área e, por fim, editaram a resposta para ser enviada à Comarca de Barbosa Ferraz.

Na resposta¹⁵, os trabalhadores se comprometeram a realizar a desocupação voluntariamente, desde que o INCRA se responsabilizasse por realizar: a) a abertura do edital

¹⁴ Também tivemos a oportunidade de presenciar a reunião realizada pelos camponeses no dia 05 de agosto de 2017, portanto, a maior parte do que expomos referente a este episódio também é baseado nas anotações de nosso diário de campo.

¹⁵ A resposta redigida pelos trabalhadores consta nos anexos da dissertação, página 169.

de compra, de aquisição de terras na região Centro Norte do Paraná, ainda no corrente mês de agosto; b) o pagamento das despesas de deslocamento das famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy para eventual área ofertada ou outro local escolhido pelas famílias; c) a indenização das famílias pelo investimento realizado no preparo da produção para a safra.

A Justiça Estadual julgou improcedente a contraproposta realizada pelos trabalhadores, alegando que não caberia mais protelar o cumprimento da decisão, que o INCRA não pode ser responsabilizado pela realocação das famílias e que não compete à Justiça a determinação de compra de terras para a realização da reforma agrária. Sendo assim, o juiz responsável pelo caso determinou a intimação das famílias para que deixassem a área até o dia primeiro de novembro de 2017. Caso o prazo fosse transcorrido e a ordem não fosse atendida, a força policial seria mais uma vez requisitada para realizar a desocupação (Figura 54).

Em sendo assim, diante da impossibilidade de desocupação pacífica, determino, pela derradeira vez, a intimação dos integrantes do assentamento para que desocupem voluntariamente os imóveis em questão até o dia 01 de novembro de 2017.

Decorrido o prazo e não cumprida a ordem de desocupação na forma voluntária e pacífica, requisite-se o auxílio policial, conforme já determinado em mov. 108.

Diligências necessárias.

Barbosa Ferraz, datado e assinado digitalmente.

Guilherme Aranda Castro dos Santos

Juiz de Direito

Figura 54: Resposta do Poder Judiciário referente à contraproposta enviada pelos camponeses
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2017

Enquanto os camponeses elaboravam a resposta enviada à Comarca de Barbosa Ferraz, a Justiça Federal discutia a ação ajuizada pelos trabalhadores, pleiteando a desapropriação da área ocupada. O texto do despacho trouxe um “fio de esperança” para as famílias, considerando que o juiz federal responsável pelo caso autorizou que o INCRA entrasse na propriedade, a fim de efetuar vistoria e avaliação prévia do imóvel, para que, posteriormente, fosse realizada uma nova audiência de conciliação, objetivando negociar os termos da venda da terra (Figura 55).

4. CITEM-SE os réus para os fins do art. 335 e seg., no prazo legal.

4.1. No mesmo prazo, deverá o INCRA juntar aos autos a **íntegra do processo administrativo nº54200.000139/2007-19** (ev. 1 - INF90), bem como **proceder a vistoria e avaliação prévias** do imóvel objeto do litígio.

4.2. Fica o INCRA autorizado a ingressar na Fazenda São Paulo, devendo os autores serem cientificados desta determinação judicial por meio de seu advogado, para que deem livre acesso aos agentes da autarquia federal, no cumprimento desta ordem judicial.

5. Com as contestações e avaliação do INCRA anexadas aos autos, voltem-me conclusos com prioridade.

Figura 55: Fragmento do despacho da Justiça Federal determinando a vistoria da área pelo INCRA
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2017

Alguns dias depois da determinação, o juiz federal recebeu, em gabinete, o proprietário da área, acompanhado do seu advogado, os quais argumentaram que não havia interesse na negociação da propriedade e, em seguida, protocolaram petição com as suas considerações. Após analisar ambos os lados do processo, o juiz concluiu que não existia possibilidade de conciliação entre as partes, por isso recorreu da sua decisão e cancelou a determinação de vistoria e de avaliação prévia da área em disputa (Figura 56).

5. A conclusão a que chego neste momento é que os autores/ocupantes querem, ao menos aparentemente, causar embaraços e/ou postergar ainda mais o cumprimento da decisão proferida pela Justiça Estadual, sem que haja qualquer possibilidade de conciliação nestes autos, uma vez que os proprietários estão há anos buscando apenas o cumprimento da decisão transitada em julgado.

6. Diante de todo o exposto, cancelo a determinação de vistoria e avaliação prévia dos imóveis Fazenda São Paulo e Sítio São Vicente.

Comunique-se o INCRA da forma mais expedita possível.

Intimem-se.

Figura 56: Fragmento da decisão da Justiça Federal, cancelando a determinação de vistoria da área pelo INCRA
Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2017

Com as possibilidades esgotadas na Justiça Federal e com a derradeira determinação pela desocupação na Justiça Estadual, os trabalhadores começaram a atuar politicamente, via coordenação estadual do MST, para evitar que o despejo fosse mais uma vez realizado. Entre as ações efetuadas, o movimento organizou, no dia 31 de agosto de 2017, uma audiência pública no município de Campo Mourão. Esse evento reuniu autoridades do poder público regional, lideranças religiosas, entidades e organizações sindicais e universitárias, com objetivo de buscar apoio e de discutir os conflitos fundiários da região que estava sob ameaça de despejo, incluindo o caso do pré-assentamento Irmã Dorothy.

Na ocasião, os representantes presentes assinaram um termo de compromisso público, em que foi solicitado que o INCRA resolvesse as disputas territoriais, por meio da instalação de projetos de assentamento na região. Além disso, foi solicitado que as ordens de despejo emitidas pelo poder judiciário fossem suspensas até que o governador do Estado se reunisse com a comissão organizadora da audiência (Figura 57).

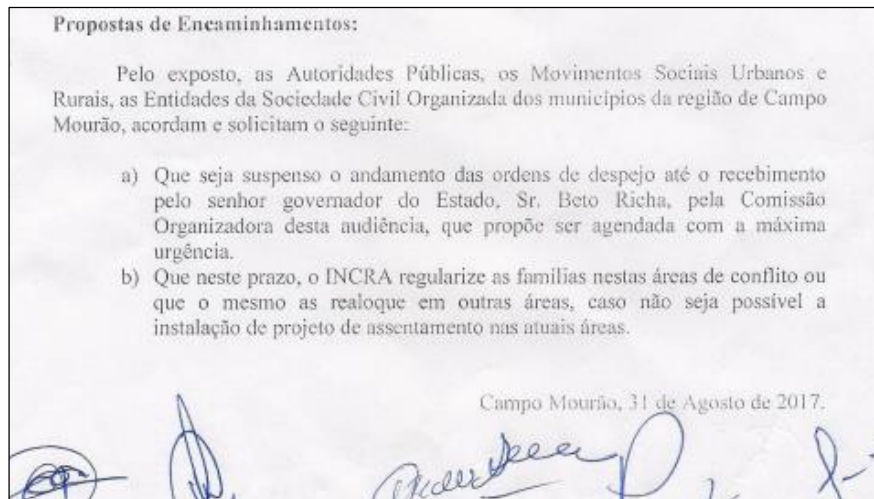


Figura 57: Termo de compromisso assinado na audiência pública em Campo Mourão

Fonte: Autos do processo da Justiça Federal nº. 5002649-24.2017.4.04.7010, documento elaborado em 2017

A atuação política do movimento e as manifestações por parte da sociedade podem não influenciar as decisões judiciais, todavia são importantes na arena política, pois demonstram que existe apelo de vários segmentos da sociedade a favor dos camponeses. Além disso, evidencia que a realização de um despejo poderia resultar uma situação de instabilidade e conflito, que se desdobraria na comoção de parcela da sociedade e, conseqüentemente, em uma repercussão negativa. Por este motivo, o apoio social é destacado pelos camponeses como um dos principais fatores que contribuem para a permanência na terra ocupada. Sobre esse aspecto, a camponesa Marcia afirma que:

Olha, eu acho que, se não fosse o apoio da sociedade, a gente já teria sido despejado, nem saberia onde eu taria num momento desse, já teve várias vezes que a gente pediu ajuda em pegar assinatura, a gente consegue coisa de três, quatro mil assinaturas em questão dois, três dias. Eles sempre pedem nas igreja, na rádio que tem em Barbosa, ajuda pra colher assinatura, é rapidinho, então, se não fosse o apoio da sociedade local, entre prefeito, padre, pastor, entidades, sindicatos os moradores, acho que nós não taria aqui mais não.

O apoio da sociedade local ao pré-assentamento também é tratado na entrevista cedida pelo advogado Humberto, que diz:

Ali em Barbosa Ferraz tem uma característica muito interessante, talvez é um dos poucos lugares do estado em que não tem rejeição nenhuma da cidade e da sociedade lá de Barbosa Ferraz em relação a essa ocupação, porque têm lugares, em função da natureza da cidade, da natureza do conflito, as vezes a ocupação sofre uma certa rejeição, por parte das elites locais da cidade, dos setores e tudo mais.

É a partir das manifestações de apoio que o movimento constrói os acordos e as articulações políticas, fazendo com que segmentos da sociedade, tais como a igreja, se comprometam a interceder junto ao Estado a favor dos camponeses. Essa intervenção é o que, na maior parte das vezes, segura a execução das ordens de despejo, ou seja, faz com que as determinações da justiça não sejam cumpridas pelo Poder Executivo. Assim, mesmo sem a conquista definitiva da terra, os camponeses conseguem manter a territorialidade de luta.

Nos finais dos anos de 2017 e de 2018, as famílias do pré-assentamento passaram por períodos de forte ameaça de despejo, situações em que a intervenção e o apoio da sociedade foram bastante importantes.

4.1 AS AMEAÇAS DE DESPEJO DE 2017 E DE 2018

Após o encerramento do prazo estipulado pela justiça para a desocupação voluntária (01 de novembro de 2017), os trabalhadores passaram a vivenciar uma fase de tensão, pois sabiam que, a qualquer momento, o despejo poderia acontecer. Em entrevista, o camponês Ireno, membro da coordenação estadual do MST, fala sobre esse período.

Nóis tivemos ali, desde julho de 2017, essas audiências que se tratavam então acerca do despejo ou não das famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy e sempre foi algo muito dramático, que nós temos informação, a princípio, teve uma audiência de acordo com o proprietário da fazenda e também com representantes das famílias que ali residem que teriam até primeiro de novembro para se retirar daquela área, não se cumpriu essa retirada das famílias voluntariamente, e, então, começou a vir da forma mais clara as ameaças de despejo, foram vários momentos que se falava desse despejo e não se confirmava.

Para tentar evitar que a ação fosse concretizada, os camponeses, junto do movimento, passaram a se articular e a recorrer às lideranças políticas e religiosas da região, tal como declara a trabalhadora Marcia.

A gente foi pedir ajuda para os vereadores, pro prefeito da cidade, daí na rádio começou a fazer campanha, na igreja começou a fazer campanha, na igreja católica a gente foi até o bispo, se desse o despejo, pra que rumo a gente ia? Um juiz assiná um despejo é simples, vai lá e assina, mas e nós, vamos pra onde? Pra que lugar? A única coisa que a gente sabia é que a gente ia pra cem quilômetro daqui.

Declaração semelhante é dada pelo padre Roberto Cesar de Oliveira, que responde, como pároco pela Paróquia Nossa Senhora das Graças em Barbosa Ferraz há oito anos e que mantinha contato constante com as famílias do pré-assentamento.

Foi uma situação muito dramática, foi colocado uma parte da igreja, né, nessa questão das orações, porque, no caso aqui, nosso prefeito municipal, as autoridades civis, os vereadores começaram a intervir para tentar evitar esse despejo, até porque também o pré-assentamento Irmã Dorothy tem uma importância para a vida da cidade, a nível comercial, a nível econômico, a nível de produção de alimentos, então eles têm importância para a cidade, são reconhecidos por isso.

Além de procurar o apoio das lideranças, os camponeses contam que, durante o período de tensão, organizaram equipes que se revezavam durante dia e noite na vigilância das entradas do pré-assentamento. Também, sempre que possível, procuravam informações junto à coordenação estadual do movimento sobre possíveis datas em que a desocupação poderia ser realizada.

De acordo com os relatos, no período entre o fim de novembro e o início de dezembro, os trabalhadores receberam auxílio de outras famílias do movimento, que se juntaram ao grupo com o objetivo de fortalecer a resistência, considerando que os trabalhadores tinham decidido não abandonar a área pacificamente, como pode ser confirmado na declaração do camponês Ireneo: “se a polícia baixasse em Barbosa, nós ia se enfrentar dentro da cidade”.

Várias outras ocupações no Estado estavam em situação semelhante a do pré-assentamento, isto é, sob ameaça de despejo. Algumas destas áreas em conflito possuíam decisões do Superior Tribunal de Justiça – STJ, autorizando a intervenção federal para o cumprimento das ordens de reintegração de posse. Segundo o relato do camponês Ireneo, as ameaças de despejo no estado do Paraná estavam relacionadas às mudanças na conjuntura política nacional em 2016, decorrentes do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT, e da posse do então vice-presidente Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

Não dá pra esquecer que nós tamo em um período de golpe, né, a nação brasileira sofreu um golpe e, principalmente, a classe trabalhadora, nós não podemos falar da conjuntura política do Paraná ou do MST sem lembrar que esse período é um período de golpe. A direita deu um golpe na classe trabalhadora e quer tomar conta de tudo que pode trazer lucro para os capitalistas. Então, fazer despejo nas áreas de assentamento do Brasil e do Paraná faz parte do golpe que a direita deu na nação brasileira, e nós aqui no Paraná não tamo fora disso. Nós tamo dentro do governo de direita que tá aí com o compromisso de favorecer o latifúndio e atacar o MST.

Entre as ocupações que estavam sob risco de despejo, inclui-se a localizada na comunidade Alecrim, situada no interior do município de Pinhão, na região Centro Sul do Paraná. Nessa área - pertencente à madeireira Zattar - viviam 20 famílias de posseiros há cerca de 30 anos. No dia primeiro de dezembro de 2017, o poder público estadual deslocou grande aparato policial para cumprir a ordem de reintegração de posse. Esse episódio teve grande repercussão e marcou, na opinião dos camponeses e de muitos moradores do município, negativamente a imagem do governo do Estado, sobretudo pela violência e pela destruição da organização espacial das famílias que há tanto tempo moravam e trabalhavam na terra.

A reintegração de posse dessa área, no município de Pinhão, inaugurou a série de despejos previstos para o ano de 2017, assim como aborda a reportagem realizada em 02 de dezembro de 2017 pelo portal Redesul de Notícias (Figura 58).

A semana na região foi marcada pela reintegração de posse numa área na localidade de Alecrim, interior do município de Pinhão. Policiais militares chegaram no local nas primeiras horas da manhã dessa sexta feira (01) para cumprir o mandado judicial a favor da empresa Zattar.

De acordo com a Polícia Militar, destacamento de Pinhão, na área, ocupada há cerca de 30 anos, viviam cerca de 20 famílias, num espaço comunitário com posto de saúde e igreja, demolidos por máquinas.

Este pode o primeiro de uma série de mandados judiciais de reintegração de posse. Pinhão possui um grave conflito fundiário que se arrasta por cerca de três décadas. Ao todo, o município possui perto de três mil famílias que vivem em ocupações nas áreas reivindicadas pelas Indústrias Zattar. São posseiros, faxinalenses, trabalhadores sem terra ligados ao MST que aguardam definições do Governo Federal em relação à Reforma Agrária.

A situação do município pode ser grave. Afinal, lá vivem cerca de três mil famílias, ultrapassando sete mil pessoas, em áreas passíveis de reintegração.

Por causa das várias ações que tramitam e que estão sendo acatadas pela Justiça, a Prefeitura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) realizaram audiência pública no último dia 24. Porém, os mandados começaram a ser cumpridos.

Figura 58: Fragmento da reportagem do portal Redesul de Notícias sobre o despejo no município de Pinhão – PR
Fonte: Reportagem extraída do site: <<https://redesuldenoticias.com.br/noticias/reintegracao-de-posse-marca-semana-em-pinhao/>>, em 03-02-2019

Durante a desocupação, as casas das famílias, a escola, a padaria e a igreja da comunidade foram destruídas por máquinas. O despejo despertou a indignação de vários segmentos da sociedade, sobretudo da igreja, que se posicionou firmemente contra a violência da ação, inclusive por meio de nota de repúdio redigida pelo bispo Dom Anuar Battisti em nome da Cáritas Brasileira Regional Paraná (Figura 59).

O governo do Paraná deslocou um grande aparato policial para a ação com o intuito de devastar a vida de 100 famílias, cumprindo uma ordem judicial injusta, em momento de crise social tão grave em nosso país, com cerca de 14 milhões de desempregados. Foram destruídas casas de alvenaria, escola, padaria comunitária e a igreja, lugar sagrado de encontro e comunhão.

O **Papa Francisco** no seu segundo encontro mundial com os movimentos sociais, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, levantou sua voz para dizer: A Bíblia lembra-nos que Deus escuta o clamor do seu povo e também eu quero voltar a unir a minha voz à vossa: os famosos três “T”: terra, teto e trabalho para todos os nossos irmãos e irmãs. Disse-o e repito: são direitos sagrados.

Vale a pena, vale a pena lutar por eles. Que o clamor dos excluídos seja escutado na América Latina e em toda a terra.

E acrescentou, depois de dizer que as coisas não andam bem: Então, se reconhecemos isto, digamo-lo sem medo: Precisamos e queremos uma mudança. Se isso é assim – insisto – digamo-lo sem medo: Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra.

Desalojar famílias, sem sugerir alternativas, é um ataque aos direitos sociais, principalmente aos dos mais pobres, que através de uma luta justa e legítima buscam um pedaço de terra como um caminho para conquistar a dignidade.

Figura 59: Fragmento da nota de repúdio redigida pelo bispo Dom Anuar em nome da Cáritas Brasileira Regional Paraná

Fonte: notícia extraída do site: <http://arquiocesedemaringa.org.br/noticias/969/nota-de-repudio-ao-despejo-das-familias-em-pinhao-parana>, em 03-02-2019

Além de emitir a nota de repúdio, a igreja exigiu um novo posicionamento do governo em relação aos conflitos fundiários do estado. Ainda no mês de dezembro, bispos de diversas arquidioceses e lideranças do MST se reuniram com o governador para discutir encaminhamentos e para interceder pelos outros casos que estavam sob ameaça, dentre eles, o pré-assentamento Irmã Dorothy. A repercussão negativa causada pela ação realizada em Pinhão, somada à pressão exercida pelo MST e pela igreja, fez com que o governo do estado suspendesse temporariamente o cumprimento das reintegrações de posse, garantindo aos camponeses do pré-assentamento um período de tranquilidade.

Em razão do longo tempo em que o conflito perdurava e da situação das famílias diante das ameaças de despejo, a igreja, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, escolheu o município de Barbosa Ferraz para realizar, em agosto de 2018, a 31ª Romaria da Terra¹⁶, seguindo o lema: “com direito à justiça, a paz supera a violência no campo”. Segundo informações publicadas na página da Diocese de Cornélio Procópio – PR, o evento reuniu em torno de três mil pessoas. A celebração propôs a reflexão sobre os conflitos fundiários do Paraná e a realização de despejos, destacando o caso ocorrido no município de Pinhão e as ameaças enfrentadas em Barbosa Ferraz.

¹⁶ A Romaria da Terra é uma celebração festiva e religiosa ecumênica, que tem por objetivo manifestar apoio, debater e reivindicar justiça para grupos sociais que lutam pela conquista ou pela manutenção dos seus territórios.

Na primeira etapa da romaria, as famílias do pré-assentamento realizaram uma mística, na qual retratavam a ocupação, a formação do acampamento e o despejo. Na sequência, os romeiros caminharam por cerca de dois quilômetros, carregando a cruz feita de tronco de árvore (símbolo da celebração) até a praça em frente à Paróquia Nossa Senhora Das Graças. Por último, foi realizada a partilha, em que vários alimentos produzidos pelos camponeses foram distribuídos entre os participantes do evento. Alguns momentos da 31ª Romaria da Terra são demonstrados no mosaico da Figura 60.



Figura 60: Mosaico com momentos da 31ª Romaria da Terra em Barbosa Ferraz
Fonte: Aline Albuquerque Jorge, 19-08-2018

Pela importância e pela dimensão do evento, a romaria contribuiu para adiar, por algum tempo, as ameaças de despejo em Barbosa Ferraz. Além disso, outro fator certamente importante foram as eleições marcadas para 2018, em que o governador da época era candidato ao Senado e a vice-governadora concorria ao cargo de governadora do estado. Sendo assim, em função dos interesses políticos, várias ordens de reintegração de posse permaneceram paralisadas.

Dessa forma, o período de maior tensão foi no final do ano, após as eleições, quando a Comarca de Barbosa Ferraz determinou a expedição de ofício à Secretaria de Segurança Pública para que fosse enviada força policial para o cumprimento da decisão judicial. O juiz da referida Comarca determinou que o Estado teria o prazo de 20 dias para cumprir a ordem. Caso a reintegração não fosse realizada, o secretário de segurança pública e o governador do estado seriam responsabilizados, “[...] sob pena de responderem por ato de improbidade administrativa e incorrer em multa cominatória pessoal de 2.000,00 reais por dia de atraso” (Figura 61).

Portanto, determino que o Governador do Estado e que o Secretário responsável pela Segurança Pública do Estado do Paraná sejam **intimados pessoalmente** para que cumpram o determinado, no prazo de 20 dias, sob pena de responderem por ato de improbidade administrativa e incorrer em multa cominatória pessoal de **R\$ 2.000,00** por dia de atraso.

Diligências necessárias.

Barbosa Ferraz, datado e assinado digitalmente.

Figura 61: Fragmento da decisão da Comarca de Barbosa Ferraz, intimando e responsabilizando o governador do estado e o secretário de segurança pública

Fonte: Autos do processo da Justiça Estadual nº. 0000142-54.2005.8.16.0051, anexado em 2018

Em função da determinação proferida pela justiça e da pressão social, sobretudo por parte da igreja, tentando evitar novos despejos no Paraná, a Procuradoria Geral do Estado – PGE ingressou com um agravo de instrumento, com efeito suspensivo, declarando que o governador e o secretário de segurança não eram partes no processo, o que tornaria inaplicável a multa cominatória. Segundo a Procuradoria, a imposição de multa em face do governador e do secretário de segurança já foi, em decisões anteriores, considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Estado. Caso não fosse possível suspender a decisão, a multa deveria ao menos ser reduzida para um patamar proporcional.

Ainda, de acordo com o agravo, na ocasião, seria impossível dar cumprimento imediato à ordem de reintegração, considerando que a ação demandava de uma ampla negociação e que, em virtude da época do ano, considerável parte do efetivo policial havia sido descolado para a região litorânea em razão da operação verão. Mediante a impossibilidade exposta, a Procuradoria solicitou que, caso não fosse possível suspender a decisão, fosse concedido a dilação do prazo em 90 dias para o efetivo cumprimento da decisão judicial (Figura 62).

Requer, assim, a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

5. REQUERIMENTO

Ante o exposto, requer o Agravante:

a) seja recebido e autuado o presente agravo na forma de instrumento, nos termos do art. 1.015 e seguintes do NCPC;

b) seja concedido efeito suspensivo ao recurso, nos termos do art. 1.019, inciso I do NCPC;

c) seja dado provimento ao presente agravo de instrumento nos termos acima expostos, reformando-se a decisão agravada para: reformar a decisão agravada para o fim de afastar-se a incidência da multa pelo descumprimento da decisão ou diminuir-se o valor da multa fixada e afastar a sua incidência sobre a pessoa do agente público responsável. Caso assim não entenda, requer que seja concedido prazo de 90 dias para o efetivo cumprimento da decisão judicial, em razão da impossibilidade material suscitada e da comoção social .

Nestes termos, pede deferimento.
Curitiba, data da assinatura digital.

Figura 62: Fragmento do agravo de instrumento editado pela Procuradoria Geral do Estado
Fonte: Autos do processo da Justiça Estadual nº. 0000142-54.2005.8.16.0051, anexado em 2018

O agravo de instrumento interposto pela PGE foi julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado ainda em dezembro de 2018, que decidiu deferir o efeito suspensivo requerido, assim como mostra o trecho do documento apresentado na Figura 63.

6. Diante disso, defiro o almejado efeito suspensivo.

7. Aplicando a regra do artigo 1.019, incisos I e II do Código de Processo Civil, (a) encaminhe-se cópia da presente decisão ao juízo de origem para que seja anexada nos autos nº 174-25.2006.8.16.0051 de ação de reintegração de posse, informando do deferimento da suspensão dos efeitos da decisão agravada; e, (b) intime-se os agravados, na pessoa de seu advogado, para responderem, no prazo de 15 dias, facultando-lhes juntar os documentos que entenderem necessários ao julgamento do recurso.

8. Intime-se.

Curitiba, 13 de dezembro de 2018.

Figura 63: Fragmento da decisão do Tribunal de Justiça do Estado sobre o agravo de instrumento interposto pela PGE
Fonte: Autos do processo da Justiça Estadual nº. 0000142-54.2005.8.16.0051, anexado em 2018

Com a decisão do Tribunal de Justiça, as famílias do pré-assentamento passaram por um novo período de tranquilidade. Quando os trabalhadores falam sobre as ameaças de despejo, destacam que se sentem frustrados, pois sabem que não podem investir em melhorias para aumentar a produção nem realizar as benfeitorias necessárias para terem moradia digna, visto que, a qualquer momento, podem perder tudo o que possuem, como pode ser verificado no depoimento da camponesa Marcia.

As frustrações é de todo dia acordar e saber que provavelmente pode ter um despejo, ter uma reintegração de posse, a gente não pode construir, a gente não pode fazer uma coisa decente, construir uma coisa decente, por causa que sempre tem a reintegração de posse, e daí isso frustra demais. O despejo é um monstro que, de vez em quando, sai do armário pra amedrontar a gente.

Ao tratar das ameaças de despejo vivenciadas pelas famílias do pré-assentamento, o padre Roberto reitera que:

Uma das coisas que marca essa questão do despejo é que há uma profunda violência psicológica que atinge a vida das famílias que ali residem, e isso talvez é a marca mais triste de uma ameaça de despejo ou um despejo de fato, isso marca a história da vida das pessoas, traz traumas, traz dores, ainda mais que essas famílias já construíram suas casas, conseguiram multiplicar seu patrimônio com seus esforços, há ali sonhos que se tornaram realidades e realidades que seriam destruídas. Para mim, pessoalmente, o despejo traz essa marca muito ruim, dá a impressão que o despejo é que você vai e retira dali aquelas famílias, aquelas pessoas e vai simplesmente despejar, não tem importância, não importa onde vão, se vão ficar na beira do caminho, se vão ter acesso a água, se vão ter acesso a alimentação, se continuariam tendo acesso à educação ou não, como seria a vida daqueles jovens e crianças, então são questões profundas que envolvem um despejo. Dá a impressão que aquelas pessoas não são importantes, não tem dignidade, não tem valor.

Em virtude das mudanças no governo federal e estadual, oriundas do processo eleitoral de 2018, e sobretudo, da posição do política contrária aos movimentos sociais do candidato eleito à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal – PSL, os camponeses afirmam que não sabem por quanto tempo será possível permanecer na terra. Todavia, em função de tudo que construíram e por se sentirem parte da comunidade, pretendem reocupar a área caso o despejo seja efetuado. Muitos trabalhadores asseveram que realizariam a reocupação, pois não conseguiriam se manter na cidade, tal como exemplifica o depoimento da camponesa Santana: “se aqui acontecer despejo, nós temo que voltar de volta, né, porque vamos supor, se eu caísse hoje na cidade, com a idade que eu tenho, será que eu pegaria um serviço? Não, né, eu não sei ler, não sei escrever, eu só sei trabalhar na roça”.

Relatos como o da camponesa Santana demonstram a devastação que uma ação de despejo representa na vida de trabalhadores que lutam para corrigir uma desigualdade histórica, que não é combatida pelo poder público devido à falta de uma política de reforma agrária ampla e irrestrita. A atuação do Estado, no sentido de não cumprir a reintegração de posse, mas também de não desapropriar e de regularizar o assentamento, não resolve, ao contrário, causa o desgaste das famílias, que há tantos anos lutam por uma fração de território e as tornam vítimas de uma profunda violência psicológica, assim como mencionado pelo padre Roberto. Essa violência é concretizada sobretudo por meio das constantes ameaças de despejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras, nas entrevistas e nos demais materiais utilizados na pesquisa, foi possível entender a luta pela terra como resultado das transformações do território, que geraram, em diferentes momentos, a expulsão e a expropriação de parcela da população do campo, sobretudo com o aprofundamento das relações capitalistas na agricultura.

A desterritorialização camponesa ocorre, principalmente, a partir do processo de modernização agrícola, que, entre outras características, é marcado pelas mudanças nas relações e na divisão do trabalho e pela concentração fundiária. No caso de Barbosa Ferraz, essa concentração é percebida na proporção em que os pequenos estabelecimentos (até 10 ha) vão diminuindo e as médias e grandes unidades produtivas vão aumentando.

Nesse sentido, a luta pela terra é compreendida como luta pela conquista de território. Quando os camponeses integram um movimento social, junto com a disputa por uma fração de terra, eles desenvolvem uma série de outras lutas combinadas, em prol do acesso a condições mais dignas de vida.

Como a reforma agrária não acontece da forma como deveria, isto é, por meio da implantação de um projeto amplo e irrestrito, os trabalhadores sem terra tentam conquistar seus territórios através da pressão social. Para isso, eles utilizam como trunfo a ocupação de propriedades que não cumprem a sua função social. Quando ocupam uma área e formam um acampamento, os camponeses acessam a terra e constroem uma territorialidade de luta e de resistência, materializando uma nova organização espacial, dotada de identidade e de significações culturais.

Nessa territorialidade os camponeses se apropriam dos frutos de seu próprio trabalho, criando condições para o suprimento das principais necessidades. Além disso, enquanto parte de um movimento social, criam espaço para a formação e atuação política, construindo resistências.

As ocupações resultam em disputas judiciais. Mesmo quando há decisões que determinem a reintegração de posse, os trabalhadores mantêm a resistência, permanecendo na área. Dessa forma, os camponeses desafiam sucessivas ordens de despejo, como no caso do pré-assentamento Irmã Dorothy. Para se manter na terra ocupada, as famílias junto do movimento, recorrem ao apoio social e constroem articulações políticas, revelando que a luta pela terra ocorre de forma simultânea combinada no território, no campo político e judicial.

Para os camponeses, conquistar a área é importante, pois significa superar a condição de expulsos e de expropriados do campo. Também, representa o produto final do processo de luta pela terra, que abre possibilidades para novos desafios e novas formas de atuação.

A história de luta pela terra vivenciada pelos trabalhadores do pré-assentamento Irmã Dorothy ainda não está acabada. Diante dos processos que ainda tramitam na Justiça Estadual e nos tribunais superiores e das incertezas políticas, oriundas dos novos governos estadual e federal, pode ser que, até a defesa desse trabalho, o desfecho já tenha ocorrido e as famílias tenham sido retiradas da área ocupada.

O contexto vivenciado pelos camponeses do pré-assentamento não é exclusividade de um grupo, ao contrário, representa a realidade e os desafios enfrentados pelas milhares de famílias acampadas em todo o estado do Paraná e no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Áurea Andrade Viana. **Poder, Estado e capital nos processos des-re-territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-PR**. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. **Nota de repúdio ao despejo das famílias de Pinhão / Paraná**. Disponível em: <<http://arquidiocesedemaringa.org.br/noticias/969/nota-de-repudio-ao-despejo-das-familias-em-pinhao-parana>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 433 de 24 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0433.htm>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L4132.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9393 de 19 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L9393.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.183-56 de 24 de agosto de 2001**. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207 – 224, 2001.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CASTRO, Ana Carolina de Sousa. **Poder judiciário e lutas por terra: conflitos e disputas a partir da experiência da vara agrária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18º, 2017, Brasília. Anais... Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p. 02 – 17.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas - apontamentos preliminares. **Geomae**, Campo Mourão, v. 01, n. 12, p. 25 – 56, 2010.

DIOCESE DE CORNÉLIO PROCÓPIO. **31ª Romaria da Terra do Paraná discutiu a superação da violência no campo**. Disponível em: <<http://dioceseprocopense.org.br/home>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

ESTEACHE, Cristina. **Reintegração de posse marca semana em Pinhão. Redesul de Notícias**. Disponível em: <<https://redesuldenoticias.com.br/noticias/reintegracao-de-posse-marca-semana-em-pinhao/>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro Oeste do Paraná enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 7. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 173 – 238.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Paraná 1996**. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2009**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2727>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6710#resultado>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Conflitualidade da questão agrária brasileira. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Questão Agrária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 86 – 116.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **A História da Reforma Agrária e da Luta pela Terra no Noroeste do Paraná: Um Estudo de Caso em Querência do Norte**. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade São Paulo, 2005. p. 6814 – 6835

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

LUCIANI, Andréia Cristina; COLAVITE, Ana Paula. A paisagem rural: um estudo de caso em Barbosa Ferraz – PR. **Revista Geomae**, Campo Mourão, v. 05, n. 1,2, p. 42 – 60, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49 – 79.

MORAIS, Ariulino Alves. **Vida luta e poesia**. Francisco Beltrão: Berzon, 1 ed, 2018.

MOURA, Margarida, Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 2. Ed, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 – 206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 31 ed, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Luanna Martins; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Disputas territoriais e judicialização da questão agrária** *In*: ANAIS DO ENCONTRONACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 01 – 18.

ROOS, Djoni. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. **Geographos**, Alicante, v. 04, n. 31, p. 1 – 18, 2003. Disponível em: <<https://web.ua.es/es/revistageographosgiecryal/documentos/djoniroos.pdf?noCache=1355498344081>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. *In*: CALDAR, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação no campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 509 – 513.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERRA, Elpídio. Os Primeiros Processos de Ocupação da Terra e a Organização Pioneira do Espaço Agrário do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano. 10, n. 01, p. 61 – 93, 1992.

SERRA, Elpídio. **Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná**. *In*: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, XII, 2009, Montevideo. Anais... Montevideo: Universidad de le república del Uruguay, 2009. p. 1-26.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente** – A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed, 2012.

YOKOO, Edson Noriyuki. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na mesorregião Centro-Ocidental paranaense**. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ZENERATTI, Fábio Luiz. A atualidade da luta camponesa na mesorregião noroeste do Estado do Paraná. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 12, n. 02, p. 126 – 144, 2014.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PIONEIRO JOSÉ RICARDO VILLAR

Entrevistado: José Ricardo Villar, 68 anos

Data da entrevista: 26/04/2018

1 – Há quanto tempo o senhor está em Barbosa Ferraz?

Eu cheguei aqui em Barbosa em 1952, eu era criança, tinha dois anos de idade, vim com meus pais, na verdade eles foram pioneiros aqui, vieram aqui quando a cidade tava começando.

2 – O que motivou seus pais a virem para Barbosa Ferraz?

Eles foram um dos primeiros a chegar, as primeiras casas, tava só derrubado, eles derrubavam e queimavam o mato, a cidade já tava cortada, mas não tinha muita coisa, as primeiras casas foram eles mesmo que ajudaram a construir. Meu avô veio com a família toda pra cá, meu pai acompanhou ele. Eles vieram de Ouro Fino Minas Gerais, no caso do meu pai, ele seguiu mais o pai dele, porque eles eram lá em Minas da tradição do café, na época, e eles vieram visitar aqui e gostaram das terras, que eram vermelhas, e porque tinha muito espigão que eles chamavam, que era morro, espigão pra eles lá em Minas Gerais era o lugar de plantar o café, e eles eram apaixonados, gostavam demais do plantio de café, e eles vieram pra cá entusiasmado com isso, plantar café e foram o que fizeram, compraram o sítio aqui, derrubaram o mato e plantaram café.

3 – Como eram as lavouras de café em Barbosa Ferraz? Quanto tempo a atividade durou?

Aqui era como nas demais regiões do Paraná né, era diferente de Minas, o café era plantado em pequena propriedade, a família toda ajudava na produção. Eu me lembro que no sítio tinha o café e tinha tudo que nós precisava pra comer, era bom demais. Infelizmente o café não durou muito, quando o café tava formando, ia começar a produzir, veio uma geada muito forte, em 1955, eu me lembro disso, eu era criança, ficou todo mundo a zero, uma dificuldade danada.

4 - O que aconteceu após a geada e o encerramento do ciclo do café no município?

Olha ficou todo mundo meio perdido né, sem saber o que plantar, mas daí deu um tempo, início da década de 1960 começou a cultura do hortelã no município, as mudas vieram de Presidente Prudente, os compradores também eram de lá. O hortelã tinha preço bom, todo mundo se interessou e começou a plantar hortelã no lugar do café.

5 – Como funcionava o cultivo de hortelã?

Era assim, depois que o plantio era realizado você fazia os cortes, dava para fazer uns 4 cortes por ano, no inverno não fazia corte, a planta não crescia muito bem. Depois de cortar tinha que levar para o alambique, lá era retirado o óleo do hortelã, o que a gente vendia era o óleo, não a planta. Nessa época tinha bastante indústria de alambique na cidade, porque sem o alambique não tinha como extrair o óleo. Aí em frente de casa, esse espaço que você tá vendo aí, antes era uma dessas indústrias, eu ainda me lembro.

6 - O cultivo de hortelã durou mais ou menos quanto tempo?

Olha foi até início da década de 1970, durou quase duas décadas. O problema é que depois de um tempo o hortelã não produzia mais na mesma terra, a terra ficava fraca, o hortelã é uma planta que suga todos os nutrientes. Daí era necessário derrubar mais mata para iniciar novos plantios de hortelã, foi indo, indo que a terra se esgotou, mas foi um período muito bom, muita gente ganhou bastante dinheiro, o município recebia gente de todos os lados, todo mundo interessado na fama do hortelã, Barbosa Ferraz chegou a ser a Capital Mundial do Hortelã. Na época do auge do hortelã, lá pra 1965, por ali, o município chegou a ter em torno de 70 mil habitantes, era muita gente mesmo que chegava, a maioria vinha de Minas Gerais, depois foi acabando. Com o tempo as terras ficaram fracas né, foi muita exploração por causa do hortelã, já não produzia mais como antes, já não compensava mais plantar, aí as pessoas foi desistindo.

7 – O senhor disse que os compradores do óleo de hortelã vinham de Presidente Prudente, como vocês faziam para escoar o produto?

Olha era bem difícil na época, os compradores mandavam caminhões para buscar o óleo, já o pagamento pelo óleo era feito pelo avião, não tinha banco, não tinha nada, o avião jogava dinheiro para os compradores pagar o produto, isso é mostrado no painel que conta a história da cidade, lá na praça. A dificuldade aqui era muito grande, porque aqui era fim de linha, todo mundo vinha pela balsa, tinha que cruzar o Rio Ivaí e do outro lado era o Rio Corumbataí, não tinha ponte, tinha que vir de balsa, chegava aqui tinha que voltar pra trás, só em 1964, 1965 surgiu uma estrada que ligava Campo Mourão por aqui, antes pra ir pra Campo Mourão tinha que ir a cavalo por dentro da mata, mas era pouco usado.

8 – Após o encerramento do ciclo do hortelã o que aconteceu com o município? Quais cultivos se tornaram predominantes?

Olha, conforme os produtores foram desistindo do hortelã, porque não compensava mais, ficou meio estranho né, ninguém sabia o que ia fazer. Muita gente foi embora daqui, a cidade reduziu bastante. Podemos dizer que nenhuma outra cultura fez tanto sucesso por aqui como o hortelã. Agora tá aí, do jeito que você vê, soja pra todo lado, as propriedades foram se emendendo, aumentando o tamanho, onde não é soja é porque a terra é muito quebrada, daí tem pastagem.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS LINO JOSÉ MAGNAGNO

Entrevistado: Lino José Magnagnagno, 68 anos, apelidado de Gringo

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Há quanto tempo o senhor e sua família fazem parte do MST?

Estou tem 15 anos no MST.

2 – O senhor participou da ocupação da Fazenda São Paulo? Conte o que você lembra sobre o ato de ocupação.

Eu participei da ocupação aqui. Eu me lembro que quando nós chegemo aqui, chegemo até dia, nos perdemos lá na cidade, quando nós chegemo aqui, tinhas uns cara ali, quando viram tudo, correram tudo, ficou só o caseiro, chamamo ele pra ficar com nós, ele também era um sem terra, ele não quis. Fizemo nossos barraco, no terceiro dia veio o fazendeiro e sua família, eles falaram que ia atrás da justiça pra tirar a gente daqui.

3 – Como estava a propriedade quando vocês ocuparam?

Tinha uns pedaços lá na frente limpo, desde aqui pra baixo ali, foi tudo nós que abrimo, era só pé de limão e mato, ali pra cima também era só mato, não tinha nada, só lá no onze que tinha um pedaço mecanizado, o resto foi tudo nós que abrimo, era puro mato, aqui tem sinal de pegar vaca pelos mato afora, chegou o secretário aqui e disseram que nós tinha que recolhe o gado todo que tava perdido no meio do mata, foi trabalho de dia e de noite.

4- Fale sobre o despejo de 2008.

Eu me lembro que teve uma policial que chorou, as crianças sentadas na porteira lá embaixo, e eles chegaram quebrando as porteira tudo ali fazenda aquele circo, e as crianças tudo sentada no portão vendo aquilo, tava barro, tinha chuva, a policial até chorou por causa das crianças, mas o que ia fazer? Nós tinha que sair, saimo e fomo pro lixão, uns dia depois nós voltemo de novo.

5 - O que essa terra representa para o senhor? E por que permanece na ocupação, lutando por essa terra?

Eu luto mesmo por esse pedaço de chão, se eles tirar nós, nós volta tudo de novo, só se eles acabar mesmo com tudo nós, se não nós volta, eu fico nessa luta pelo meu piá, eu luto por ele,

pra deixar alguma coisa pra ele, porque ele nasceu e se criou debaixo de lona, então eu quero ter um futuro pra ele, porque eu sei que ele na terra vai viver tranquilo, agora na cidade não.

6 - O que o despejo significa para o senhor?

É triste, é triste porque tu não consegue dormir tranquilo, tu não pensa em fazer alguma coisa, eu vou fazer essa coisa? E se for tudo água abaixo? É a coisa mais triste que tem, um pobre viver numa situação como nós tamo vivendo. Hoje tá tudo bem, amanhã quando vê vem a ameaça de despejo de novo, e lá vai nós de novo, cuidando, ficando dia e noite lá, vigiando, é brabo, o que vai fazer? Eu peço a Deus que melhore.

7 - Se o senhor pudesse pedir algo para as autoridades responsáveis pela reforma agrária e pela realização de despejos, o que pediria?

Oia, eu só peço pra esses homens lá em cima que olhe o que estão fazendo, porque os filhos deles nasceram em berço de ouro, mas os nossos não, os nossos nasceram em berço de taquara, nós somo pobre, se eles tem bem, que deixe um pouco pros outro também viver, no mínimo um pedacinho de terra pra fazer a vida, pra não precisar roubar e matar pra poder viver, nós aqui tamo tranquilo, deixe nós tranquilo, é isso que nós queremos, pedir a Deus que Deus olhe por esse povo pra que esses caras deixe nós sossegado. Eu peço que um juiz antes de pegar uma caneta pra assinar, que pense três vezes antes de assinar, porque ele assinando ele coloca nossos filhos no mundo, na droga. Nós queremos criar nossos filho aqui na roça, porque na cidade um colono não cria filho não, a cidade não é não é lugar de colono. Deixa nós trabalhar, criar nossos filho, como nós tamo criando, indo pra escola, voltando, eles aprende a trabalhar na terra.

8 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Não adianta querer tirar nós, nós volta, eu creio que isso não vai acontecer, mas se acontecer nós volta de novo.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS PAULO GRUDZIEN

Entrevistado: Paulo Grudzien, 53 anos, veio de Luiziana.

Data da entrevista: 22/07/2017

1 – Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Estou no MST desde 2004, já passei por várias ocupações

2 – Você participou da ocupação da Fazenda São Paulo? Conte o que você lembra sobre o ato de ocupação.

A ocupação foi no dia 22 de novembro de 2005, nós chegamos aqui em torno das 8h da manhã, daí nós chegamos aqui encontramos tudo detonado né, tudo bagunçado, tinha mais de 700 cabeça de criação, tudo meio abandonado, uma parte era mais doméstico, mais tinha uma parte que era selvagem mesmo. Era um capataz só que morava aqui, morava sozinho pra cuidar disso tudo. Aqui tinha crime ambiental, o gado também não era vacinado. Foram 50 famílias redondinho que ocuparam aqui, mas daí quando era o outro dia começou a chegar gente da região de Barbosa, por causa que era uma ocupação né, daí começou a vir gente da região, tem uns que veio e tá até hoje junto com nós, não se apartou mais, e uns que tava aqui foi pra outras região também.

3 – Como estava a estrutura da propriedade quando vocês ocuparam?

Tava demais, a casa tava o mato entrando dentro quase [...] tava muito danificado, tinha várias casas de madeira caindo, escoradas, acabo nós tirando as escoras pra acabar de cair algumas. Outras nós dirubô pra usar né, benefício nosso mesmo, tava muito bagunçado demais, os trator que tinha tava tudo podre, tinha três trator tudo podre, colhedeira tudo podre, tinha uma Brasília que nós nem sabemos de que década é aquilo lá, tava tudo podre.

4 – Todas as famílias que participaram da ocupação ainda estão vivendo na área?

Não, muitas pessoas da época da ocupação não estão mais no pré-assentamento, conseguiram lote em outras áreas que viraram assentamentos.

5- Fale sobre o despejo de 2008.

Uma vez eles vieram, uns dias antes, não lembro quantos dia, mas uns quinze, vinte dias antes, a polícia veio na guarita, pra lá da ponte, nós ia na época quatro hora da manhã, com criança, adulto, posava uma equipe lá, dois, três posava toda noite, só que nós revezava né, quando

era quatro hora da manhã descia todo mundo pra lá, mas nós morava tudo pertinho na época. A polícia veio uma época, aí nós com contato, ligação pra tudo quanto que é lado, daí eles voltaram, não conseguiram despejar nós na primeira vez, daí quando tava pra vencer os trinta dia que tava caindo as multa daí se obrigo a despejar, se não eles ia ter que arcar com essas multa. Nós foi despejado em 2008, foi bem bagunçado, nós tava nos lotinho, que nós fez a ampliação do acampamento, porque tava tudo unido, tudo pertinho, tudo barraco dois, três metro longe um do outro, daí nós vimo a necessidade de tá expandindo pra ter uma galinha, um porco, ai nós fez naquela frente ali pra lá da sede, 80 x 80 cada lotinho, daí colocamo as família tudo nos lotinho, nós tava tudo estruturado, nós tinha pé de manga começando a produzir já na época, com três anos já tava tudo produzindo as coisa já e eles veio e acabaram com tudo. Daí nós foi morar ali pertinho do município, numa área da prefeitura, a hora que termina aquela subida ali em cima, sai no estradão e vai, antes de chegar em Barbosa, descendo aquele alto lá, no meio da subida ali tem uns eucalipto, nós moro ali, era um lixão desativado. Nós tava ali já de olho pra voltar né, com 15, 14 dia nós voltô, as família da 08 de abril ajudou nós a reocupar. A maioria de nós desmancho né, as madeira memo do meu barraco eu escondi no meio da rocinha de milho que eu tinha, a hora que eu voltei a madeira tava lá ainda, não tinha dado tempo deles achar. Mas o que ficou em volta do local que era a residência eles tavam queimando, tavam juntando e queimando.

6 - Fale sobre como era e como é a relação com a sociedade local.

O município deu todo apoio, desde o começo, a sociedade inteira, dois três aí que é contra. No começo era meio esquisito nos mercado, todo lugar era, ficava todo mundo de cara feia, porque eles não conhecia sem terra, não entendia o que era o movimento, mas depois que criou conhecimento, mesmo coisa de tá na casa da gente, tem crédito, todo mundo passou a ter crédito em todo lugar na cidade.

7 - Como é lidar com as ameaças de despejo?

Que nem agora memo, começo do ano tava com ameaça de despejo aí, tem noite que a gente nem dorme direito, você fica muito preocupado, é a estrutura né que a gente tem, a gente tem o que? O que a gente tem é isso, não tem outra coisa, o que nós tem, se nós sair daqui nós vai pra onde?

8 - O que você acha que falta para melhorar a vida no pré-assentamento?

Falta a ter a terra de vez, também falta recurso, hoje eu vejo que tem terra mecanizável que o povo não tá dando conta de plantar, por causa de recurso, nós tá tudo no peito, não pegamo recurso de lado nenhum, é tudo por conta, só que na época era soja e hoje onde se anda se vê um pé de mandioca, se vê um pé de banana, se vê milho, se vê arroz, feijão, devagarzinho o povo planta, e é comida que o povo planta

9 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Nóis reocupa de novo. É 12 anos né, nós temo uma vida aqui em Barbosa, nós é filho de Barbosa.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS ENES DE LIMA MACHADO

Entrevistado: Enes de Lima Machado, 28 anos.

Data da entrevista: 22/07/2017

1 – Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Já tem 16 anos que faço parte do movimento, eu tinha 12 anos quando meu pai entrou para o movimento, ele também vive aqui no pré-assentamento. Antes daqui, nós passamos por 4 despejos.

2 – Você participou da ocupação da Fazenda São Paulo? Conte como estava a área.

Quando nós chegemos aqui encontramos a fazenda em situação de abandono, o gado cheio de doença, tava tudo mal zelado, bicho, criação morrendo, aqui era uma ameaça para a sociedade. Aqui era completamente abandonado, coberto de mato, tinha poucas áreas de plantio.

3 – Quais foram as principais dificuldades para vocês iniciarem o acampamento nestas terras?

O povo que ocupou essa fazenda já tava bastante sofrido, bem desgastado, porque vieram de várias ocupações, passaram por vários despejos. Quando nós chegemos aqui nós não tinha nenhum quilo de alimento pra produzir em cima dessas terras, nós plantemo poucas sementes, algumas nem chegou a nascer. Então, nós fumo produzir a partir do segundo ano, as pessoa conseguiram se mobilizar através de quilo de alimento, tudo que nós tem hoje tá construído em cima dessa terra.

4 – O que atualmente você produz em seu lote e como funciona a produção de alimentos no pré-assentamento?

Eu produzo principalmente leite, milho, feijão e mandioca, conforme a época, a gente também planta uma verdura, uma batata doce, umas fruta. O que sobra da minha produção eu vendo na cidade. Como nós produz nosso alimento, aquilo que nós compra no mercado é mínimo, sai barato sobreviver, onde consegue sobrar dinheiro pra fazer outras coisas, nós precisa plantar, um ano que nós não planta, nós não consegue evolui nada, nós tem que plantar, se a produção der boa, já dá pra comprar um vaca, alguma coisa, já vai melhorando, agora se nós não planta como é que nós vai sobreviver? Porque nós sobrevivi da terra. Aqui nós tem que criar criação,

plantar, colher, pra poder sobreviver, mas tá tranquilo, porque o que nós produz no lote dá pra manter a família e vender o excedente.

5 - Como é a relação com a sociedade local?

Nóis temo a sociedade do nosso lado, nós podemos comprar, vender, comercializar tudo que nós tem aqui, somos recebido em todo lugar. Hoje aqui é a nossa casa.

6 - O que você acha que falta para melhorar a vida no pré-assentamento?

Aqui falta meio tudo, a começar pela regularização da área, também falta recurso, falta estrada, falta luz, nós não temo nenhum apoio do governo, nós tem que se manter a si próprio.

7 - O que o MST representa para você?

O movimento é tudo né, através dele a gente consegue a casa, a terra e o emprego, que é no lote né, é onde as pessoas consegue trabalhar por si mesmas, não como empregada, que hoje tá muito difícil. Quem vem pro movimento consegue trabalhar, produzir e criar a criação que quiser, diferente de quem tá na cidade, né, que tem que comprar tudo e trabalha só quando consegue um emprego. Pessoal que tá na cidade que se junte ao movimento e vamos produzir e trabalhar.

8 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Se tiver despejo nosso próximo passo é voltar pra essa área, nós tira nosso sustento da terra, nós não se acostumaria na cidade, nós nascemo na terra, se criamo na terra e só sabe luta na terra, eu não me imagino morando na cidade.

**APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS ANTONIO ZACARIA DE
GODOI**

Entrevistado: Antonio Zacaria de Godoi, 61 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Há quanto tempo o senhor e sua família fazem parte do MST?

Nóis já tamo no MST há 32 anos, entramo em 1987, eu conheci o movimento em Santa Catarina, já passei por tanto despejo. Lá em Santa Catarina as fazendas tinha muito pistoleiro, por isso viemos para o Paraná, nós fumo despejado né, despejou tudo nós naquela época, levou seis companheiro nosso preso pra cadeia, levou dois dia pra tirar da cadeia os companheiro. Sempre tentamo negociar com o INCRA e sempre teve problema com a regularização das área.

2 – Quais motivos te levaram a ingressar no MST?

A gente trabalhou naquela época, no começo, construindo a vida, de arrendatário, arrendei uma terra pra mim trabaia, trabaei de arrendatário, depois comprei dois alqueire de terra, quando nós começamo a produzi mais recurso, a gente mexia com a cooperativa e o banco, financiei carroça de boi, e não consegui mais alimentar, subiu o preço da terra, consegui comprar dois alqueire de terra, né, o preço tava baratinho, de repente estourou o preço da terra, foi lá em cima, ninguém mais pôde comprar, o pobre, né, eu me atrasei com o banco, vendi minha terra e paguei minha conta, fiquei sem nada e aí eu parti pra luta. Tinha uma propaganda que o INCRA tinha terra pra todo mundo. Até hoje meu sonho é a terra, não tem outro jeito, essa terra definitiva antes de morrer nós tem que ter né.

3 – O senhor e sua família sempre trabalharam no campo?

Só trabalhei com a terra na vida, só no campo.

4 – O senhor pode contar um pouco sobre sua trajetória de luta pela terra?

Quando eu resolvi ir acampar era uma época que tinha muito pistoleiro, nós passava muitas noite em claro, era difícil, em Santa Catarina a violência contra sem terra era grande. Daí nós veio pro Paraná, no começo aqui não deu certo. Eu e minha mulher fomo até pro Paraguai, chegamo lá, não era igual aqui, voltemo de volta. Teve um tempo, uns três anos que nós desistimos, mas não adianta desisti, vortemo de volta. Por último nós tava em Campina da

Lagoa, acampado, de lá viemo pra cá, chegamo aqui no início de 2013, tamo aqui até hoje, educamo os fio no movimento, dois fio meu mora aqui também.

5 - O senhor e sua família se adaptaram bem aqui em Barbosa Ferraz, como foi viver aqui no pré-assentamento?

Barbosa pra nós foi bom demais, nós viemos aqui só com a coragem, tudo esses anos de luta, chegamo aqui em Barbosa nós já conseguimos colher feijão, milho, mandioca, pra comer tá sobrando, porco nós criamos aqui e assim nós criamo recurso, do Estado nada né, o que nós recebe do Estado aqui é 85,00 do Bolsa Família. A relação com a cidade é boa, os comerciante, tudo que nós precisa eles vende fiado pra nós. Compramo uma casinha, que é essa aqui, financiada em seis parcela na serraria aí na cidade e conseguimos se muda pra cá.

6 - O que o senhor produz hoje no lote? A produção é suficiente para suprir as necessidades?

Nós produzimo porco, galinha, feijão, milho, mandioca, batata doce, banana, laranja, mamão e horta. O milho nós vendemo na Coamo, nesse ano eu vendi também pra um produtor de gado leiteiro. Dá pra sobreviver, nós tando em cima da nossa terra nós produz. Eu consegui até investir aqui, fazer a casa, puxar fio pra ter luz, cano pra ter água.

7 – Por que vocês resolveram lotear a área e fazer o pré-assentamento?

O problema era que era muito pequeno pra nós plantar né, seria uma quarta cada um, de repente passou pra meio alqueire, mas ficou longe demais, aí o povo tudo falou que seria melhor dividir em lote, porque daí dava pra produzir mais, o povo ficava mais livre né, nós precisava organizar melhor a área aqui.

8 – Você se arrepende de ter ingressado no MST e partido para as ocupações?

Eu não tô nada arrependido, tô cada vez mais feliz, nosso orgulho é tudo que nós já conseguimos fazer. A nossa dificuldade é conseguir a terra, viu, conseguindo a terra, nós conseguia estradas melhores, luz tudo direito, crédito pra melhorar nossa produção, podemo vender os produto em mais de um lugar. Tando em cima da nossa terra nós produz, nós sobrevivi.

9 – Quais são as dificuldades enfrentadas no pré-assentamento?

A nossa dificuldade é conseguir a terra, viu, tem as estradas que nós não temo, não tem cascalho, nada, e daí o crédito né, que aqui é tudo na notinha, é prazo curto, não tem outro crédito.

10 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Se tirar nós, nós vorta, nós não desisti. Todo mundo tem direito a ter um pedaço de terra. A nossa reivindicação é que nós queremos um pedaço de terra, nem que seja cinco alqueire, pra sobreviver com a família, cria os filho, produzir alimento pra comer, e sempre fomos atacado pela burguesia, não tinha como nós negociar, só na marra, não tinha outro jeito.

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS JOÃO MARIA DA SILVA

Entrevistado: João Maria da Silva, 66 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Há quanto tempo o senhor e sua família fazem parte do MST?

Nóis faz parte do MST tem 30 anos já.

2 – Como o senhor ingressou no MST? Quais motivos te levaram a entrar no movimento?

Larguei um sítio que eu morava nele, que era arrendado, larguei o contrato encima da mesa, nem o dono tava pra mim avisar, e catei minha mochila e fui pro acampamento, isso foi perto de Cascavel. No meu primeiro acampamento fiquei 13 anos. Eu vim foi porque eu não tinha nada, só vivia numa fazenda pra outra, pagava 30% de arrenda, daí ficava lá até quando o fazendeiro queria, as vezes ficava um ano, dois ano, três anos, só teve uma fazenda que eu fiquei cinco ano, porque eu fiz o contrato registrado pra cinco ano.

3 – O senhor passou por quantos acampamentos ao longo da sua trajetória?

De perto de Cascavel nós fomos pra Peabiru de Peabiru fomos pra Luiziana, na beira da BR, fomos despejados três vezes, ficamos três anos só na BR, daí ocupamos a fazenda que ficava na beira da BR, ficamos mais um ano e meio lá, daí nós tiramos uma colheita, eu ia fazer outra roça, a terra tava tudo prontinha, e aí fomos despejados. De lá fomos pra Santa Rita em um assentamento, depois pro Paranapoema noutro acampamento, ficamos um ano lá e de lá fomos pra Luiziana de novo, numa terrinha na prefeitura, de lá viemos pra cá. Passamos por cinco acampamentos antes daqui e oito despejos.

4 – O senhor sempre trabalhou com a terra?

Desde oito anos de idade eu trabalho com a terra.

5 - O senhor participou da ocupação? Se sim como foi? Em que condições estava a propriedade?

Quem abriu a porteira fui eu, cinquenta famílias vieram pra ocupação. Aqui tava tudo em mato, tinha só uns plantiozinhos de soja, mas bem pouquinho, não era como agora, aqui mesmo onde nós estamos era tudo mato, tinha duas casas fora a sede, mas abandonada, o gado tava tudo morrendo de bicheira.

6 - Como vocês organizaram o acampamento? Quais foram as dificuldades do início?

Quando nós chegamos aqui foi com três saquinho nas costas, um de roupa, outro de panela e outro de coberta pra dormir, nós não tinha nada. Devagar, nós fomos dividindo os pedacinho de terra em meia quarta, era o plantio nosso, começamos com aquela meia quarta, daí passou pra três quarta de terra, pra plantar um pouquinho mais, depois nós resolveu medir um pedacinho pra cada um colocar seu barracinho, depois nós fomos pegando mais terra, até que daí decidimos fazer o pré-assentamento.

7 – Quando e por que vocês decidiram fazer o pré-assentamento?

Nós dividimos a área lá em 2013, porque tava bagunçado demais, precisava dar mais espaço pra produzir melhor, nós dividimos com aprovação do movimento, nós precisava de mais espaço pra trabalhar, por os animais, aí decidimos fazer o pré-assentamento. O INCRA também incentivou a gente a dividir a terra, falaram que depois regularizava, isso não aconteceu. Nós tamos numa média de quatro anos no lote.

8 - Houve um despejo em 2008, o que o senhor lembra deste episódio?

Tivemos na base de três dias pra tirar tudo as nossas coisas daqui, nós desmanchemos até nossos barracos de madeira. No dia do despejo o proprietário veio aqui, eu vi ele dizendo que nós nunca mais voltamos aqui, mas nós ficamos nos morros cuidando da terra, com 15, 16 dias nós tamos de volta de novo, plantando e colhendo o que deixamos na terra.

9 – Como o senhor acha que estaria vivendo se não tivesse entrado para o movimento?

Eu tava aí nos sítios, pagando renda que nem eu pagava, fazendo o que o fazendeiro mandasse, trabalhando igual escravo, quem trabalha pros outros sempre é escravo do proprietário, é mandado, só faz o que o dono da terra manda, quando ele cansar e não quiser mais, pode procurar outro capão pra pouso, e é isso aí. Aqui a gente tá sossegado, melhorou muito a nossa vida, eu nunca tive nada quando eu trabalhava de arrendatário, sempre sobrava muito pouco pra mim, era muita despesa. Depois que eu entrei no sem terra, consegui minhas criações que nunca tive, tive meu carro, tive minha moto. Criei meus nove filhos, 4 estão no movimento também.

10 – Então o senhor acha que a vida melhorou depois de entrar para o movimento?

Vivemos tá debaixo de uma casinha aqui, teve tempo na Luízia que nós comíamos pura batatinha, nós ainda ia colher, então nós pedíamos pras pessoas um pouquinho pra fazer almoço e janta.

Quando nós chegamo aqui, nós não tinha nada, agora aqui nós já plantamo, já adquirimo carro, moto, carroça, animal, porco, galinha, tudo tirado de cima dessa terra.

11 - O que o senhor produz em seu lote?

Aqui é milho, feijão, fiz um plantio agora de bassoura, um meio alqueire de terra, plantei semana passada, tô esperando chover pra plantar mais. Aqui nós planta de tudo um pouco, mandioca, batata pra comer, amendoim, colhi oito saco de amendoim esse ano ali. Crio umas galinha, porco. Com o que nós produz aqui, nós compra muito pouco no mercado.

12 – Qual é a maior dificuldade que vocês enfrentam hoje no pré-assentamento?

Ter a terra, se nós tivé essa terra nas nossas mãos, o INCRA dizer agora é de vocês, nós podemo plantar bastante, bem no jeitinho, porque aqui nós planta amarrado com as perna e com os braço, nós faz as coisa aqui, mas nós ainda não somo dono de nada, nós corre o risco. Com essas ameaças aí nossas terra tão avermelhando tudo, fé em Deus que se daqui uns dias chover nós tamo plantando, sem medo, porque aquele que tem medo não faz nada.

13 – Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Se acontecer de novo de nós ser despejado vai ser a mesma coisa, nós vamo volta.

APÊNDICE G - ENTREVISTA COM A CAMPONESA SANTINA MEIRA

Entrevistado: Santina Meira, 54 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Faço parte há sete anos, aqui no Irmã Dorothy estou há sete meses. Eu vim aqui fiquei dois anos e fui embora, aí vortei e acampeei na Quinta do Sol, fiquei um ano e sete meses lá, daí surgiu uma vaga e jogaram eu pra cá, aí eu vim pra cá.

2 – Quais motivos te levaram a entrar no movimento?

Eu entrei no movimento porque minha vida tava muito difícil, eu vim passear na ocupação, gostei e fiquei.

3 – Você sempre trabalhou com a terra?

Eu me criei na roça e não troco a vida que tenho aqui pela cidade, não sei o que é trabaia na cidade.

4 – Como você acha que estaria vivendo se não tivesse entrado para o movimento?

Tudo que eu construí, tudo que eu tenho, eu levantei das ocupações, se eu morasse na cidade será que eu teria o que tenho hoje? Acho que não.

5 - Você já tem alguma produção em seu lote?

Por enquanto eu vendo o leite, eu vou plantar mais assim pra despesa, eu mecho com as vacas, eu tenho criação né, então eu vou plantar mais pro consumo.

6 – Qual é a maior dificuldade que vocês enfrentam hoje no pré-assentamento?

A mais dificuldade nossa é a luz, nós não temo uma geladeira, não dá pra colocar um freezer pra colocar o leite, nós tem que ir longe entregar o leite todo dia de manhã.

7 – O que as ameaças de despejo representam para vocês?

Canseira, desespero, porque a gente a qualquer momento pode ter que abandonar o que tem, é muito triste.

8 – Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Se aqui acontecer despejo nós temo que voltar de volta, né, porque vamos supor, se eu caísse hoje na cidade, com a idade que eu tô, será que eu pegaria um serviço? Não né, eu não sei ler, não sei escrever, eu só sei trabalhar na roça. Não há outra perspectiva fora da terra.

**APÊNDICE H – ENTREVISTA COM O CAMPONÊS CARLOS APARECIDO
SILVÉRIO**

Entrevistado: Carlos Aparecido Silvério, 43 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Já tem uns 15 anos que eu tô no MST, nós já participamo de sete acampamento e já sofri dois despejo.

2 – Você participou da ocupação? Em que situação vocês encontraram a propriedade?

Essa era a propriedade mais problemática que existia em Barbosa, tinha muito processo ambiental. A sociedade enxergava muito mal essa propriedade, animais com maus tratos, onde tinha espaço de plantio o proprietário não plantava, era outro que plantava, tinha risco de aftosa porque tinha animais em mata aqui pra esses fundão aí que ele não vacinava, então a própria sociedade, a comunidade não gostava. No ano que nós veio aqui, teve uma quantidade de animais que tava num matão lá que nem os campeiro que vieram pra cá pra pegar o gado tava conseguindo, aqui não tinha vacinação certa, não tinha cerca, até porque os animais parava nas roça dos vizinho, o espaço de plantio o proprietário não plantava, era arrendado.

3 – Depois de ocupar, como vocês organizaram a produção de alimentos?

Quando ocupou aqui, o primeiro ano, quase nem tinha semente, daí nós limpamo um espaço ali perto da sede e nós plantamo em coletivo, juntamo a semente de quem tinha e plantamo junto pra todo mundo, nós não conseguia semente né, pra comprar nós não tinha crédito na cidade, ninguém ainda conhecia a gente. Nós também separemo um pedaço de pasto lá em cima pra criação coletiva dos animais, mas na época quase ninguém tinha criação.

4 - Houve um despejo em 2008, o que o senhor lembra deste episódio?

Nóis viemo aqui pra essa ocupação, aí ficamo, dois ano ele conseguiu a reintegração de posse, pedindo, pedindo, no decorrer dos dois anos, aí nós tivemo que sair pela multa que ficou pro governo, esperamo cair a multa e voltamos.

5 – Como era no início e como é agora a relação com a sociedade local?

A adaptação aqui em Barbosa foi fácil, quando nós chegamo aqui tinha algum do comércio que não conhecia nós que enxergava nós assim com outra visão, [...] depois que eles

começaram a saber quem que é nós, uma minoria que não tinha conhecimento acaba hoje também apoiando nós, se for dar uma olhada, Barbosa Ferraz onde nós passa como apoiado hoje. Se a sociedade também não apoia nós aqui, nós já tinha ido embora daqui faz é hora.

6 – Quando e por que vocês decidiram fazer o pré-assentamento?

viemo em cinquenta família pra cá, depois juntou mais umas família, chegou lá em umas setenta, oitenta, aos passar do tempo, uns foi pra outros assentamentos, e nós também avaliamo que ficar muita gente em pouca terra não resolveria o problema, então nós resolvemos fazer os lote, foi lá pra 2013.

7 - O que o você produz em seu lote? Você comercializa o excedente?

Milho, feijão, arroz, mandioca, leite, daí tem fruta, legume, verdura, porco, galinha. O leite eu vendo para o atravessador, que vende para o laticínio, o milho eu entrego em Barbosa e em São João e a mandioca tem farinha que compra.

8 – Como funciona a relação com este atravessador que compra o leite?

É assim, nós tira o leite todo dia, leva lá na sede, mede quantos litros deu, anota no caderno e coloca no resfriador, ele que colocou esse resfriador lá pra nós coloca o leite. Daí ele vem buscar, mais ou menos de três em três dias, paga e leva o leite, nós divide o dinheiro de acordo com o que cada um botou no resfriador. Pra nós é bom, porque tamo vendendo nosso leite, mas também é ruim, porque ele paga pouco né, menos que o laticínio.

9 – Qual é a maior necessidade de vocês hoje no pré-assentamento?

Eu acho que uma das que mais precisa de verdade é a luz né, e depois que o INCRA regularize pra ajeita as moradias né.

10 – O que impede a regularização da área, isto é, a transformação em assentamento?

O problema do proprietário é que quer receber a vista, por isso não vende a terra pro INCRA. Nós tava com bastante esperança na audiência do dia 31 sabe, mas fazer o que.

11 – Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Qual é o combinado nosso? Nós sabemo quantos metro dá cada lote desse, de fundo, de cabeceira, então o combinado nosso assim, se nós tiver que sair, porque se a justiça determinar nós não aguenta a pancada, então vai vir só os mesmo donos dos lote, então cada qual sabe quantos metro tem seu lote, e se tiver necessidade de começar lá no primeiro até sair no último

nóis sabemo de metro em metro, então nóis combinamo assim, se a justiça determina de nóis sair nóis vamo sair né, mas quando nóis vorta nóis sabemo aonde que é nosso lote.

12 - Qual é o seu sonho?

Meu sonho é sobreviver nessa terra fazendo o que faço, e deixando essa terra de herança para os meus filho, a gente aprendeu a tirar o sustento da gente, da família, tudo desse espaço, né. Se fizer as conta, hoje, as vezes tem um proprietário que comanda um espaço que caberia muitas mil família, né. A gente acredita que aqui vira assentamento, esse espaço nóis vamos fazer assentamento.

APÊNDICE I – ENTREVISTA COM A CAMPONESA ANA RIBEIRO DA SILVA

Entrevistado: Ana Ribeiro da Silva, 64 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Dona Ana, a senhora é esposa do seu João, certo? A senhora foi para o acampamento junto com o seu marido?

Oia nós é casada há muito tempo né, temos nove filho junto, tô nessa luta desde do começo junto com ele.

2 – Como que foi pra senhora na condição de mulher e mãe ingressar no movimento e participar de ocupações?

Eu topei de ir, né, só que chegando lá eu não era acostumada eu chorava pra vorta embora, queria ir embora de todo jeito, ele mentia pra mim que nós ia embora, mas não ia nada, mas nós acostuma, agora eu não quero mais sair do movimento.

3 - A senhora tinha medo? Do que a senhora tinha medo?

Eu tinha medo, muito medo, tinha medo dos polícia, né, tinha medo de uma hora acabaram matando a gente.

4 – Como a senhora avalia esses anos todos de luta pela terra?

No começo foi muito difícil, mas hoje eu entendo e agradeço por tudo que tenho aqui, eu gosto e não quero mais sair do movimento, o pouco que eu tenho consegui aqui.

**APÊNDICE J – ENTREVISTA COM A CAMPONESA TEREZINHA ZACARIA
GODOI**

Entrevistado: Terezinha Zacaria Godoi, 56 anos.

Data da entrevista: 20/08/2017

1 – Dona Terezinha, a senhora é esposa do seu Antonio, certo? A senhora foi para o acampamento junto com o seu marido?

Sim, eu fui desde a primeira ocupação, né, eu ele e os fio pequeno. Na época era difícil, as crianças tudo pequena, agora, graças a Deus tão tudo criado.

2 – Como que foi pra senhora na condição de mulher e mãe ingressar no movimento e participar de ocupações?

Falar a verdade eu chorei muito, Deus o livre, cada ocupação de terra, vish Ave Maria, essa luta não foi fácil não, mas hoje não quero mais sair também, pra comprar terra não consegue comprar, né, o preço que tá.

3 - A senhora tinha medo? Do que a senhora tinha medo?

Eu tinha medo porque quando nós começou, a violência contra sem terra era muito grande, tinha os pistoleiro, a própria polícia matava sem terra, era muito arriscado, eu tinha muito medo.

4 – Como a senhora avalia esses anos todos de luta pela terra?

No começo foi muito difícil, no começo a turma não gostava muito de sem terra, hoje em dia a gente é mais bem tratado, tem o que comer, planta na terra, valeu a pena todos esses anos de luta.

**APÊNDICE K – ENTREVISTA COM A CAMPONESA JOSELIA DE FRANCA
SILVÉRIO**

Entrevistado: Joselia de Franca Silvério, 43 anos.

Data da entrevista: 23/11/2018

1 - Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Eu vim pro MST junto com meu marido né, o Carlos, nós tamo já no MST tem uns 15 anos. Antes de vim pra cá nós tava na beira da BR, uma dificuldade danada.

2 – Joselia, você está aqui no Irmã Dorothy desde a ocupação, certo? Conte um pouco sobre como vocês organizaram o acampamento depois de entrar na terra?

Eu fiz parte da ocupação aqui. Depois de entrar na área nós fizemo sorteio dos grupo primeiro, daí os grupo tiraram as equipes, não estou lembrando, mas parece que era mais ou menos 10 família cada grupo, dividia de acordo com o lugar de onde veio, depois que foi feito os grupo foi feito as equipe: saúde, segurança, infraestrutura, educação, produção, higiênica, tudo as equipe que precisa em um acampamento. Não podia ficar sem a função, todo membro do acampamento fazia parte de uma equipe. A equipe da alimentação cuidava da comida, a higiênica fazia banheiros para as famílias, tinha a equipe da educação que ia atrás de escola para os alunos, a equipe da saúde cuidava de quem ficava doente, ia atrás de postinho, a equipe da infraestrutura cortava madeira, levantava os barraco de lona e assim por diante.

3 – Como foi iniciar a produção de alimentos?

Quando nós chegamo aqui nós tava na estaca zero, não tinha condições de plantar nem um pedacinho de terra, nós tava em beira de BR, e rodando de acampamento em acampamento, despejo, ai viemo pra cá. No início, recorremo aos parente pra arrumar semente, fomos em Roncador na casa dos nossos pais, eles nos deram feijão, daí plantemo o feijão.

4 - Quando a vida começou a melhorar?

As coisas foi melhorar mesmo depois que a gente começou a vender o que sobrava da produção e conseguimos comprar a primeira vaquinha, daí sim. Da primeira vaca nós foi aos pouco aumentando, adquirindo mais animal, vendendo o leite, hoje tudo o que eu tenho eu consegui nessa terra.

5 - Houve um despejo em 2008, o que você lembra deste episódio?

Quando começou a história de que ia ter despejo foi uma agonia total, eu tava grávida do meu filho que hoje tá com dez anos, a gente ia com aquele barrigão pra guarita de madrugada, amanhecia lá, assim foi passando o tempo, meu filho nasceu naquela pressão, era uma insegurança muito grande. Daí meu filho nasceu, nós já tava mais calmo, eu mesma achava que não ia ter despejo mais, pois quando meu filho tava com sete meses deu despejo aqui. A polícia chegou de manhã, cedinho, umas 6h30, tava um frio, muito chuvoso, nós com criança pequena, nossa foi muito sofrido. Ficou uma turma na porteira tentando conversar, negociar, mas não deu certo, quando foi lá pelas 8h30 começou o tal do despejo, foi um dia muito triste.

6 – Para onde vocês foram depois do despejo?

Nóis mal tinha saído, tava saindo ainda, eles entraram com as máquina e passaram por cima de tudo, o que nós deixou foi destruído, nossos pé de fruta, alguns plantio que não deu pra colher, um ou outro barraco que restô, tudo, deu uma dor no coração da gente ver aquilo. Nóis fomo para um terreno pertinho ali, ali no eucalipto que tem na estrada, era um lixão desativado, fiquemo lá quinze dias e daí voltemo, reocupamo aqui e tamo aqui até hoje.

7- Como é conviver com as ameaças de despejo?

É horrível, né, nós constrói nossas coisa e ai vem essas conversa de despejo, dá um desespero, medo de perder tudo que nós tem, compramo muda de fruta, tá a coisa mais linda, carregado, dá pavor de perder tudo.

13 – Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Nóis volta, com certeza, é o nosso combinado. Tudo que tenho tá aqui, eu não vou desistir.

APÊNDICE L - ENTREVISTA COM A CAMPONESA LÚCIA CORREA RICHUITI

Entrevistado: Lúcia Correa Richuiti, 42 anos

Data da entrevista: 08/03/2018

1 - Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Eu e meu marido temos 12 anos de MST. Aqui no Irmã Dorothy eu estou há 11 anos, antes daqui eu fiquei um ano no acampamento Casa de Pedra, no município de Nova Tebas.

2 – Como foi pra você começar a vida aqui?

No começo foi difícil, nós tava muito pobre, nós chegamo montamos os barraco perto da sede, depois de um tempo começamo a plantar.

3 – Você passou pelo despejo de 2008? Como foi?

Foi horrível, aqui tudo cheio de polícia, nós tivemos quatro dias pra sair da área, nós fomos pro lixão desativado da prefeitura, depois nós voltamos de novo, depois de quinze dias, os companheiros do movimento nos ajudô e nós voltô.

4 - Em que sentido você diz que os companheiros do movimento ajudaram vocês a retornarem?

Eles ajudaram a avolumar a ocupação né, veio gente de outros assentamentos e acampamentos, pra fazer uma ocupação precisa ter bastante gente.

5 - O que atualmente você produz em seu lote?

Eu produzo mais para o consumo né, então tenho porco, galinha, milho, mandioca, verdura. É bastante variado. Pra vender mesmo, é mais o leite, atualmente eu tô tirando 35 litros de leite por dia.

6 - Na sua opinião quais são as maiores necessidades do pré-assentamento atualmente?

Pra nós aqui faz muita falta ter estrada boa sabe, mas a nossa maior necessidade mesmo é ter a terra de vez, lidar com as ameaças de despejo é horrível, tira o sossego da gente.

7 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

A gente sai da área, mas a gente volta de novo.

APÊNDICE M - ENTREVISTA COM O CAMPONÊS IRENO PROCHNOW

Entrevistado: Ireno Prochnow - membro da coordenação estadual do MST

Data da entrevista: 13/03/2018

1 - Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Faço parte do MST há 33 anos.

2 – Desde quando você conhece e acompanha as famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy?

Conheço esse povo há muito tempo, é uma história longa no MST, uma história que começou lá em 2000, lá na Fazenda Baronesa, no município de Luiziana, onde nós fizemos um acampamento na beira da BR, na frente da Fazenda Baronesa, no dia de natal, e pra nossa surpresa, no dia de natal nós ocupamos cinco horas da manhã, quando foi oito horas da manhã a polícia e toda força militar de Campo Mourão nos surpreendeu com um despejo, na beira da BR, despejou, queimou nossos pertences, o que não pode queimar, despejou óleo diesel em cima das comidas. Com esse despejo nós começamos toda uma articulação com a coordenação nacional, lembro muito bem que chamamos de Brasília o Gercindo, que na época era ouvidor agrário do INCRA, chamamos pra Luiziana e junto com a polícia militar de Campo Mourão, o prefeito da época, deu o que fazer pra nós fazer um acordo pra se instalar e fazer um acampamento na beira da BR, eles delimitaram 3 metros pra nós fazer o acampamento nós não podia passar os três metros da BR, então vocês imaginem o que é ficar em três metros em uma BR movimentada, e entre meio dessa BR, ficava a Fazenda Baronesa. Nós fomos muito humilhados durante um ano naquela BR. Passado um ano, e o governo federal que também não resolveu nosso problema, nós decidimos ocupar aquela fazenda, ocupamos a Fazenda Baronesa, que tem um monte de problema, dívida, processos. A gente conseguiu ficar naquela fazenda por um ano e meio, conseguimos produzir muita comida, muito alimento, tudo indicava que ia ser desapropriado, que a fazenda ia ser adquirida pra fazer um assentamento. Um belo dia, uma bela manhã, nós amanhecemos lá com a polícia na beira da fazenda, com uma ação muito truculenta, despejaram as famílias, levaram para o assentamento Santa Rita, em Peabiru e lá permanecemos por alguns dias. Nós sempre tivemos muito problema na região, essa região de Campo Mourão sempre teve uma truculência muito grande das forças policiais.

3 – Você ajudou as famílias na ocupação em Barbosa Ferraz? Em que condições vocês encontraram a área?

Nossa tinha muito problema quando nós chegemo lá. Os animais, quando nós chegemo na fazenda nós encontremo uma tropa de animais enfiado no meio de uma mata, se quisesse fazer a vacinação contra febre aftosa os técnicos da Secretaria de Agricultura tinham que se deslocar de Campo Mourão junto com o veterinário da cidade e fazer a vacinação do gado. Nunca dava pra vacinar todo o gado, era um gado alongado, no meio da mata. Tinha trator esteira, que até hoje tá na fazenda, que tava lá pra destruir as reservas de mata, e por isso que nós ocupemo. O gado tava morrendo de fome. Nós conseguimos pegar tudo esse gado, com animais, com armadilhas, com laço, pegamo esse gado e levamo pra cidade, entregemo para a secretaria de agricultura.

4 - Conte um pouco sobre o despejo de 2008.

Fumo despejado, nós tivemo uma surpresa do governo do estado dizendo ou vocês saem da área ou vocês serão despejados. Nós não ia entregar a fazenda, aquela área já teve muitos problemas, nós preferimo ser despejado. Ficamo uns 14 dias fora e depois nós voltamo e reocupamo a fazenda. Essa luta já dura doze anos, nós fizemo muita coisa lá dentro, fizemo o parcelamento da área, fizemo o pré-assentamento. Você imagina alguém que nasceu lá, já tá com doze anos, é uma parte da nossa vida que tá lá.

5 - Ireno, fale um pouco sobre as recentes ameaças de despejo enfrentadas pelas famílias do pré-assentamento.

Se a gente conhecer o pré-assentamento Irmã Dorothy, a gente vai perceber que é uma comunidade de camponeses, que mesmo sem apoio do governo, construiu sua vida, ao ponto de dizer que o que tem lá é o suficiente pra viver. Se não vier mais nada pro Irmã Dorothy, mas que se não for despejado, o que eles tem já é o suficiente pra eles sobreviver. Eu acompanho essas famílias a muitos anos, eu imagino o que será dessas famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy se elas forem despejadas hoje, elas não tem condição de ir para um outro lugar, porque não tem outra área, tudo que elas tem tá construído naquela terra. Tudo que tem lá é o que as famílias trouxeram ou construíram com o seu trabalho, pra ir dizendo, aqui nós vamos construir a nossa vida, e as vezes, a gente chega ao ponto de dizer que vai ser despejado. Por isso, por essa razão, do tempo que as famílias estão na luta e por essa construção que tem dentro do pré-assentamento, nós vamo resistir junto com as famílias, nós vamo contra tudo que vier pra cima

daquele grupo de camponeses que tá lá, vamo fazer uma resistência. Todos os prefeitos que passaram por lá apoiaram nossa luta, não teve nenhum contra nós. A gente sabe que tem saída, a gente sabe que se o governo federal quiser desapropriar por interesse social pode fazer, pode fazer um assentamento das famílias, então nós do MST junto com as famílias que estão lá, queremos responsabilizar as pessoas que tem o papel de fazer e não faz, que tem a responsabilidade de fazer há muito tempo, que pode fazer e não fazem. O que precisa fazer no caso da Fazenda São Paulo é ter alguém, que tenha coragem de enfrentar e dizer olha vamos fazer por esse ou aquele caminho. Se nós for despejado hoje, amanhã ou depois, daqui dois meses, três meses, um ano, nós vamos voltar em cima, vamos reocupar a fazenda a quantidade de vezes que for preciso. Essas famílias fazem diferença pra Barbosa, faz diferença porque produz, produz comida, faz diferença porque compra, faz diferença porque vende. Nós tivemos ali, desde julho de 2017, essas audiências que se tratavam então acerca do despejo ou não das famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy e sempre foi algo muito dramático, que nós temos informação, a princípio teve uma audiência de acordo com o proprietário da fazenda e também com representantes das famílias que ali residem que teriam até dia primeiro de novembro para se retirar daquela área, não se cumpriu essa retirada das famílias voluntariamente, e então começou a vir da forma mais clara as ameaças de despejo, foram vários momentos que se falava desse despejo e não se confirmava, se a polícia baixasse em Barbosa, nós ia se enfrentar dentro da cidade. Não dá pra esquecer que nós tamo em um período de golpe né, a nação brasileira sofreu um golpe e principalmente a classe trabalhadora, nós não podemos falar da conjuntura política do Paraná ou do MST sem lembrar que esse período é um período de golpe. A direita deu um golpe na classe trabalhadora e quer tomar conta de tudo que pode trazer lucro para os capitalistas. Então fazer despejo nas áreas de assentamento do Brasil e do Paraná faz parte do golpe que a direita deu na nação brasileira, e nós aqui no Paraná não tamo fora disso. Nós tamo dentro do governo de direita que tá aí com o compromisso de favorecer o latifúndio e atacar o MST. Nós tamo tendo despejos muito truculentos, quando a gente fica sabendo a polícia já tá dentro.

APÊNDICE N – ENTREVISTA COM A CAMPONESA MARCIA APARECIDA DA SILVA DE JESUS

Entrevistado: Marcia Aparecida da Silva de Jesus, 40 anos

Data da entrevista: 13/03/2018

1 - Há quanto tempo você e sua família fazem parte do MST?

Perto dos outros que estão aqui eu tenho pouco tempo, estou há sete anos, este é meu primeiro acampamento, eu vim de pertinho, vim de Fênix.

2 – Por que você resolveu ingressar no MST, vir para o Irmã Dorothy? Você já conhecia as famílias daqui?

Falar a verdade eu vim porque a vida tava difícil na cidade, eu e meu marido cortava cana, ganhava muito pouco. Daí nós foi passear em um acampamento e gostamos, gostamos da ideologia do movimento, ficamos sabendo que tinha ocupação aqui em Barbosa e resolvemos vir, chegando aqui nós ficamos. A vida que nós temos aqui hoje é muito mais tranquila, não falta comida na mesa, nós plantamos bastante coisa. Aos poucos fomos fazendo amizade, conhecendo as famílias daqui, hoje é como se fosse tudo uma família só.

3 – Como e por que vocês decidiram realizar o parcelamento da área, transformando o acampamento em pré-assentamento?

O povo tava amontado na sede e daí tava dando muito excesso de criação, vaca, porco, galinha, e daí se tinha muita reclamação, não tinha como segurar esses bichos juntos, chegaram num consenso na reunião que tinha que organizar melhor, dar mais espaço para as famílias. Aí depois de muitas reuniões, porque isso foi acho que mais de dois anos de reunião pra se chegar ao ponto, vamos fazer um pré-assentamento, aí foi feito um seminário com nós, veio os coordenadores do movimento, prefeito, vereador, durou três dias, foi perguntado se nós aceitávamos, se nós tínhamos coragem, aí igual foi dito pra nós: muitos vão ter luz, muitos não vão ter, alguns vão ter água, outros não vão ter, alguns vão ter acesso à estrada, outros não vão ter, mas mesmo assim a gente topou, e hoje estamos cada um no teu lote.

4 - Depois de ir para o lote, vocês enfrentaram muitas dificuldades?

Olha, sim, cada um teve que cuidar da infraestrutura do teu lote. Aqui energia elétrica é fio de telefone, fio de choque, arame farpado, a gente fala que é o verdadeiro gato. Até hoje nós tomamos

banho de canequinha no inverno, não temos acesso à chuveiro, tem muita coisa que a gente não tem acesso porque daria pra ter na sede, aquele primeiro lote, segundo lote teria, mas pra quem tá longe não dá. A água também, cada um fez encanamento para puxar água da mina, nosso lote mesmo é seco, então nós pega água da mina do vizinho, aí precisou colocar roda d'água, tudo isso demanda de dinheiro, e nós não tem muito recurso.

5 - Qual o tamanho de cada lote?

Varia bastante, tem lote que o terreno é bem quebrado daí é um pouco maior pra familiar conseguir sobreviver, tem lote que não, é mais plano. Varia em torno de 12 hectares cada. Quando nós fez o pré-assentamento deixamos as área de preservação ambiental, tudo certo. Dia 27 de novembro vai fazer quatro anos que estamos nos lotes.

6 – O que você produz em seu lote? É o suficiente para as necessidades da família?

Aqui a gente produz tudo que precisa para sobreviver, tem arroz, feijão, milho, mandioca, verdura, legume, fruta, galinha, porco, leite. No meu lote mesmo, produzo tanta coisa que é até difícil de falar, eu tenho muita fruta, tenho banana, maracujá, acerola, morango, tem milho, mandioca, abóbora, feijão, porco, galinha, vaca, é bastante coisa. O que sobra, nós vende pra ter um dinheirinho, nós vende de porta em porta, na feira da cidade, o maracujá eu vendo para a COAPROCOR e o milho para cerealista aqui de Barbosa, as vezes, em São João também. Aqui nós vive bem, só falta uma estrada boa e luz boa.

7 - Como vocês organizam a divisão do trabalho no pré-assentamento?

Aqui a gente é livre, não é como na cidade que tem horário rígido, o trabalho no campo é diferente, tem dia que tem muita coisa pra fazer que nossa! Não cabe no dia, tem dia que é mais tranquilo, varia de acordo com a época do ano. Até hoje aqui nós fazemo troca de dia, por exemplo se arrancar mandioca na minha roça o Luiz vem ajudar a gente, e quando o Luiz vai tirar a mandioca dele nós vamos ajudar ele, até hoje é assim, ninguém paga dia pra ninguém, a gente troca os dias de serviço, agora mesmo nós deve um dia de serviço, que nós vamos pagar quando a pessoa que ajudou a gente precisar.

8- Como é a relação com a sociedade local?

Olha eu acho que se não fosse o apoio da sociedade, a gente já teria sido despejado, nem saberia onde eu taria num momento desse, já teve várias vezes que a gente pediu ajuda em pegar assinatura, a gente consegue coisa de três, quatro mil assinaturas em questão dois, três dias.

Eles sempre pedem nas igreja, na rádio que tem em Barbosa, ajuda pra colher assinatura, é rapidinho, então se não fosse o apoio da sociedade local, entre prefeito, padre, pastor, entidades, sindicatos os moradores, acho que nós não taria aqui mais não. A gente quando vai na cidade você pode colocar a camiseta do MST, o boné e ir na cidade, você é recebido do mesmo jeito, não tem preconceito. Teve ameaça de despejo, a gente foi pedir ajuda para os vereadores, pro prefeito da cidade, daí na rádio começou a fazer campanha, nas igreja começou a fazer campanha, na igreja católica a gente foi até o bispo, se desse o despejo pra que rumo a gente ia? Um juiz assiná um despejo é simples, vai lá e assina, mas e nós, vamos pra onde? Pra que lugar? A única coisa que a gente sabia é que a gente ia pra cem quilometro daqui. O que a gente ia fazer com criação, criança, e aqui quando sai um despejo, as pessoa saem todas juntas, onde vai uma tem que ir todas, pra retornar todas, e daí não, o que eles estavam querendo era levar pra cem quilômetros, mas tipo levar um pra cá, um pra lá, outro pra lá e soltar, como se solta um cachorro, uma criação, igual muito ser humano faz né, daí a sociedade em si caiu em cima a favor nosso por causa disso.

9 – Qual é a maior frustração de vocês hoje?

As frustrações é de todo dia acordar e saber que provavelmente pode ter um despejo, ter uma reintegração de posse, a gente não pode construir, construir uma coisa descente, por causa que sempre tem a reintegração de posse, e daí isso frustra demais. O despejo é um mostro que de vez em quando sai do armário pra amedrontar a gente.

10 – Quais são as esperanças de vocês hoje?

A esperança nossa é que aqui um dia vai sair assentamento. Se você sair conversando ninguém vai falar assim, ai eu sonho que o INCRA venha fazer uma casa pra mim ou que o INCRA mande verba pra mim, ninguém tá interessado nisso, nosso interesse é da gente ter paz, poder deitar na cama, dormir, poder sonhar em melhorar a casa, poder sonhar em comprar mais criação, fazer uma tuia, eu mesmo não tenho onde tirar leite, dia de chuva tenho que me virar em dez, porque nós tem que fazer uma estrutura, mas tem medo de fazer uma estrutura pra tirar leite. O maior sonho é que aqui um dia pare com esse transtorno que a gente vive, que é o tal do despejo, que pra nós é um bicho papão.

11 - Se o despejo acontecer, o que vocês pretendem fazer?

Olha, se a reintegração de posse sai hoje a gente só vai esperar a reintegração de posse caí a gente retorna de novo, e isso dez, quinze, vinte vezes, não importa.

APÊNDICE O - ENTREVISTA COM O ADVOGADO HUMBERTO BOAVENTURA

Entrevistado: Humberto Boaventura, 42 anos.

Data da entrevista: 08/07/2017

1 – Fale um pouco da origem do pré-assentamento Irmã Dorothy.

A área ocupada é um conjunto de matriculas pertencentes a mesma família. A ocupação nasceu em mais ou menos 2005, a partir de denúncias que aquela fazenda estava abandonada, era foco de febre aftosa e em função dessas irregularidades, o pessoal ocupou aquela área. Também tinha questões de crimes ambientais e tudo mais. Essa foi a motivação que fez que o pessoal ocupasse aquela área lá e denunciasse isso e passasse a reivindicar aquele espaço como espaço para reforma agrária. Ao longo desse tempo a ocupação foi se consolidando. Teve um despejo, em 2008 teve um despejo da área, e eles voltaram logo em seguida, cerca de 10 ou 15 dias depois eles voltaram. De uns anos pra cá, o pessoal avançou no processo organizativo deles, eles já dividiram a área, então hoje já tá cada família com seu pedaço de terra. Fizeram um pré-assentamento, um projeto de assentamento, já estão produzindo, já fizeram divisão, inclusive respeitando a questão ambiental, de reserva ambiental que tem que ter, desenho da construção de estradas, tudo. Hoje são 33 famílias, que já estão lá, dividindo, produzindo e tudo mais.

2 – Ao longo da ocupação, quais foram os caminhos judiciais tentados para conseguir a regularização, isto é, a transformação da área em assentamento?

Como que você adquire hoje terra para destinar para reforma agrária? Tem algumas maneiras. A primeira delas, que é a mais comum e que deu grande impulso para a maioria dos assentamentos que a gente tem aqui no Paraná, saindo na década de 1990, na década de 2000 é através desapropriação por descumprimento da função social da propriedade, então a propriedade de acordo com a constituição e a legislação, tem que cumprir sua função social, aí tá índices de produtividade da área, questão ambiental e a questão das relações de trabalho. Se ela não cumpre esses requisitos, então ela é passível de ser desapropriada e destinada para reforma agrária, que então chama desapropriação sanção. Qual é a questão desse mecanismo? No final do governo Fernando Henrique, eles fizeram uma MP dizendo o seguinte, que área ocupada não podia ser vistoriada, e essa área então, o pessoal ocupou antes de vistoria e tudo mais, então o INCRA nunca procedeu a vistoria daquela área, para verificar se a área era produtiva ou não, se cumpria ou não a função social, por conta disso. Outra forma é a negociação direta com o proprietário, o proprietário vender a área para o INCRA. Em alguns

momentos lá, o proprietário chegou a estabelecer alguma negociação com o INCRA pra vender a área, mas ele é uma pessoa difícil de lidar, bastante passional, então na mesma medida que ele decidia abrir um processo de negociação, passava dois, três meses depois, ele mudava de ideia e tal, acabou nunca avançando nisso também. O que nós estamos tentando convencer o INCRA hoje a fazer, e aí depende do INCRA pra regularizar aquilo lá, é desapropriar numa outra modalidade chamada de interesse social, por exemplo, o municípios quando vai construir uma escola dentro da cidade ou um posto de saúde, as vezes não tendo local, o que ele faz? Ele desapropria um pedaço do imóvel urbano, indeniza o proprietário para poder construir a escola. Ali a gente tá tentando utilizar uma lei de 1962, que permite a desapropriação por interesse social, para fins de povoamento rural. Então, nós estamos tentando pegar uma brecha nessa lei e fazer com que o INCRA desapropriar, e por conta disso regularize as famílias. Aqui no Paraná nós não tivemos nenhum caso desse, o INCRA tem resistência em fazer esse tipo de desapropriação. Os prefeitos que passaram por lá, todos eles queriam fazer essa desapropriação, só que daí esbarra em outra dificuldade que é o seguinte, a prefeitura não tem orçamento para indenizar uma área daquela, então eles dependem de um convenio com o INCRA, que o INCRA suporte a indenização.

3 – Diante das dificuldades para conseguir a desapropriação, o que ainda mantem as famílias na área?

Uma outra característica do Paraná, e isso começou com o governo Requião, nessas áreas de ocupação sai a reintegração de posse, o que acontecia, algumas vezes a gente conseguia suspender, outras não, mas as que a gente não conseguia suspender como no caso de Barbosa Ferraz, havia uma posição política do governador, e o governador não autorizava o cumprimento da reintegração de posse, que pra você cumprir uma reintegração de posse dessa, você precisa mobilizar policiais da região toda [...] a polícia militar conta, nos estudos que eles tem interno, que precisam de quatro policiais para cada sem terra para garantir um despejo seguro. Então ali precisariam cerca de 800 a 1000 policiais, e aí você tem que remover policial do batalhão de Maringá, do batalhão de Campo Mourão pra fazer o despejo, e isso depende de autorização do secretário de segurança pública, e o secretário de segurança pública só autoriza se o governador autorizar, então tinha toda uma construção política do governador que não autorizava e as reintegrações de posse ficavam paradas. Por que o Requião começou a adotar esse sistema? Porque no final do governo Lerner teve muito problema com conflito de terra no Paraná, Querência do Norte, denúncias internacionais e tudo e tal. Então criou uma metodologia

que a questão é uma questão social que não pode ser resolvida com a polícia, e isso se manteve até agora, inclusive com o governo do Beto Richa.

4 - Parece que durante algum tempo o proprietário da área recebeu uma espécie de indenização do Estado pelo não cumprimento da ordem de reintegração de posse, você pode me dizer se isso é verdade? Como foi?

Ele conseguiu um período, perante a justiça, uma indenização contra o governo do estado por não cumprir a reintegração de posse, então durante um tempo, não me lembro ao certo quanto tempo, ele recebia mensalmente um valor, em torno de dez a quinze mil reais (entrevistado não tem certeza do valor), que ele recebia em função do não cumprimento da reintegração de posse por parte do Estado. Inclusive isso fez com que durante esses tempo ele não pressionasse pelo cumprimento, porque estava confortável para ele.

5 - Você pode falar um pouco sobre como é a relação da sociedade local com o pré-assentamento? Essa relação influencia de alguma forma na permanência das famílias no município?

Ali em Barbosa Ferraz tem uma característica muito interessante, talvez é um dos poucos lugares do estado em que não tem rejeição nenhuma da cidade e da sociedade lá de Barbosa Ferraz em relação a essa ocupação, porque tem lugares, em função da natureza da cidade, da natureza do conflito, as vezes a ocupação sofre uma certa rejeição, por parte das elites locais da cidade, dos setores e tudo mais. Se você for no comércio, o presidente da associação comercial local apoia, a igreja apoia, os comerciantes de maneira geral, o restante dos agricultores familiares, todo mundo apoia aquela ocupação. O principal fator positivo é o apelo que tem daquela sociedade lá pra essa ocupação, é muito apelo mesmo.

6 – Na sua opinião enquanto profissional que mantém contato constante com as famílias, caso o despejo ocorra, como você acha que as trabalhadores irão reagir?

Embora não esteja regularizado, para nós já conquistamos a terra, a partir do momento que você está em cima do território trabalhando, ocupando a terra. Agora como tá uma comunidade bastante consolidada, eu diria pra você o seguinte, se despejar eles vão voltar, então assim não vai resolver. Pode até despejar, eles voltam.

APÊNDICE P – ENTREVISTA COM O PADRE ROBERTO CESAR DE OLIVEIRA

Entrevistado: Padre Roberto Cesar de Oliveira – pároco há sete anos em Barbosa Ferraz

Data da entrevista: 14/03/2018

1 – Há quanto tempo o senhor mantém contato com as famílias do pré-assentamento e como é esse contato?

Quando eu cheguei, esse pré-assentamento já tinha cinco anos de existência, já era costume do padres anteriores dessa comunidade celebrar missa ali pelo menos uma vez ao mês, eu dei continuidade a esse trabalho. Pude ajudar as famílias a se inserirem na rotina da igreja, e também pude quebrar meu preconceito com relação ao MST. A igreja exerce participação ativa na comunidade do pré-assentamento, através da catequese, do trabalho religioso com as crianças menores. A igreja buscou trazer as pessoas do Irmã Dorothy para próximo da igreja, de forma com que eles se sentissem parte da comunidade. Nós percebemos que há um crescimento muito grande ali dentro da comunidade em se sentir parte da igreja, e ao mesmo tempo há um crescimento mesmo que lento, mas um crescimento da parte da comunidade eclesial em reconhecer essas pessoas como membros da igreja. Ao longo desses anos eu pude acompanhar vários momentos da vida deles, muitos atos sociais reivindicando o direito da posse da terra, momentos que marcaram suas lutas, momentos festivos e isso também gerou em mim um sentimento de amizade muito forte em relação as famílias que ali residem. Eles se tornaram parte da nossa comunidade.

2 – O senhor acredita que a aproximação das famílias com a igreja ajudou a melhorar a relação com a sociedade de Barbosa Ferraz?

Aqui na cidade, dentro da comunidade, se percebe que ainda há esses elementos, resquícios e até mesmo preconceitos, até bem visíveis com relação as famílias que ali residem, onde são tratadas apenas como um Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, e não como famílias, não como pessoas, isso ainda permanece muito na vida da comunidade hoje, né, mas é algo que está se rompendo aos poucos.

3 – Na sua opinião, o que falta para regularizar as famílias, isto é, transformar a ocupação em assentamento?

Apesar dos diversos eventos, dos atos, das autoridades civis, inclusive representantes do governo estadual, do INCRA, de certa forma do comprometimento que houve nesses eventos em trabalhar para o real assentamento dessas famílias nessa comunidade, nós vemos que as negociações nunca foram além daqueles eventos. Há negociações, mas nunca se efetivam concretamente, não sabemos e não podemos afirmar com certeza se há o interesse das autoridades civis, ao menos a nível estadual, em efetivar esse assentamento.

4 – Padre, fale um pouco sobre a recente ameaça de despejo (2017) e da atuação da igreja na defesa dos trabalhadores.

Nós tivemos uma situação ano passado em 2017, que foi a ameaça de despejo dessas famílias, foi um processo que vinha caminhando, houve fatos importantes a nível nacional que possibilitaram que acontecesse essa ameaça de despejo, podemos destacar o processo de *impeachment* que aconteceu no Brasil, esqueceram um pouco as questões sociais, o próprio interesse do governo estadual, a gente percebe que não houve tanto interesse em efetivar, então a gente foi percebendo alguns fatos de conjuntura nacional e isso acaba refletindo, né, em todo o estado do Paraná. Durante estas ameaças o apoio da igreja foi crucial. Foi uma situação muito dramática, foi colocado uma parte da igreja, né, nessa questão das orações, porque, no caso aqui nosso prefeito municipal, as autoridades civis, os vereadores começaram a intervir para tentar evitar esse despejo, até porque, também o pré-assentamento Irmã Dorothy tem uma importância para a vida da cidade, a nível comercial, a nível econômico, a nível de produção de alimentos, então eles tem importância para a cidade, são reconhecidos por isso. Uma das coisas que marca essa questão do despejo é que há uma profunda violência psicológica que atinge a vida das famílias que ali residem, e isso talvez é a marca mais triste de uma ameaça de despejo ou um despejo de fato, isso marca a história da vida das pessoas, traz traumas, traz dores, ainda mais que essas famílias já construíram suas casas, conseguiram multiplicar seu patrimônio com seus esforços, há ali sonhos que se tornaram realidades e realidades que seriam destruídas. Para mim pessoalmente o despejo traz essa marca muito ruim, dá a impressão que o despejo é que você vai e retira dali aquelas famílias, aquelas pessoas e vai simplesmente despejar, não tem importância, não importa onde vão, se vão ficar na beira do caminho, se vão ter acesso à água, se vão ter acesso à alimentação, se continuariam tendo acesso à educação ou não, como seria a vida daqueles jovens e crianças, então são questões profundas que envolvem um despejo. Dá a

impressão que aquelas pessoas não são importantes, não tem dignidade, não tem valor, o despejo é algo que marca uma atitude profunda de violência contra as famílias.



5 - Fale sobre a Romaria da Terra.

Este ano, em função das ameaças de despejo, da situação de risco que as famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy vivem, Barbosa Ferraz será palco da Romaria da Terra, um importante evento dentro da igreja, realizado com o objetivo de dar voz a população do campo, denunciar as injustiças e fazer reflexões. A Romaria está relacionada com o tema da Campanha da Fraternidade: Fraternidade e superação da violência.

6 - O que você acredita que seria o caminho ideal para resolver o conflito fundiário que envolve as famílias do pré-assentamento Irmã Dorothy?

O ideal seria talvez, se não é possível o assentamento, ao menos que houvesse um realojamento, seria uma atitude mais humana, se eles não podem ficar aqui, vamos ver outra propriedade, onde eles vão ter acesso à água, vão poder construir suas moradias, onde é possível realizar um projeto de reforma agrária, e ali eles vão poder continuar seu sonho e sua luta.

ANEXOS A - RELATÓRIO ELABORADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE
BARBOSA FERRAZ SOBRE OS PROBLEMAS DA PROPRIEDADE ANTES DA
OCUPAÇÃO

| |
|--|
|  <p><i>Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz</i> <i>Estado do Paraná</i></p> <p>Barbosa Ferraz, 21 de Dezembro de 2006.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Diretor do INCRA</p> <p>O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, por seu representante legal, Prefeito Municipal Sr. Mário César Lopes de Carvalho, abaixo subscrito, no intuito de colaborar com o presente Instituto em sua altiva missão de implementar a política de reforma agrária, vem respeitosamente a Vossa Excelência, através deste singelo relatório informar que a Fazenda São Paulo, situada nesta cidade de Barbosa Ferraz - Pr., cujo proprietário é o Senhor Carlos Alberto Consoni Gomes encontra-se totalmente irregular perante a Legislação Constitucional e Legal, bem como em relação as demais órgãos governamentais responsáveis pela correta utilização das propriedades rural de nosso país. Referida propriedade rural não está cumprindo sua FUNÇÃO SOCIAL, preceito este que foi explicitamente prevista em nossa Constituição Federal de 1988, como condição essencial para caracterizar sua Produtividade perante ao respeitado Instituto.</p> <p>Segue abaixo algumas das inúmeras irregularidades que foram constatadas e apontadas pela nossa Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, vejamos:</p> <ol style="list-style-type: none">1 - As vacinas eram assistidas pela SEAB desde maio de 2001;2 - Desleixo total com os animais na propriedade;3 - De 2001 à 2005 foram fornecidas 22 Notas de Produtor para essa propriedade; <p style="text-align: right;"></p> |
|--|



Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

Estado do Paraná

- 4 - Os códigos de Incra da propriedade não estavam ativos até a data da invasão, e o CPF do produtor até então não constava no cadastro no Incra;
- 5 - A propriedade era inadimplente com relação ao ITR;
- 6 - Área total 327,55 alqueires;
- 7 - Fazenda com produtividade pecuária muito baixa;
- 8 - A Fazenda possui arrendatários sem contratos formalizados, impossibilitando assim a emissão de Nota Fiscal do Produtor;
- 9 - Desrespeito total da Legislação Ambiental, não por falta de conhecimento das Leis por parte do proprietário, haja visto o proprietário Sr. Carlos ter sido inúmeras vezes autuado com multas expedidas pelo Ibama em data anterior a da invasão;
- 10 - A propriedade encontrava-se absolutamente deficitária em relação às instalações, infra-estrutura e demais cuidados para com a exploração pecuária; o descuido com a criação de gado era tão grande que antes da invasão do MST era impossível reunir todo o gado para a vacinação, pulverizações e vermifugações e que devido ao grande número de animais acarretada a incidência de carbúnculo sintomático, descuido com recém nascidos, falta de atendimento para acidentes obstétricos e demais cuidados que exigem o fechamento do gado em mangueira (curral);
- 11 - Por fim, tense conhecimento que existem vários Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na Delegacia de Barbosa Ferraz, cuja acusação era o desaparecimento de bovinos, o que na realidade nunca foi solucionado, pois na Fazenda São Paulo, mais especificamente nos fundos dela não existiam cercas, facilitando assim a ação de meliantes.



Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

Estado do Paraná

A implementação da política de reforma agrária e a realização do ordenamento fundiário nacional é de suma importância, pois visa contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A utilização da referida propriedade não atende aos anseios acima citados, não está cumprindo com sua Função Social, encontrando-se assim totalmente improdutiva.

Sem mais, agradecemos à atenção dispensada acerca do assunto tratado, reiterando desde logo nossos sinceros e cordiais cumprimentos a este nobre e respeitado Instituto de Colonização Rural na pessoa de seu representante legal.

Cordialmente,


Mario César Lopes de Carvalho
Prefeito Municipal

Ao Senhor
Dr. Nilton Bezerra Guedes
Diretor do Incra
 Rua Dr. Faivre, n. 1220, Centro, CEP 80.060-140
 Curitiba - Paraná.



**ANEXO B - OFÍCIO DO CONSELHO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA DE FÊNIX
E BARBOSA FERRAZ SOLICITANDO QUE A SEAB ACOMPANHE A
VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NA PROPRIEDADE**

CONSELHO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA
FÊNIX/BARBOSA FERRAZ

Barbosa Ferraz-Pr., 30 de outubro de 2001.

Prezado Senhor

Tem o presente a finalidade de solicitar a este Núcleo que seja dado total prioridade no acompanhamento e fiscalização no processo de vacinação do gado da Fazenda São Paulo, de propriedade do Sr. **CARLOS CONSONI GOMES**, no Município de **Barbosa Ferraz**, tendo em vista o não cumprimento do prazo ocorrido na campanha anterior (maio/2001), bem como a falta de infra estrutura para manejo adequado do gado na propriedade.

Pedimos também que seja exigido do proprietário o cumprimento do prazo legal previsto para a vacinação, ou seja, 20/11/2001, por se tratar de uma segurança de sanidade e por conseguinte ordem nacional.

Sem mais, aguardamos suas instruções.

Atenciosamente


GONERCINDO GARCIA GARCIA
Presidente do C.S.A.
Fênix/Barbosa Ferraz

ILMO. SR.
SILVESTE DIMAS STANISZEWSKI
CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DA SEAB
CAMPO MOURÃO-PARANÁ.

ANEXO C - RELATÓRIO ELABORADO PELA SEAB SOBRE OS PROBLEMAS DA PROPRIEDADE ANTES DA OCUPAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
NÚCLEO REGIONAL DE CAMPO MOURÃO
UNIDADE VETERINÁRIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO - DSA

RELATÓRIO DESCRITIVO

Atendendo solicitação do Chefe do Núcleo Regional da SEAB de Campo Mourão – Drº Erikson Camargo Chandoha, a fim de elucidar fatos elencados no processo protocolado sob o nº 8.674.391-4, que trata de denúncias de ordem sanitária na Fazenda São Paulo de propriedade do Sr. Carlos Consoni Gomes – Município de Barbosa Ferraz – Paraná, relatamos o que segue:

A Fazenda São Paulo constituída de vários lotes de terra possui uma área aproximada de 414,4 ha, entre elas áreas com matas de preservação permanente e reserva legal a qual encontra-se em tramitação para averbação conforme protocolos (8.536.385-9; 8.536.404-9; 8.536.403-0; 8.536.402-2; 8.536.401-4; 8.536.400-6; 8.536.399-9 e 8.536.398-0) datado em 11/05/05 junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para obtenção do SISLEG.

Convém salientar que o referido proprietário foi autuado pelo IAP/ERUMU na data de 16/06/2005, autos de infração n.ºs 55803, 55804 e 55806 pelos motivos de destruição de floresta considerada de APP (área de preservação permanente); destruição de formas de vegetação exótica e destruição de formas de vegetação nativas e exóticas respectivamente, conforme relatório Administração Geral/Sistema Integrado de Documentos de 21/06/06 (cópia documentos em anexo).

A propriedade destina-se as atividades de lavoura e a pecuária de corte.

As denúncias de ordem sanitária iniciaram-se em meados do ano de 2001 (30/10/2001), na época o então Presidente do CSA (Conselho Intermunicipal de Sanidade Agropecuária de Fênix e Barbosa Ferraz), relatava sua preocupação (cópia ofício anexo). Procurando atender a solicitação iniciou-se a partir daquele ano, acompanhamento e fiscalização da vacinação de febre aftosa na referida propriedade (cópia ofício nº 35/2001 anexo).

Seguindo-se, o resumo das vacinações acompanhadas e fiscalizadas pela Unidade Veterinária de Engenheiro Beltrão e grupos de pessoas que compunham o CSA Intermunicipal:

Maio/2002 : 790 bovinos vacinados

Novembro/2002: 744 bovinos vacinados

Maio/2003: 698 bovinos vacinados

Novembro/2003: 690 bovinos vacinados

Maio/2004: 740 bovinos vacinados

Novembro/2004: 616 bovinos vacinados

Maio/2005: 650 bovinos vacinados
 Novembro/2005: 718 bovinos vacinados (*)

Maio/2006: até o dia 24/05/2006 aconteceram contatos com o produtor para realização da vacinação nesta etapa (termo de fiscalização anexo).

Em virtude de o produtor ter obtido na justiça da Comarca de Barbosa Ferraz o mandato de reintegração de posse da terra, o mesmo apresentá-se receoso para adentrar na propriedade alegando também que no momento a propriedade estaria sob custódia do Estado, cuja vacinação também deveria ser de responsabilidade do Estado. Para intermediarmos e diminuirmos o conflito com o objetivo de atingir a vacinação contra a Febre Aftosa nos animais, solicitamos auxílio à sede (Curitiba) através da Seção de Febre Aftosa, para repasse de vacinas, cuja solicitação foi prontamente atendida (cópia do recebimento de vacinas em anexo), devendo assim iniciar-se a vacinação contra febre aftosa etapa maio/2006 a qual deve prolongar-se entre dez a quinze dias úteis pelas dificuldades encontradas na propriedade.

(*) Em meados de Outubro/Novembro de 2005 houve nova denúncia (informal) via telefone ao então Senhor Secretário desta pasta na época Dr. Orlando Pessuti, e logo em seguida a denúncia formal protocolada sob o número citado no enunciado deste relato. Atendendo a denúncia, a Chefia do Núcleo de Campo Mourão em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, notificaram ao então proprietário da Fazenda São Paulo (cópia notificação anexo), agendando a fiscalização da referida vacinação (etapa Novembro/2005) para o dia 09/11/2005, cuja fiscalização foi acompanhada pelo Médico Veterinário responsável da Unidade Veterinária de Engenheiro Beltrão, pelo Chefe do Núcleo Regional da SEAB e membros constituinte da comissão fiscalizatória composta pelos seguintes membros: Antonio Maria Claret Ferrari, Elson Zacarias Ciqueira, Jarbas Villas Boas Garcia, Valdemar Brandalize e Claudemir Aparecido Milossi.

Em virtude da ocorrência de chuvas no período e da dificuldade em arrebanhar os animais da propriedade que se embrenharam nas matas de reserva e deficiência de infra-estrutura adequada os trabalhos não puderam ser concluídos no dia 09/11/2005 como se pretendia. Imediatamente o Sr. Chefe do Núcleo Regional de Campo Mourão emitiu ofício ao Promotor de Justiça de Barbosa Ferraz, o Dr. Marcos José Porto Soares (cópia ofício nº 067/2005 anexo), solicitando acompanhamento para a continuidade da vacinação/fiscalização dos animais da Fazenda São Paulo para o dia 16/11/2005. Prosseguindo a vacinação a qual transcorria com certa dificuldade de arrebanhamento se prolongando por mais alguns dias, quando iniciou-se no local o movimento de invasão dos integrantes do MST (Movimento dos Sem-Terra), dificultando o trabalho de vacinação/fiscalização dos animais, cuja a vacinação total do rebanho foi encerrada no dia 14/12/2005 pelos motivos anteriormente citados.

Importante relatar que a Fazenda São Paulo no que trata-se da questão infra-estrutura necessária para criação adequada de bovinos encontra-se precária, o que podemos observar e comprovar mediante fotos (em anexo, tiradas em Novembro de 2005) ressaltando os seguintes itens:

- A criação dos animais se dá de forma praticamente que "nativa" com animais extremamente arredios ao manejo, o que pode ser associado a uma pequena lida dos mesmos, ou lida não constante;
- Ausência de formação de pastagens adequadas e suficientes ao trato dos animais estando alguns animais magros e caquéticos, verificando-se nas áreas de pastagens significativa quantidade de matos e pragas e plantas tóxicas;
- Precária infra-estrutura para a lida e contenção dos animais, como curral, tronco para contenção e cercas, o que permite inclusive a entrada de animais na área de reserva legal;
- Ausência de cochos adequados para alimentação e ou administração de sal aos animais.

Conforme prevê a Lei nº 11.504 de 06/08/2008¹⁹⁹⁶ em seu artigo 3º, inciso 1º:

Os proprietários ou todos aqueles que a qualquer título tiverem animais em seu poder ou guarda ficam obrigados a efetuar as vacinações regulamentares e/ou medidas preventivas de enfermidades, bem como a colaborar no levantamento do próprio rebanho, executando os serviços de campo necessários ao combate as doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, objeto de programas devidamente regulamentos pela SEAB.

Conforme prevê Decreto nº 2792 de 27/12/1996 que regulamenta a Lei nº 11.504 em seu artigo 33:

SÃO DEVERES OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE ANIMAIS:

- I - Executar e comprovar a vacinação e ou exames obrigatórios de que trata o artigo nº 11 do referido decreto na época prevista e para as espécies indicadas, junto a Unidade ou Sub-Unidade Veterinária da SEAB;
- II - Facilitar todas as atividades relacionadas com o controle das enfermidades de importância sanitária pelos programas de saúde animal;
- III - Eliminar todos os obstáculos que dificultem quaisquer serviços do sanitário animal, na prevenção, controle e erradicação de enfermidades transmissíveis.

Existe a necessidade eminente de que o Produtor/Proprietário da área da Fazenda São Paulo promova melhorias na mesma no que diz respeito na criação e trato dos animais, incluindo infra-estrutura adequada de modo que permita ao mesmo detentor dos animais a sua obrigação na questão sanitária que a mesma não esteja necessariamente associada à presença do órgão fiscalizador.

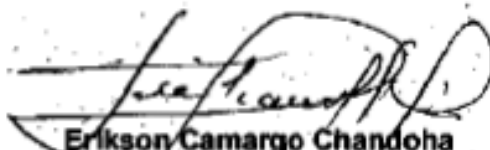
Apesar das dificuldades existentes na referida propriedade, esta Secretaria através da Unidade Veterinária responsável, procurando zelar com a questão da vacinação da febre aftosa, vem fiscalizando tais vacinações desde maio de 2002 (conforme resumo relatado anteriormente), não condizendo com as argumentações das denúncias geradoras de tal processo de que "à mais de três anos nada fora feito". Em momento algum esta Secretaria se omitiu ou se absteve na execução nas ações sanitárias na Fazenda São Paulo, e tudo fará apesar das dificuldades encontradas para que continuemos a manter a segurança do rebanho criado acerca de nossa jurisdição.

Firmamos o presente.

Engenheiro Beltrão 21 de Junho de 2006.



Sérgio Acutu
Médico Veterinário CRMV - PR 0295
Unidade Veterinária Engenheiro Beltrão
SEAB/DEFIS/DDSA



Erikson Camargo Chandoha
Chefe Núcleo Regional
SEAB /Campo Mourão

**ANEXO D - RELATÓRIO ELABORADO PELO VETERINÁRIO ANTÔNIO MARIA
CLARET FERRARI SOBRE O HISTÓRICO E OS PROBLEMAS DA
PROPRIEDADE ANTES DA OCUPAÇÃO**

RELATORIO SOBRE FAZENDA SÃO PAULO

- CONHEÇO E DOU ASSISTENCIA TÉCNICA NA PROPRIEDADE DESDE OUTUBRO DE 1984.
- O ANTIGO PROPRIETÁRIO (PAI DO ATUAL), SENHOR ELBODORO GOMES, ERA PRODUTOR DE LEITE COOPERADO A COLARI. CRIAVA EM SISTEMA EXTENSIVO APROXIMADAMENTE QUINHENTOS VACAS DE CORTE. PRODUZIA CAFÉ EM SISTEMA DE PARCERIA (MEEIROS). PLANTAVA MILHO PARA CONSUMO E PARA VENDER PARA COAMO E CEREALISTAS DA REGIÃO.
- JÁ EM 1990, O SENHOR ELBODORO GOMES DOOU AS PROPRIEDADES, FAZENDA SÃO PAULO E FAZENDA SOL NASCENTE PARA OS FILHOS, MANOEL CONSONE GOMES E CARLOS CONSONE GOMES, E OS MESMOS PASSARAM A ADMINISTRA-LAS.
- O SENHOR CARLOS GOMES FICOU COM A FAZENDA SÃO PAULO, OU SEJA, COM O CONJUNTO DE PROPRIEDADES QUE SE SITUA NO BAIRRO DO GUANABARA, EM BARBOSA FERRAZ. SOB SUA RESPONSABILIDADE, FICOU A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA.
- ABANDONOU A CAFEICULTURA POR VOLTA DE 1990.
- TAMBEM ABANDONOU A ATIVIDADE LEITEIRA POR VOLTA DE 1994.
- FICOU APENAS COM O GADO DE CORTE (MAIS OU MENOS SEISCENTAS CABEÇAS)
- TENTOU FAZER CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE, POR VOLTA DO ANO DE 2000.
- EM 2004, ABRIU PARCERIA COM ARRENDATÁRIOS PARA PLANTIO DE SOJA.
- DE 1990, ATÉ DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2005, QUANDO INVADIDA PELOS PARTICIPANTES DO MST, PASSEI A DAR ASSISTENCIA NA FAZENDA, MUITO ESPORADICAMENTE, E SÓ PARA CASOS DE EMERGENCIAS.
- OBSERVEI, QUE, DESDE QUE RECEBEU A PROPRIEDADE, O SENHOR CARLOS GOMES, NÃO SE MOSTROU UM BOM ADMINISTRADOR, POIS A FAZENDA FOI, MUITO RAPIDAMENTE, SENDO DEGRADADA. AS CERIAS FORAM SE ESTRAGANDO, AS PASTAGENS SE ENCHENDO DE "QUICÇAÇA", A MANGUEIRA DO GADO DE CORTE FICOU IMPRESTÁVEL, O ESTÁBULO DE ORDENHA ACABOU. AS CASAS DOS ANTIGOS MEEIROS TAMBEM SE ESTRAGARAM.
- COMO TENHO CONTATO COM ANTIGOS EMPREGADOS, FREQUENTEMENTE ERA INFORMADO DO "DESAPARECIMENTO" DE ANIMAIS POR FALTA DE CONTROLE.
- UM GRANDE NUMERO DE ANIMAIS MORRIAM DE FOME, DE MAUS TRATOS (MUITOS MORRIAM DE MILASES).
- NÃO SE VACINAVA CONTRA CARBÚNCULO, NEM AFTOSA.
- NUNCA VACINEI CONTRA BRUCELOSE, AS FEMEAS JOVENS.

- NÃO SE ADMINISTRAVA SAL, DE FORMA ALGUMA.
- EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO DE NOTAS FISCAIS, TOMEI INFORMações JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ E, SAIBO QUE DESDE O ANO DE 2001, APENAS VINTE E SETE NOTAS FORAM TIRADAS DA TRIBUTAÇÃO, NÃO SIGNIFICANDO QUE TODAS TENHAM SIDO DESTACADAS.
- AS PROPRIEDADES DECLARADAS NO ITR, SÃO QUATRO (36,3 HA, 118,5 HA, 198 HA E 439,9 HA.) EMBORA TODAS TENHAM RESTRIÇÕES PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO.
- NUNCA PAGOU CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.
- AS QUATRO PROPRIEDADES ESTÃO IRREGULARES JUNTO AO INCRA.
- O CPF DO SENHOR CARLOS CONSONE GOMES NÃO TEM REGISTRO NO INCRA.
- E POR FIM, QUANDO FUI DESIGNADO PARA ACOMPANHAR A ULTIMA VACINA DE AFTOSA(NOVEMBRO DE 2005) DEPAREI COM UM GADO MAL TRATADO, MAGRO, REFINADO ("CANELA SECA"), CARREGADO DE ECTOPARASITAS, MAL MANEJADO(TOURO, VACA, BEZERRO, GARROTE, E NOVILHA TODOS JUNTOS).
- ACOMPANHEI A CAPTURA DOS ANIMAIS "BAGUAS", (NOVEMBRO DE 2005) QUE SÃO TÃO SELVAGENS, UM GRANDE NUMERO DE ANIMAIS VIERAM A MORTE QUANDO PRESOS. DEMONSTRANDO CLARAMENTE QUE ESTAVAM TOTALMENTE ABANDONADOS. FORAM CATURADOS CENTO E SETENTA E TRÊS ANIMAIS E MORRERAM QUARENTA E TRÊS. ISTO TAMBEM FOI ACOMPANHADO PELO DR. SERGIO AKUTO.
- DECLARO AINDA, QUE APÓS A INVASÃO DA PROPRIEDADE PELO MST, NÃO VOLTEI MAIS A PROPRIEDADE.

SEM MAIS,
COLOCO-ME A DISPOSICÃO.

Dr. ANTONIO MARIA CLARET FERRARI
MÉDICO VETERINÁRIO
CRMV-3-1794

Antonio Maria Claret Ferrari
Médico Veterinário
CRMV-3-1794

BARBOSA FERRAZ, 23 DE MAIO DE 2005.

**ANEXO E - DECLARAÇÃO DE APOIO DO CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE
BARBOSA FERRAZ**

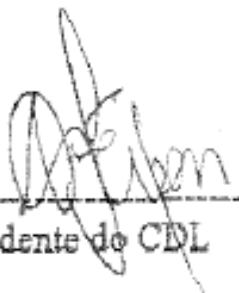
Barbosa Ferraz, 12 de Maio de 2008

DECLARAÇÃO

O Clube dos Diretores Lojistas de Barbosa Ferraz, vem declarar seu apoio e esforço para que seja consolidado um assentamento de Reforma Agrária na Fazenda São Paulo neste Município.

As 75 famílias do acampamento irmã Doroty estão inseridas ativamente no comércio. O lucro de suas lavouras são aplicados, diretamente no nosso comércio, isso fortalece a economia do Município e gera empregos diretos e indiretos, gerando maior equilíbrio social, isso conseqüentemente culmina num bom equilíbrio de nosso comércio.

Sem mais assinamos



Presidente do CDL

**ANEXO F - DECLARAÇÃO DE APOIO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS – BARBOSA FERRAZ**



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

*Diocese de Campo Mourão
Rua Marechal Floriano Peixoto 932
Barbosa Ferraz-Pr Cep 84960-000
Fone (44) 3275-1112 Fax 275 1112*

Barbosa Ferraz, 12 de Maio de 2008

DECLARAÇÃO

A Paróquia Nossa Senhora das Graças de Barbosa Ferraz declara que um total decrianças eadolescentes do acampamento Irmã Doroty, fazenda São Paulo, participam desta Paróquia .

As pessoas deste acampamento Irmã Doroty, construirão relações religiosas e participativa durante quase três anos nesta comunidade Paroquial. Um assentamento de Reforma Agrária no município traria diversos benefícios não apenas às famílias e sim a toda sociedade de Barbosa Ferraz.

Um despejo e mudança de município geraria por consequência um grande transtorno na vida participativa e religiosa deste povo, prejudicando a vida espiritual e participativa, com reflexos profundos na sua psicoespiritual. A comunidade deseja que tudo seja resolvido da melhor maneira possível, e com bom senso.

Pe Jorge Ferreira da Silva.
Pároco

ANEXO G - REGIMENTO INTERNO DO PRÉ-ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTHY

Documento que rege os compromissos, DIREITOS e DEVERES das famílias que vão ser assentadas no Assentamento IRMÃ DOROTHY, no município de Barbosa Ferraz - pr

DIREITOS

- 1 - Cada família acampada selecionada terá o direito de receber uma parcela de terra, desde que cumpra com suas obrigações .
- 2 – Todas as famílias terá o direito de acessar os créditos disponíveis pelo Governo federal e Estadual, desde que cumpra com os projetos técnicos e a discussão do coletivo. O desvio na aplicação do crédito incidirá na perda do lote.
 - 2.1- A troca do lote será permitida só internamente desde que aprovado pela coordenação e antes de ir para o lote e sem a liberação de nenhum crédito e desde que não envolva dinheiro e nem objeto .
- 3- As famílias terá o direito de se beneficiar dos bens matérias e naturais individual e coletiva desde que preservam. EX; água, estrada, luz elétrica, escola, igreja, saúde, esporte, campo de futebol, salão de baile.
 - 3.1- Em caso de necessidade ,as pessoas que precisar de água de um mesmo local, precisam combinar uma forma de favorecer a todos e que preze a mesma
- 4 – Todas as famílias tem direito de escolher todas as formas de cooperação existente no MST.
- 5- O assentamento terá um único Centro Comunitário, com uma área de 2 alqueires para o investimento produtivo, cultural e social.
 - Biblioteca , Escola , Igreja , Salões , Campos de Futebol , Casa de Saúde, Lanchonete , Mercado ,Estrutura para beneficiar a industrializar a produção com uma área de campo de experimentos de sementês crioulas e criação de gado de leite.

DEVERES

1 - Todas as famílias se comprometem a zelar, cuidar de sua parcela de terra (lote), semelhante aos cuidados que os filhos devem ter com suas mães.

Observação: Em caso de um assentado fazer mau uso de seu lote, destruir literalmente os recursos naturais, terra, fontes naturais de água, enfim, pode incidir na redução da parcela de terra.

2 - Nenhuma família poderá vender o seu lote porque é uma conquista coletiva. Se o caso mencionado vir a acontecer, tanto o comprador como o vendedor perderão o direito perante o assentamento e o Incra.

3 - A terra do assentamento NÃO pode ser arrendada internamente e nem externamente. Em caso de comprovação de lote arrendado, o assentado perde imediatamente o direito sobre o seu lote.

4 - As famílias assentadas devem cultivar a sua parcela de terra (lote) produzindo prioritariamente alimentos saudáveis e respeitando os projetos técnicos.

5 - É expressamente PROIBIDO o cultivo de quaisquer sementes, plantas e árvores TRANSGÊNICAS e termineifer.

6 - Não é permitido o plantio de monocultura de eucalipto, pinus e cana-de-açúcar para as usinas.

Deve-se estabelecer um limite ^{MÁXIMO} destes tipos de plantio e motivar para os mesmos percam seu lugar. Limite de 600 mudas de eucalipto por cadastro.

7 - Não é permitido o cultivo de fumo e tomate em estufa. Com relação ao cultivo de tomate, só será permitido se for orgânico.

8 - Todas as pessoas devem respeitar a fauna e a flora existente no assentamento e também fora.

É expressamente proibido caçar animais, caçar pássaros e cortar árvores da reserva do assentamento.

Aos assentados que descumprirem com as normas acima descritas , perderão o direito de seu lote perante o assentamento.

9 – A divisão dos lotes deve respeitar toda a forma de organização existente no Assentamento e MST.

EXEMPLO; Núcleos , Brigadas, Coordenação, Direção e setores.

10- As famílias devem continuar participando do MST, devem se mobilizar e lutar pelos seus direitos.

11 – Todas as famílias assentadas devem respeitar os princípios e normas do MST. Ex. brigas mortas , desrepeito com as famílias maus tratos com as crianças, desrespeito as decisões coletivas , etc . Precisa ser um argumento de propaganda para a sociedade.

Caso venha a acontecer algo do descrito acima , é obrigação do assentado comunicar imediatamente as instâncias do assentamento.

12 – Todas as tem o direito de zelar ,respeitar e participar de suas crenças desde que não venha a atrapalhar o assentamento.

13 – Não é permitido o uso de quaisquer tipos de entorpecentes (drogas ilícitas) no assentamento ou fora dele.

Em caso de comprovação, o assentado perderá o seu lote e será expulso dos assentamento.

14 – Não é permitido o uso de armas de fogo e armas brancas nos espaços coletivos.

Caso venha acontecer algo do gênero , serão tomadas as seguintes providências ; o indivíduo será desarmado e o assentamento dará destino para a arma.

15 – Todas as famílias assentadas devem cuidar de seus animais no lote.

Ex: gado,cavalos ,porcos , cabritos , ovelhas , cachorros.

Caso venha a acontecer , será feito uma avaliação do dano perante a instância do assentamento.

16- Fica estabelecido um compromisso de ir organizando uma nova matriz produtiva , com base e fundamentos da agroecologia.

Não é permitida qualquer prática de queimada ou desmatamento nas nascentes de água e na reserva legal.

17 - Todas as pessoas que desejarem assumir qualquer função pública, deve ser discutido nas instâncias, sem articulação e deve ter a concordância da maioria das pessoas.

Ex: vereador, prefeito, presidente de algum órgão público.

18 - Todas as pessoas devem respeitar as divisões dos lotes. É expressamente proibido mexer nos marcos.

19 - Nenhuma pessoa está autorizada a colocar qualquer tipo de comércio individual no assentamento.

20 - As famílias devem morar no assentamento e exercer atividade produtiva e tirar o sustento da família com o fruto do seu trabalho no lote.

21 - Todos os filhos dos assentados devem estudar no assentamento até a série (turma) existente no mesmo.

22 - Todas as famílias devem continuar com a contribuição voluntária para o MST e para o assentamento.

23 - Precisamos priorizar formação da juventude pois eles são a continuidade.

24 - Nossa grande tarefa é cuidar do nosso território (assentamento) porque o inimigo rodeia toda a prática de roubo e/ou furto confirmado (tanto dentro como fora do assentamento, seja roubo, furto ou receptação de objetos roubados ou furtados o indivíduo perde o lote).

25 - Precisamos zelar, lembrar e comemorar as datas históricas do MST e do nosso assentamento. Lutadores e lutadoras com mobilizações, comemorações e festas.

26 - Na área de cada lote deve morar apenas a família cadastrada e selecionada pelo INCRA e pelo MST.

Salvo se for para cuidar de parentes com problemas de saúde.

27 - Todos os problemas causados no assentamento devem ser resolvidos internamente, sem intervenção da justiça.

28 - 95% das opiniões não aprovaram o plantio de soja, mesmo sendo convencional.

29 - Precisamos zelar e cultivar a cultura camponesa. Ex: músicas de raízes, fogueira de São João e São Pedro, festa da colheita.

TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO APRESENTADO NO ANEXO G

Documento que rege os compromissos, DIREITOS e DEVERES das famílias que vão ser assentadas no Assentamento IRMÃ DOROTHY, no município de Barbosa Ferraz – pr.

DIREITOS

1 – Cada família acampada selecionada terá o direito de receber uma parcela de terra, desde que cumpra com suas obrigações.

2 – Todas as famílias terá o direito de acessar os créditos disponíveis pelo Governo federal e Estadual, desde que cumpra com os projetos técnicos e a discussão do coletivo. O desvio na aplicação do crédito incidirá na perda do lote.

2.1 - A troca do lote será permitida só internamente desde que aprovado pela coordenação e antes de ir para o lote e sem a liberação de nenhum crédito e desde que não envolva dinheiro e nem objeto.

3 – As famílias terá o direito de se beneficiar dos bens materiais e naturais individual e coletiva desde que preservem. Ex; água, estradas, luz elétrica, escola, igreja, saúde, esporte, campo de futebol, salão de baile.

3.1 – Em caso de necessidade, as pessoas que precisar de água de um mesmo local, precisam combinar uma forma de favorecer a todos e que preze a mesma.

4 - Todas as famílias tem direito de escolher todas as formas de cooperação existentes no MST.

5 – O assentamento terá um único Centro Comunitário, com uma área de 2 alqueires para o investimento produtivo, cultural e social.

- Biblioteca, Escola, Igreja, Salões, Campos de Futebol, Casa de Saúde, Lanchonete, Mercado, Estrutura para beneficiar e industrializar a produção com uma área de campo de experimentos de sementes crioulas e criação de gado de leite.

DEVERES

1 – Todas as famílias se comprometem a zelar, cuidar de sua parcela de terra (lote), semelhante aos cuidados que os filhos devem ter com suas mães.

Observação: Em caso de um assentado fazer mau uso de seu lote, destruir literalmente os recursos naturais, terra, fontes naturais de água, enfim, pode incidir na redução da parcela de terra.

2 – Nenhuma família poderá vender o seu lote porque é uma conquista coletiva. Se o caso mencionado vir a acontecer, tanto o comprador como o vendedor perderão o direito perante o assentamento e o Incra.

3 – A terra do assentamento NÃO pode ser arrendada internamente e nem externamente. Em caso de comprovação de lote arrendado o assentado perde imediatamente o direito sobre o seu lote.

4 – As famílias assentadas devem cultivar a sua parcela de terra (lote) produzindo prioritariamente alimentos saudáveis e respeitando os projetos técnicos.

5 – É expressamente PROIBIDO o cultivo de quaisquer sementes, plantas e árvores TRASGÊNICAS e termineiter.

6 – Não é permitido o plantio de monocultura de eucalipto, pinus e cana-de-açúcar para as usinas.

Deve-se estabelecer um limite máximo destes tipos de plantio e motivar para os mesmos percam seu lugar. Limite de 600 mudas de eucalipto por cadastro.

7 – Não é permitido o cultivo de fumo e tomate em estufa. Com relação ao cultivo de tomate, só será permitido se for orgânico.

8 – Todas as pessoas devem respeitar a fauna e a flora existente no assentamento e também fora.

É expressamente proibido caçar animais, caçar pássaros e cortar árvores da reserva do assentamento.

Aos assentados que descumprirem com as normas acima descritas, perderão o direito de seu lote perante o assentamento.

9 – A divisão dos lotes deve respeitar toda a forma de organização existente no Assentamento e MST.

EXEMPLO; Núcleos, Brigadas, Coordenação, Direção e setores.

10 – As famílias devem continuar participando do MST, devem se mobilizar e lutar pelos seus direitos.

11 – Todas as famílias assentadas devem respeitar os princípios e normas do MST. Ex. brigas, mortes, desrespeito com as famílias maus tratos com as crianças, desrespeito as decisões coletivas, etc. Precisameos ser um argumento de propaganda para a sociedade.

Caso venha a acontecer algo do descrito acima, é obrigação do assentado comunicar imediatamente as instâncias do assentamento.

12 – Todas tem o direito de zelar, respeitar e participar de suas crenças desde que não venha a atrapalhar o assentamento.

13 – Não é permitido o uso de quaisquer tipos de entorpecentes (drogas ilícitas) no assentamento ou fora dele.

Em caso de comprovação, o assentado perderá o seu lote e será expulso dos assentamento.

14 – Não é permitido o uso de armas de fogo e armas brancas nos espaços coletivos.

Caso venha acontecer algo do gênero, serão tomadas as seguintes providências; o indivíduo será desarmado e o assentamento dará destino para a arma.

15 – Todas as famílias assentadas devem cuidar de seus animais no lote.

Ex; gado, cavalos, porcos, cabritos, ovelhas, cachorros.

Caso venha a acontecer, será feito uma avaliação do dano perante a instância do assentamento.

16 – Fica estabelecido um compromisso de ir organizando uma nova matriz produtiva, com base e fundamentos da agroecologia.

Não é permitida qualquer prática de queimada ou desmatamento nas nascentes de água e na reserva legal.

17 – Todas as pessoas que desejarem assumir qualquer função pública, deve ser discutido nas instâncias sem articulação e deve ter a concordância da maioria das pessoas.

Ex.: vereador, prefeito, presidente de algum órgão público

18 – Todas as pessoas devem respeitar as divisões dos lotes. É expressamente proibido mexer nos marcos.

19 – Nenhuma pessoa está autorizada a colocar qualquer tipo de comércio individual no assentamento.

20 - As famílias devem morar no assentamento e exercer atividade produtiva e tirar o sustento da família com o fruto do seu trabalho no lote.

21 – Todos os filhos dos assentados devem estudar no assentamento até a série (turma) existente no mesmo.

22 – Todas as famílias devem continuar com a contribuição voluntária para o MST e para o assentamento.

23 – Precisamos priorizar formação da juventude pois eles são a continuidade.

24 – Nossa grande tarefa é cuidar do nosso território (assentamento) porque o inimigo rodeia: toda a prática de roubo e/ ou furto confirmado (tanto dentro como fora do assentamento, seja roubo, furto ou receptação de objetos roubados ou furtados o indivíduo perde o lote.

25 – precisamos zelar, lembrar e comemorar as datas históricas do MST e do nosso assentamento. Lutadores e lutadoras com mobilizações, comemorações e festas.

26 – Na área de cada lote deve morar apenas a família cadastrada e selecionada pelo INCRA e pelo MST.

Salvo se for para cuidar de parentes com problemas de saúde.

27 – Todos os problemas causados no assentamento devem ser resolvidos internamente, sem intervenção da Justiça.

28 – 95% das opiniões não aprovaram o plantio de soja, mesmo sendo convencional.

29 – Precisamos zelar e cultivar a cultura camponesa. Ex. músicas de raízes, fogueiras de São João e São Pedro, festa da colheita.

**ANEXO H – CONTRAPROPOSTA DE DESAPROPRIAÇÃO VOLUNTÁRIA
EDITADA PELOS CAMPONESES**

Ata de Reunião 23 de Agosto de 2017.

Fo quinto dia do mês de Agosto, do ano de 2017 estiverem reunidas as famílias pré-assentadas do pré-assentamento Serra Dorothy, fazenda São Paulo, município de Barbosa Ferraz, as 15:00 horas. Para deliberar sobre seguinte ponto de pauta: - Para deliberar sobre as propostas de desocupação voluntária até 01 de novembro do corrente ano, formulada em audiência judicial do último 31 de Julho no processo de reintegração de posse que corre na comarca de Barbosa Ferraz.

A proposta acima referida, foi apresentada as famílias pelo Senhor Carlos Aparecido Salmir. Em análise, as famílias decidiram por unanimidade aceitar a proposta de desocupação voluntária até 01 de novembro do corrente ano, desde que, seja cumpridas as seguintes condições por parte da INCRA - PR (SAC9): 01- Abertura de editais de compra, aquisição, de terras na região Centro-Norte do Estado de Goiás, ainda no corrente mês de Agosto; 02- Que a INCRA pague as despesas de deslocamento das famílias do pré-assentamento Serra Dorothy, para eventual área ofertada ou outra área escolhida pelas famílias; 03- Haja vista que já há inicio todo iniciado o processo de plantio das próximas safras, com preparação já iniciada do solo, antes da audiência em questão, inclusive com a compra de insumos, a exemplo de sementes, as famílias pedem ao INCRA-PR que sejam indenizados pelo investimento feito nesse período.

Seus nomes, as famílias encaixaram os nomes, e todos eles seguem abaixo listados.

- Marcia Aparecida da Silva de Jesus Marcia Lp de Mta
- Luiz Carlos de Jesus Luiz Carlos Lp de Mta
- Lúcia Maria Ribeiro Lúcia Maria Ribeiro
- Antônio Américo Antônio Américo
- Zilda Maria Bendo Zilda Maria Bendo
- Aparecida Soares Aparecida Soares
- Maria Simone Leal de Souza Maria Simone
- Ana Patrícia da Silva Ana Patrícia
- Lucimara Kemiaki Mendes Pereira Lucimara Kemiaki Mendes Pereira
- Gercina Abreu de Souza Gercina Abreu de Souza
- Alexandre Machado de Souza Alexandre Machado de Souza
- Zilda Magalhães Zilda Magalhães
- Vilma Alves de Oliveira Vilma Alves de Oliveira
- Leci Maria de Jesus Leci Maria de Jesus
- Ademar Bessa Godoi Ademar Bessa Godoi
- Valdirino Machado de Souza Valdirino Machado de Souza
- Sílvia de Oliveira Sílvia de Oliveira
- João Maria da Silva João Maria da Silva
- Jucélia Farias de Faria Jucélia Farias de Faria
- Carlos Aparecido Siqueira Carlos Aparecido Siqueira
- Amaci Barros Grudzin Amaci Barros Grudzin
- Amândio Beldino Amândio Beldino
- Euphrásio Soares Euphrásio Soares
- Paulo Grudzin Paulo Grudzin
- Maria Rosa Mendes Grudzin Maria Rosa Mendes Grudzin
- Luíza Jacaria de Godoi Luíza Jacaria de Godoi
- Luciana Corrêa Richeiti Luciana Corrêa Richeiti
- Antônio Jacaria de Godoi Antônio Jacaria de Godoi

**ANEXO I – DECISÃO DA JUSTIÇA FEDERAL CANCELANDO A
DETERMINAÇÃO DE VISTORIA DA ÁREA PELO INCRA**

DESPACHO/DECISÃO

1. Inicialmente, esclareço que recebi em gabinete, no dia 02/08, o advogado dos autores, ocasião em que ele veio pedir a designação de audiência de conciliação. Após analisar os documentos que constam da petição inicial, especialmente a decisão do STJ que julgou improcedente a Intervenção Federal nº 111/PR, concluí, com os elementos que tinha naquele momento, que a conciliação poderia ser uma saída aceitável para a situação, uma vez que os autores estariam ocupando o local há cerca de uma década e os réus não teriam, em tese, perspectiva do cumprimento da decisão transitada em julgado que determinou a reintegração de posse (em razão da referida decisão do STJ).

Por esses motivos, determinei (E4) a avaliação prévia do imóvel pelo INCRA, a fim de viabilizar eventual conciliação. Sabia que mesmo assim seria algo bastante difícil de se alcançar, pois o que os autores almejam é que o INCRA pague aos réus o valor da indenização pela desapropriação.

2. Alguns dias depois, recebi em gabinete o réu Carlos Alberto e seu advogado, que argumentaram que a decisão do STJ que julgou improcedente a Intervenção Federal nº 111/PR não se refere ao imóvel objeto deste feito. Disse a eles que protocolassem petição com as suas considerações.

Assim, nos eventos 51 e 52, manifestou-se o requerido Carlos Alberto Consoni Gomes pleiteando a reconsideração da decisão de evento 4, para que seja o feito extinto sem resolução do mérito ou, subsidiariamente, seja determinada a suspensão da vistoria e avaliação sobre os imóveis rurais Fazenda São Paulo e Sítio São Vicente.

Vieram-me os autos conclusos.

Decido.

3. Não há que se falar, ao menos neste momento processual, em extinção do feito sem resolução do mérito, uma vez que o prazo para as contestações sequer findou-se.

4. No entanto, após ouvidos os advogados de ambas as partes e ciente este Juízo dos documentos juntados no Evento 52, concluo que não há a menor possibilidade de conciliação neste processo.

O advogado dos autores apresentou com a inicial a decisão do STJ na Intervenção Federal n. 111/PR, mas não esclareceu que essa decisão não envolve a Fazenda São Paulo ou o Sítio São Vicente (imóveis objetos deste pedido de desapropriação). Logo, este Juízo partiu de premissa equivocada ao concluir que a conciliação poderia ser uma alternativa viável ao interesse dos réus.

Mais do que isso, o advogado dos autores não apresentou a ata da audiência de tentativa de conciliação (Evento 52, ATA9) nos autos da ação de reintegração de posse, já transitada em julgado, que tramita na Comarca de Barbosa Ferraz. Esse documento mostra que houve proposta bastante razoável por parte dos ali autores (aqui réus) no sentido de fixar a data de 01/11/2017 como limite para a desocupação voluntária dos ora autores. Ainda que não esteja claro se a proposta de conciliação foi firmada e aceita, o fato é que:

a) não há decisão do STJ que tenha indeferido pedido de intervenção federal no que tange aos imóveis Fazenda São Paulo ou Sítio São Vicente (há uma decisão indeferindo pedido referente a sítio cortíguo na IF 111/PR - Sítio Garcia, mas há decisão de outro sítio cortíguo no qual foi deferida a Intervenção - IF 116/PR - Sítio Serrinha - E52, CERTACORD12 e 13);

b) o Tribunal de Justiça do Paraná inicialmente acatou o pedido de Intervenção Federal no que tange ao Sítio São Vicente, um dos imóveis objetos desta lide (E52, CERTCORD11), estando pedente de decisão a questão no STJ - IF 113/PR;

c) há decisão transitada em julgado na Justiça Estadual que confere aos réus a reintegração de posse dos imóveis objetos desta lide, com tentativa de conciliação recente e proposta - repito - bastante razoável por parte dos proprietários dos imóveis.

5. A conclusão a que chego neste momento é que os autores/ocupantes querem, ao menos aparentemente, causar embaraços e/ou postergar ainda mais o cumprimento da decisão proferida pela Justiça Estadual, sem que haja qualquer possibilidade de conciliação nestes autos, uma vez que os proprietários estão há anos buscando apenas o cumprimento da decisão transitada em julgado.

6. Diante de todo o exposto, cancelo a determinação de vistoria e avaliação prévia dos imóveis Fazenda São Paulo e Sítio São Vicente.

Comunique-se o INCRA da forma mais expedita possível.

Intimem-se.

ANEXO J – E-MAIL ENVIADO PELO SENHOR NELSON CARLOS FERREIRA SOBRE A COLONIZAÇÃO DE BARBOSA FERRAZ

12/02/2019

Gmail - Origem do Município de Barbosa Ferraz - Paraná



Aline Albuquerque <albuquerquealine312@gmail.com>

Origem do Município de Barbosa Ferraz - Paraná

3 mensagens

Nelson Ferreira <nelsoncferreira@hotmail.com>

30 de abril de 2018 18:10

Para: Aline Albuquerque <albuquerquealine312@gmail.com>

O Município de Barbosa Ferraz, foi desmembrado do Município de Campo Mourão, o qual passou inicialmente a categoria de Distrito administrativo em 03\11\55 e passou a categoria de Município através da Lei Estadual nº 4.245\60 e instalado oficialmente em 25\07\61, com a posse do prefeito nomeado pelo então Governador do Paraná Moisés Lupion, o qual se chamava João Garcia Villar, apelidado de Joanico, o qual administrou o Município ate a posse do primeiro prefeito eleito o senhor Alberto Tokarski Filho, em 1962. Lembrando que a área pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, foi doada pelo governo do Paraná ao engenheiro civil senhor Joaquim Vicente de Castro, por relevantes serviços prestados ao Paraná. A Colonização do Município deu-se através da Imobiliária e Concessionária Parana, de propriedade do senhor João Simões (que depois virou deputado estadual) e do senhor Lino Marquete que foi prefeito . Na tentativa de atrair os mineiros e gauchos para adquirir terras os mesmos contrataram os corretores João Coelho de Oliveira e Alcides ferreira, oriundos de Minas Gerais e o senhor Januário de Oliveira do Rio Grande do Sul. Porém, os negócios estavam sendo difíceis de serem realizados, pois a maioria vinham comprar terras no norte velho do Paraná, devido ao conceito que o Major Antonio Barbosa Ferraz Junior tinha, o qual era administrador das estradas de ferro que se instalava no Parana. Diante disso o proprietários da gleba de Barbosa Ferraz, deram um golpe de mestre e colocaram o nome do vilarejo de Barbosa Ferraz, mas quando os compradores de terras souberam das terras férteis e do nome do lugar, migraram a maioria naquela época para o futuro município. Inicialmente os agricultores começaram com as lavouras de plantio de café, no inicio da década de 50, as lavouras estavam bem até que a geada de 1955 dizimou todos os cafezais, mesmo as terras sendo ótimas para o plantio de café, eram as melhores terras do Paraná. Porém, entre 1955 e 1960 os agricultores plantavam feijão e milho, mas não tinha compradores, então os colonos tiravam uma parte para o sustento de suas familias e a outra parte eram para tratar os porcos, que logo a seguir vinham compradores de suínos comprar dos agricultores e criadores de suínos. Porém, no final do ano de 1960, apareceu aqui dois irmãos Carlos Francioli e Brasilino Francioli, que vieram da cidade de Presidente Prudente e compraram um sitio de 15 alqueires no bairro São Joaquim, e trouxeram com eles algumas mudas de hortelã (Mentol) e iniciaram o plantio e começaram a lambicar a produção no alambique artesanal de um senhor chamado Alagoano, mas dai iniciou-se a febre do plantio por todo o município, inicialmente iam buscar mudar em Presidente Prudente-SP, depois uns colonos passavam mudar aos demais. Com isso faltava um alambique industrial, o qual veio tambem trazido pelo senhor Delminio Maltarollo, e em seguida foi instalado uma industria de alambiques no Município pelo senhor Siegmundo Hollatz e depois outro pelo senhor Leoni Flores Polhmann, muitos agricultores depois compraram seus alambique industriais. O Plantio da menta se dava através de mudinhas, extraídas das touceiras maiores que produziam muitas outras mudas. A menta exigia terras férteis r novas e não aceitava adubação, e conforme as terras iam ficando velhas novas matas eram derrubadas para isso, ate que as mesmas não serviram mais para o plantio da menta (hortelã). Os compradores inicialmente eram de empresas de japoneses de Presidente Prudente, os quais vinham de avião e jogando o dinheiro em sacos no campo de futebol para os compradores fazerem o pagamento aos agricultores, muitas vezes o avião jogava o dinheiro e os japoneses nem iam buscar, as crianças pegavam o dinheiro nos sacos e os levavam aos escritórios de compras e ninguem pegava um tostão se quer tamanha a honestidade de um povo. Com o plantio da menta (hortelã) começou a surgir a necessidade de muita mão de obra, e então começavam a chegar os mineiros do norte de Minas Gerais, para a mão de obra, eles chegavam em caminhões chamados pau-de-araras, os quais diziam que estavam vindo pegar dinheiro com o rastelo, que usava para juntar as ramas de hortelã...Diante do enfraquecimento das terras o plantio de menta acabou também. Depois que

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=141a20d65c&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1599206958363978300&siml=msg-f%3A1599206...> 1/2

12/02/2019

Gmail - Origem do Município de Barbosa Ferraz - Paraná

acabou o plantio da menta, os agricultores começaram a cultura de café novamente, algodão, milho, feijão. No entanto depois começaram a chegar muita gente do sul do Brasil e a agricultura começou a se modernizar e com eles vieram também o plantio da soja, que domina o município hoje, dentre outras plantações. Também o pessoal precisavam de lazer e com isso criaram a modalidade esportiva do futebol, surgindo o time do América Futebol Clube, que também fizeram uma sede social com estatuto registrado em cartório e fizeram grandes equipes de futebol respeitadas em toda a região por muitos anos. Mas vale lembrar que apesar do pequeno município Barbosa Ferraz, se destacou na modalidade de atletismo com a família Ferreira. Inicialmente o Patriarca Nelson Carlos Ferreira, começou no atletismo no Exército brasileiro, onde esteve por três anos, neste tempo dedicou-se às provas de velocidade, de 100 e 200 metros rasos, inicialmente sagrando-se campeão das Olimpíadas do 1º Batalhão de Fronteira, depois campeão do 3º Exército, depois campeão brasileiro e por fim campeão sul americano. Depois veio o filho do Nelson, que também tinha o nome de Nelson Carlos Ferreira Junior, que desde as categorias menores, passando pelas categorias adultos, ganhou tudo no Brasil na América do Sul e muitos meetings mundo afora e ainda participou de duas Olimpíadas mundiais. Também no atletismo surgiu a filha Sheila Juvelina Ferreira, que também ganhou tudo em todas as categorias e também participou de duas Olimpíadas mundiais nas provas de 400 metros rasos, e numa Olimpíada ficou em 7º lugar e na outra em 5º lugar. Teve a filha Michelle Maria Ferreira, que também foi campeão escolar no Paraná e atualmente ainda é membro da seleção municipal de handebol feminino. Por fim o filho Robson Alex Ferreira, campeão paranaense juvenil no salto triplo e ainda campeão Juvenil pelos estados de Mato Grosso e depois integrou a seleção paulista de handebol. Hoje é professor e doutor em educação, é concursado na Universidade Estadual de Mato Grosso e diretor de pesquisas da referida Universidade. Estes atletas barbosenses são conhecidos nacionalmente em alguns internacionalmente, só não são conhecidos pelas autoridades de Barbosa Ferraz.

NELSON CARLOS FERREIRA

PIONEIRO DE BARBOSA FERRAZ, DESDE O ANO DE 1952